

Revista **Teopraxis**

Peregrinos de Esperança



v. 42, n. 138, Jan./Jun./2025

T314

Revista Teopraxis, vol.1, n.1(1984-) / Instituto de Teologia e Pastoral.
Passo Fundo: ITEPA, 1984 - v. 42, n. 138, Jan./Jun./2025. Semestral.

ISSN:1677-860X versão impressa (descontinuada)

ISSN:2763-5201 versão eletrônica

1.Teologia -Periódicos I. Instituto de Teologia e Pastoral-ITEPA

Catalogação na fonte: Bibliotecária Valderes de Rezende - CRB 10/2588

Equipe Editorial

Diretoria do Itepa

Dr. Pe. Ivanir Antonio Rampon - Diretor Executivo

Dr. Pe. Rogério Luiz Zanini - Vice-Diretor Executivo

Dr. Pe. Dirceu Dalla Rosa - Administrador – Tesoureiro

Ms. Pe. Élcio Alcione Cordeiro – Secretário

Editor chefe

Dr. Rogério Luiz Zanini - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Comissão editorial

Ms. Pe. Ari Antônio dos Reis - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Ms. Selina Maria Dal Moro - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Dr. Pe. Rogério Luiz Zanini - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Dr. Regiano Bregalda - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Conselho Editorial

Dr. Claudio Almir Dalbosco - Universidade de Passo Fundo - UPF

Dr. Edivaldo José Bortoleto - Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Dr. Frei Luis Carlos Susin - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Dr. Leandro Luis Bedin Fontana - Philosophisch-Theologische Hochschule Sankt Georgen (Frankfurt, Alemanha)

Dra. Maristela Dal Moro - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Dr. Pe. Leo Konzen - Instituto Missioneiro de Teologia - IMT

Dr. Pe. Ivanir Antonio Rampon - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Ms. Pe. Ivanir Antônio Rodighero - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Ms. Pe. Jair Carlesso - Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Revisão de linguagem

Eunice Maria da Silva

Diagramação

William Vinícius Preto

Contato

Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Rua Senador Pinheiro, 350

Vila Rodrigues, Passo Fundo – RS

CEP: 99070-220

Telefone: (54) 3045 6272

Email: itepafaculdades@gmail.com

Site: <https://itepa.com.br/ojs/index.php/teopraxis>

SUMÁRIO

EDITORIAL	3
Clair Favretto e Rene Zanandrea	

ENTREVISTA

JUBILEU DE ESPERANÇA.....	7
Dom Silvio Gutiérrez Dutra	

ARTIGOS

OS TEMPOS SAGRADOS OU JUBILARES NA BÍBLIA	12
<i>Sacred or Jubilee Times in the Bible</i>	
Jair Carlesso	

“A ESPERANÇA NÃO DECEPCIONA” (RM 5,5)	24
<i>Hope does not disappoint (Rm 5,5)</i>	
Ademir Rubini	

A TEOLOGIA PASTORAL E A ESPERANÇA QUE NÃO NOS DECEPCIONA.....	29
<i>Pastoral Theology and the hope that does not disappoint us</i>	
Mateus Danieli	

O MINISTÉRIO DO DIACONADO NA VIDA E MISSÃO DA IGREJA.....	43
<i>The ministry of the diaconate in the life and mission of the Church</i>	
Clair Favreto e Paulo Henrique Fassina	

A RITUALIDADE DO JUBILEU DE ESPERANÇA.....	61
<i>The Rituality of the Jubilee of Hope</i>	
Clair Favreto e Rene Zanandrea	

O MÉTODO MONTFORTINO: A CONSAGRAÇÃO A NOSSA SENHORA POR SÃO LUÍS MARIA GRIGNION DE MONTFORT	69
<i>O Método Montfortino: a consagração a Nossa Senhora por São Luís Maria Grignon de Montfort</i>	
Polyana Almeida Frota Lima e Rafael Augusto Linhares Pinto	

O LEGADO DO PAPA FRANCISCO PARA AS MULHERES: O ESPERANÇAR DE UM DISCIPULADO DE IGUAIS EM CONSTRUÇÃO	85
---	----

Pope Francis' legacy for women: the hope of a discipleship of equals under construction

El legado del Papa Francisco para las mujeres: la esperanza de un discipulado de iguales en construcción

Dorcelina do Carmo Alves Gomes

TEMAS VARIADOS

ECOLOGIA INTEGRAL: CONVERSÃO À FRATERNIDADE UNIVERSAL	101
---	-----

Cardeal Leonardo Steiner

A ESPERANÇA NÃO FICA NA SALA DE ESPERA	115
--	-----

Itacir Brassiani

RESENHA

PADRE ROMUALDO: SERVIDOR DE DEUS E DO POVO	119
--	-----

Rogério L. Zanini

EDITORIAL

Clair Favretto*

Rene Zanandrea**

*Instituto de teologia e pastoral - Itepa Faculdades. Padre da Diocese de Erechim. Professor da Itepa Faculdades nas disciplinas de Liturgia e Sacramentos. Doutor em Liturgia pelo Instituto de Liturgia Pastoral – Pádua/Itália.

 clafavit@gmail.com

 0009-0008-5477-8092

**Mestre em Teologia com Área de Concentração: Teologia Prática, EST, São Leopoldo, RS; Graduado em Teologia e Pastoral, Itepa Faculdades, Passo Fundo, RS; Graduado em Filosofia, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS. Reitor do Seminário Maior de Vacaria, Passo Fundo, RS.

 rene.zanandrea@yahoo.com.br

 0009-0005-7595-1972

Atravessamos tempos em que a esperança parece, por vezes, ofuscada pelas sombras da indiferença, da dor e da pressa. Mas é justamente nesse cenário que a Igreja nos convida a redescobrir o valor da peregrinação interior, da escuta profunda e da fé que caminha. Somos chamados a ser **Peregrinos de Esperança** — homens e mulheres que, mesmo diante das incertezas, seguem confiantes, sustentados pela promessa de Deus que nunca decepciona.

Neste tempo de graça e renovação, a Igreja, em sua sabedoria milenar, nos chama a redescobrir o sentido profundo da esperança cristã — não como expectativa vaga, mas como certeza enraizada na fidelidade de Deus. Esta edição da revista Teopraxis é um convite à reflexão, à celebração e ao compromisso; um convite a olhar para o futuro com os olhos da fé e os pés firmes na missão.

Abrimos com uma **entrevista** com **Dom Silvio Guterres Dutra**, que nos introduz ao espírito do **Jubileu de Esperança 2025**, revelando sua importância pastoral e espiritual para toda a Igreja. Ele nos ajuda a compreender como este tempo jubilar é um chamado à reconciliação, à escuta e à renovação da fé.

Na sequência, **Pe. Jair Carlesso** nos conduz pelas páginas da Escritura, revelando os **tempos sagrados e jubilares na Bíblia**, onde o povo de Deus é constantemente convidado a recomeçar, a libertar e a restaurar. A esperança, nesse contexto, é sempre uma ponte entre o passado e o futuro, entre a promessa e o cumprimento.

Pe. Ademir Rubini nos lembra que “**a esperança não decepciona**”, pois está alicerçada no amor de Deus derramado em nossos corações. Sua reflexão nos encoraja a viver a esperança como força transformadora, capaz de sustentar a vida mesmo nos momentos mais difíceis.

Pe. Mateus Danielli aprofunda o tema ao tratar da **virtude teologal da esperança**, mostrando que ela não é apenas um sentimento, mas uma disposição interior que nos orienta para o Céu, sustentando-nos na caminhada terrena com os olhos fixos na eternidade.

A **ritualidade do Jubileu**, abordada por **Pe. Clair Favretto e Pe. Rene Zanandréa**, nos revela como os gestos litúrgicos e simbólicos tornam visível a graça invisível. O rito, longe de ser mera formalidade, é expressão viva da fé que celebra, acolhe e transforma.

Dom Itacir Brassiani reflete sobre a **importância do Jubileu da Esperança para as comunidades cristãs**, destacando como este tempo pode reacender o compromisso com os pobres, com a justiça e com a fraternidade. O Jubileu é também um chamado à missão e à solidariedade.

Pe. Clair Favretto e Paulo Fassina nos oferecem uma rica reflexão sobre o **ministério do diaconado na vida da Igreja**, mostrando como os diáconos, servidores da Palavra e da caridade, são testemunhas vivas da esperança que se encarna no serviço humilde e generoso.

Polyana Almeida Frota Lima nos apresenta o **método Montfortino de consagração a Nossa Senhora**, segundo São Luís Maria Grignon de Montfort. Uma espiritualidade mariana que forma corações consagrados, disponíveis e confiantes na intercessão da Mãe da Esperança.

Dorcelina do Carmo Alves Gomes nos convida a olhar para o **legado do Papa Francisco para as mulheres**, destacando gestos, palavras e atitudes que reafirmam o valor da presença feminina na vida da Igreja e na construção de um mundo mais justo e compassivo.

Dom Leonardo Steiner, por meio do texto da assessoria, nos ajuda a compreender a **Campanha da Fraternidade 2025 em sintonia com o Jubileu**, propondo caminhos de conversão comunitária e compromisso social, iluminados pela esperança que transforma.

Encerramos com uma homenagem ao **Pe. Romualdo**, apresentada por **Pe. Rogério L. Zanini**: um verdadeiro **servidor de Deus e do povo**, cuja vida foi testemunho encarnado da esperança que se faz serviço, presença e amor.

Que esta edição inspire cada leitor a viver o Jubileu como um verdadeiro **peregrino da esperança** — alguém que caminha com os olhos voltados para Deus, com o coração aberto ao próximo e com os pés firmes na estrada da fé.

Boa leitura e boa caminhada jubilar!

JUBILEU DE ESPERANÇA

Dom Silvio Gutiérrez Dutra*

*Dom Silvio Guterres Dutra. Bispo Diocesano de Vacaria/RS. Mestre em Teologia Pastoral pela Pontifícia Universidade Lateranense, Roma (2001).

 sguterresdutra@yahoo.com

 0000-0002-9909-2704

Recebido em: 15 de janeiro de 2025.

Aprovado em: 03 de março de 2025.

Vivemos um tempo marcado por incertezas, crises globais e profundas mudanças sociais que desafiam a fé e a convivência humana. É nesse cenário que a mensagem da esperança, proposta pelo Papa Francisco para o Jubileu de 2025, adquire um significado ainda mais urgente e necessário. Mais do que um tema

espiritual, a esperança se apresenta como horizonte para o mundo e como tarefa para a Igreja, chamada a ser sinal de comunhão, diálogo e compromisso com a vida.

Nesta entrevista, somos convidados a refletir sobre o sentido de sermos “peregrinos de esperança”, a relação entre jubileu e sinodalidade, os desafios de uma Igreja pós-pandemia e o papel da teologia diante desse tempo especial de graça. As questões percorrem desde a realidade concreta de nossas comunidades até as grandes perspectivas eclesiais e sociais do pontificado de Francisco e do início do pontificado de Leão XIV.

O leitor encontrará aqui não respostas, mas também provocações que alimentam a fé, fortalecem a esperança e impulsionam a missão. Trata-se de um convite para olhar o presente com realismo e, ao mesmo tempo, com confiança no futuro que Deus nos abre, na certeza de que **a esperança não decepciona** (Rm 5,5).

A *Revista Teopraxis*, ao longo de sua trajetória, ocupou-se em fazer ecoar a reflexão teológica a partir da realidade, visto compreender que boas teorias são gestadas no seio da vida eclesial. É nessa perspectiva que o tema do jubileu não poderia ficar sem um aprofundamento. É um prazer para nós podermos estabelecer essa interlocução mais direta a partir de um Pastor membro de nossa Instituição: Dom Silvio Gutiérrez Dutra da Diocese de Vacaria/RS.

1. Por que o Papa Francisco escolheu o tema da esperança e afirma que todos somos “peregrinos de esperança”?

O Papa Francisco, desde sua eleição ao pontificado, em março de 2013, vinha assinalando sua atenção e preocupação para com fenômenos da nossa época. Fenômenos que desafiam a fé cristã em diversos aspectos. Logo no início do pontificado ele disse que vivemos uma espécie de

terceira guerra mundial fragmentada, haja vista o grande número de conflitos espalhados pelo mundo (entre nações e internamente a essas), nem todos com a mesma cobertura midiática, porém reais e graves. Na sua primeira exortação apostólica, a *Evangelii Gaudium*, ele fala da crise do compromisso comunitário. Logo em seguida, na encíclica *Laudati Si'*, ele propõe o enfrentamento da crise climática, vinculando-a a crise social, e denuncia a idolatria do paradigma tecnocrático. Francisco abre sua encíclica *Fratelli Tutti* apontando para os sinais concretos das investidas que corroem a fraternidade, ao apresentar as sombras de um mundo fechado. Vale lembrar que teve influência decisiva neste seu documento sobre a fraternidade e a amizade social, a crise sanitária global da pandemia do Coronavírus. E, como se tudo isso não bastasse, irrompem, na Europa e no Oriente Médio, os dois conflitos mais recentes, com a invasão russa na Ucrânia e com o terrorismo, seguido de genocídio, entre o Hamas e Israel. Num contexto de tanta desesperança, o Papa Francisco convida o mundo todo a reanimar a esperança.

2. Relação entre Jubileu e Sinodalidade. Como viver o Jubileu em espírito sinodal? Qual o impulso do Jubileu para uma Igreja sinodal?

No Primeiro Testamento, o jubileu é anunciado como tempo de graça, tempo no qual as coisas deveriam voltar ao seu sentido original, de acordo com o plano de Deus. Dívidas deveriam ser perdoadas, terras deveriam retornar para seus proprietários originais, escravos deveriam ser libertos e a justiça social deveria acontecer. Neste sentido, o resgate da sinodalidade pelo Papa Francisco é uma volta à fonte bíblica e, conseqüentemente, ao plano original de Deus para o seu povo que hoje identificamos como a Igreja. A convocação do Sínodo sobre a sinodalidade soou para a Igreja e para o mundo, como o som de um novo chifre de carneiro (*yobel* - de onde nos vem a palavra jubileu), anunciando um tempo especial para o nosso século. Assim, celebrar o jubileu é aprofundar, no cotidiano, a prática da construção conjunta dos caminhos evangelizadores. É ser sinodal, seguindo em constante discernimento e congregando os mais diversos carismas e as mais distintas responsabilidades, como um modo vinculante de ser Igreja, e não como algo opcional. Como nos lembra o Papa Francisco e muitos outros teólogos, sinodalidade é sinônimo de Igreja.

3. A pandemia paralisou muitas iniciativas da ação evangelizadora da Igreja. Qual a importância deste Jubileu de esperança para reavivar nas pessoas o sentido de ser Igreja?

Entendo perfeitamente a força que o jubileu tem para impulsionar uma retomada de maior vitalidade no interior das nossas comunidades e o quanto ele possa também reanimar o espírito daquelas comunidades que o assumirem com mais intensidade. Doutra parte, entendo que a pandemia acabou por colocar à prova a solidez do que se vinha fazendo em algumas iniciativas pastorais; muitas delas já vinham caminhando com dificuldade, ou dependiam de algumas poucas pessoas que as sustentassem por um grande senso de amor a causa, ou ainda, inconformadas com a ideia de que, talvez, tivessem esgotado suas possibilidades. Portanto, o jubileu, por si só, não pode ter essa responsabilidade de reavivar o sentido de ser Igreja; isso se dará se cada Diocese tiver um projeto evangelizador construído em sinodalidade, capaz de acolher todas as contribuições possíveis que o Jubileu possa trazer. Com isso,

importa mais ver como a Diocese está preparada para acolher o jubileu, do que se perguntar pelo quanto o Jubileu poderá fazer por ela. Em todo o caso, no entanto, é preciso reconhecer que o momento atual da vida da Igreja, é de uma grande dispersão. Vivemos o fenômeno da adesão a certos gurus e movimentos eclesiais que criam uma legião de seguidores próprios, mas que, dificilmente, tornam-se discípulos de Jesus Cristo, e, exatamente por isso, não desenvolvem o senso de pertença à Igreja.

4. A esperança nem sempre foi bem compreendida de forma ativa e criativa nos cristãos. Como a esperança cristã pode tornar os cristãos mais participativos na Igreja em saída como vinha mobilizando o Papa Francisco?

Ao abordar a esperança, no grande capítulo que trata da Vida em Cristo, o Catecismo da Igreja Católica define a esperança como “... a virtude teologal pela qual desejamos como nossa felicidade o Reino dos Céus e a Vida Eterna, colocando nossa confiança nas promessas de Cristo e apoiando-nos não em nossas forças próprias, mas no socorro da graça do Espírito Santo” (CIC 1817). Ora, desejar o Reino dos Céus é projetar nossa vida na direção de algo que não vem de fora para dentro, mas sim desejar algo, ou melhor, desejar o encontro com alguém, que já está entre nós, que está dentro de nós, e que quer precisar de nós. A nossa condição cristã, portanto, não é a de espectadores ansiosos por algo que virá a acontecer, antes é a condição de sujeitos corresponsáveis para que, o que se espera, já comece a acontecer aqui e agora. A tão desejada humanização das relações sociais, sinônimo do que entendemos por evangelização, não virá da expectativa, mas da ação transformadora dos que são habitados pelo mesmo Espírito que moveu Jesus. Para que isso aconteça é preciso movimento, é preciso sair. Jesus é o Mestre do movimento de saída. Ele veio até nós para nos levar ao Pai. Ser Igreja é, da mesma forma, percorrer a distância necessária para chegar ao lugar de onde se possa estender a mão na direção de quem está sedento de vida.

5. Qual a missão da teologia perante o jubileu da esperança?

Arriscando ficar bem aquém do que é próprio do campo da teologia, já que não sou teólogo, ousar dizer que poderia ser um papel fundamental da teologia aprofundar a virtude teologal da esperança em sua dupla dimensão de dom e tarefa. A esperança é dom, enquanto virtude infundida por Deus na alma humana, e, portanto, deve ser suplicada na oração, mas também é compromisso humano decorrente do mesmo fato de ser reconhecida como dom. Sentir-se portador de tal virtude, precisa gerar em nós a disposição de agir em toda a circunstância, onde haja desesperança, como testemunhas de que há um outro modo de viver. A graça da esperança, por exemplo, deve nos levar a mostrar aos que, infelizmente, se deixaram contaminar pelo ódio e pelo desejo de vingança, os que promovem as guerras, que há um modo de viver, um outro mundo possível, pautado no diálogo, na fraternidade, no perdão e na paz.

6. Para Paulo Freire, a esperança não é um substantivo, mas um verbo: “esperançar”. Segundo Santo Agostinho, “a esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las”. Como definir a esperança?

No seu livro “Vamos sonhar juntos”, fruto de uma conversa com o jornalista britânico Austen Ivereigh, após referir-se ao momento presente de pandemia, somado a tantas outras crises, e ainda a ideia equivocada da economia que impera em nosso tempo, o Papa Francisco, imbuído de um espírito otimista com os pés no chão, afirma: “é um bom tempo para os inquietos de espírito, essa saudável inquietude que nos faz agir”. Com sua maneira de ler a realidade e de propor uma via de saída das crises, o Papa parece resumir em uma só frase o que, somados, quiseram dizer Paulo Freire e Santo Agostinho. Agora podemos dizer que os três autores, incluindo Francisco, enxergam a esperança como a virtude dos que não têm no horizonte uma vida de sossego, protegido no seu espaço privado, mas sim uma vida de luta, uma vida comprometida com o bem comum, enfim, uma vida com sentido. Esperança, portanto, não é a virtude dos que aguardam que alguém resolva, mas é a virtude dos que, enquanto reivindicam o bem para todos, são colaboradores decididos de sua construção.

7. Olhando para a nossa realidade brasileira, marcada por contrastes sociais e econômicos, onde, no espaço da política, vivemos uma sensação constante de intolerância aos Direitos Humanos, que influi também nas relações humanas, como alimentar a esperança de uma sociedade mais fraterna?

O primeiro desafio, me parece, é compreender o que nos fez chegar a situação atual, que resulta na grave crise da fraternidade. Hoje já identificamos que tal processo passou por uma premeditada desconstrução da verdade como uma referência absoluta e sólida, pelo descrédito da ciência com seus avanços inegáveis sendo negados, pelo abandono radical das áreas do conhecimento humano como a filosofia, a sociologia a antropologia. Só para citar algumas, como se tudo pudesse ser entendido e resolvido a partir de um único paradigma tecnocrático. Não foi, seguramente, um movimento espontâneo, fruto do acaso. Há uma intencionalidade e um projeto de mundo, ancorado na pretensão de poder e domínio globais, que moveu todas essas iniciativas. Em consequência disso, a fraternidade saiu do horizonte e, em seu lugar radicalizou-se o individualismo e a autorreferencialidade. Em âmbito mundial assistimos o desmonte das organizações humanitárias internacionais, que nasceram exatamente para reascender a chama da nossa condição comum de única raça humana. Os necessários e consagrados Direitos Humanos passaram a ser vistos como mera ideologia de esquerda e, portanto, como risco para os projetos dos chamados “homens de bem”, os únicos com direitos reconhecidos. Diante deste quadro complexo e negativo há um consenso de que a solução não será também simples nem rápida, mas complexa e artesanal. Há que se acreditar no pequeno e no simples, como estratégia para recompor o tecido da fraternidade e, conseqüentemente, o tecido social. Uma inspiração poderá ser o conhecido provérbio africano que sugere que “gente simples, fazendo coisas pequenas, em lugares pouco importantes, consegue mudanças extraordinárias”.

8. O que estamos fazendo, em nossas comunidades e paróquias, para vivenciar o jubileu em comunhão com toda a Igreja?

A possibilidade de resposta a esta importante interrogação, só posso dar a partir do que decidimos em nossa Diocese, de forma consciente e coletiva. Aqui na Diocese de Vacaria

estamos em tempo de implementação das indicações pastorais resultantes do longo processo sinodal diocesano realizado entre os anos de 2020 e 2023. Por força da definição sinodal de quatro prioridades diocesanas, a saber: a formação de lideranças, a evangelização da juventude, a missão em pequenos grupos e a Iniciação à Vida Cristã, entendemos que o jubileu de esperança do ano 2025, deveria ser integrado às atividades próprias destas referidas prioridades. Para além disso, definimos um temário comum, com os temas do jubileu, para todas as novenas e tríduos comunitários e identificamos duas igrejas jubilares junto às comunidades Catedral Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria e Santuário Diocesano de Nossa Senhora Consoladora dos Aflitos de Ibiaçá. Com estas iniciativas entendemos caminhar em sintonia com toda a Igreja.

9. O senhor poderia deixar algumas palavras de incentivo ao povo de Deus das comunidades, especialmente no sentido de alimentarmos sempre mais a esperança a partir de uma Igreja sinodal?

Tendo demorado mais do que seria o ideal para responder estas questões me deu a chance de ler o que escreveu o Papa Leão XIV no seu discurso aos participantes do Dia Internacional de Luta Contra a Droga. Na data de 26 de junho deste ano, quando ele afirma: “O mal vence-se juntos. A alegria encontra-se juntos. A justiça combate-se juntos. O Deus que criou e conhece cada um – e que é mais íntimo a mim do que eu mesmo – fez-nos para estarmos juntos”. Trata-se de um apelo explícito e incisivo do Papa para que nos convertamos à sinodalidade, como único caminho possível. A sinodalidade responde àquilo que somos desde a nossa imersão no Deus Trindade, pelo Batismo, e igualmente revela a convicção de Leão XIV, de que, para este tempo que vivemos de radicalização do espírito individualista e do agravamento da doença chamada autorreferencialidade, como já referido acima, não há salvação sem a opção decidida de caminharmos juntos.

10. Que luzes o Jubileu de Esperança pode dar ao novo pontífice?

Arrisco afirmar que o Jubileu, que pretende reanimar a esperança, ajudará Leão XIV, que, já na escolha do próprio nome para o pontificado, chegou com a sinalização de que pretende apontar para o tesouro da Doutrina Social da Igreja, a apresentá-la, mais uma vez, como contribuição indispensável para a construção de uma nova sociedade, pautada nos princípios inegociáveis da dignidade humana, da destinação universal dos bens da criação e da busca incessante do bem comum.

OS TEMPOS SAGRADOS OU JUBILARES NA BÍBLIA

Sacred or Jubilee Times in the Bible

Jair Carlesso*

*“Declarareis santo o quinquagésimo ano
e proclamareis a libertação de todos os
moradores da terra (Lv 25,10a).*

* Possui Graduação em Teologia pelo Instituto de Teologia e Pastoral (1987). Graduação em Filosofia-Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato (1988). Pós-Graduação em Teologia Bíblica, habilitação em Metodologia do Ensino Bíblico pela Universidade Católica de Pelotas e Instituto de Teologia e Pastoral de Passo Fundo-ITEPA (1992). Mestrado em Teologia Dogmática com Concentração em Estudos Bíblicos pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (2000). Pós-Graduação em Metodologia Pastoral pela Universidade Regional Integrado Alto Uruguai e das Missões-URI (2009).

 pjcarlesso@yahoo.com.br

 0000-0002-1378-9288

Recebido em: 03 de janeiro de 2025.

Aprovado em: 01 de março de 2025.

Resumo: O presente artigo aborda os tempos sagrados ou jubilares na Bíblia. A exploração e o consequente empobrecimento do povo foi a “marca indelével” que o acompanhou ao longo de toda a história bíblica. A fé sempre foi a força dos pobres, o fundamento de sua esperança e o ponto de partida de todo recomeço. Os tempos sagrados, na Bíblia, apontam para a necessidade de uma “ruptura histórica”: a cada seis dias de trabalho, segue o sábado; a cada seis anos de atividades, segue o ano sabático; e a cada quarenta e nove anos, segue o ano jubilar. Todos eles são tempos para: recuperar o plano de Deus e fortalecer a espiritualidade; ouvir o grito dos oprimidos; despertar consciência crítica e reconstruir a esperança; criar alternativas. Para a Sagrada Escritura, o tempo cronológico - sétimo dia, sétimo ano, quinquagésimo ano - adquire um sentido kairológico, como tempo de libertação, de reconstrução das estruturas, das relações e da esperança.
Palavras-chave: Sábado; Ano Sabático; Ano Jubilar; Libertação; Esperança.

Abstract: This article addresses the sacred or jubilee seasons in the Bible. The exploitation and consequent impoverishment of the people was the “indelible mark” that accompanied them throughout biblical history. Faith has always been the strength of the poor, the foundation of their hope, and the starting point for every new beginning. The sacred seasons in the Bible point to the need for a “historical rupture”: every six days of work, the Sabbath follows; every six years of activity, the Sabbath year follows; and every forty-nine years, the Jubilee year follows. All of them are times to: recover God’s plan and strengthen spirituality; hear the cry of the oppressed; awaken critical consciousness and rebuild hope; create alternatives. For Sacred Scripture, chronological time—the seventh day, the seventh year, the fiftieth year—acquires a kairolological meaning, as a time of liberation, of protecting structures, relationships, and hope.

Keywords: Sabbath; Sabbatical Year; Jubilee Year; Liberation; Hope

INTRODUÇÃO

Muitas vezes ouvimos dizer que “a história é a mestra da vida”. A experiência de vida nos ensina que as pessoas que não valorizam a sua história perdem suas raízes e a própria identidade. A modernidade faz as pessoas centrarem a atenção apenas no momento presente e, além do mais, vivendo-o de forma acelerada. Para muitos, atualmente, o passado não é valorizado, pois é compreendido como ultrapassado e, sem perspectivas de futuro, o que importa, dizem, é “viver o presente”.

Para o Papa Francisco, vivemos uma “tensão entre a conjuntura do momento e a luz do tempo, do horizonte maior, da utopia que nos abre ao futuro como causa final que atrai”. Por isso, para ele “*o tempo é superior ao espaço*” (EG 222). Na ação evangelizadora esse princípio aponta para a importância de “*iniciar processos*”, mais do que *pre-ocupar-se* com “*resultados imediatos*”. Num contexto marcado pelo caminhar sozinho e pelo presentismo, a sinodalidade nos desafia a estarmos permanentemente abertos à escuta e ao diálogo para desencadearmos processos participativos.

A vivência e celebração do Jubileu 2025 vem de encontro a esses desafios. Para isso, resgatar seu sentido bíblico é um primeiro passo importante nesse processo. O Jubileu insere-se na tradição dos tempos sagrados da Escritura, constituídos pelo sábado, pelo ano sabático e pelo ano jubilar. Essa retomada ajudará a compreender nossa missão evangelizadora no complexo contexto em que estamos inseridos.

1. A MARCA DA POBREZA

O povo de Israel, desde os seus primórdios, é portador de uma “marca indelével”, a pobreza. Esta, podemos dizer, tornou-se parte de sua identidade social. Em todos os períodos da história de Israel¹, com nuances diferenciados, essa realidade acompanhou a vida das grandes massas. Tributação, escravidão, exploração, manipulação, marginalização, trabalhos forçados, vida dura, amarga... foram questões sempre impostas ao povo de Israel e motivo de constantes lutas dos pobres. Os dirigentes da sociedade sempre os consideraram “objetos” ou “instrumentos” manipuláveis, bem expresso pelo profeta Ezequiel:

(2c) Não devem os pastores apascentar o rebanho? (3) Vós vos alimentais com leite, vos vestis de lã e sacrificais as ovelhas mais gordas, mas não apascentais o rebanho! (4) Não restaurastes o vigor das ovelhas abatidas, não curastes a que está doente, não tratastes a ferida da qual sofreu fratura, não reconduzistes a desgarrada, não buscastes a perdida, mas dominastes sobre elas com dureza e violência (Ez 34,2c-4)!

A Sagrada Escritura é portadora de uma mensagem “paradoxal”, que “desconcerta e escandaliza” a muitos. Ela apresenta Deus posicionando-se ao lado dos últimos. Assim diz Ezequiel:

(10) Assim diz o Senhor Javé: Eis-me contra os pastores. Das suas mãos requererei prestação de contas a respeito do rebanho e os impedirei de apascentar meu rebanho. Deste modo os pastores não tornarão a apascentar-se a si mesmos. Livrarei minhas ovelhas da sua boca e não continuarão a servir-lhes de presa (Ez 34,2c-4)!

1 Organizamos a história de Israel em três fases, visto que em cada uma delas há uma estrutura sócio-política e econômica própria: a primeira caracteriza-se pelas origens e formação de Israel (1800 a 1030 a.C.); a segunda é o período do Estado Monárquico (1030 a 587 a.C.); e a terceira, a dos domínios estrangeiros, iniciando propriamente em 740 a.C., mas com destaque para o período de 587 a.C. a 135 d.C.

Para além disto, o povo assim rezava:

(3) Não coloqueis a segurança nos nobres e nos filhos do homem, que não podem salvar [...]! (5) Feliz quem se apoia no Deus de Jacó, quem põe a esperança em Javé seu Deus: (6) foi ele quem fez o céu e a terra, o mar e tudo o que nele existe. Ele mantém para sempre a verdade: (7) fazendo justiça aos oprimidos, dando pão aos famintos; Javé liberta os prisioneiros; (8) Javé abre os olhos dos cegos; Javé endireita os encurvados, (9) Javé protege o estrangeiro, sustenta o órfão e a viúva; Javé ama os justos (Sl 146,3-9)!

Há de se considerar que “a pobreza bíblica não é de modo algum uma situação de fato resultante de uma lei da natureza ou da vontade do Criador”. Ela “não é consequência de um fenómeno natural, mas o resultado da violência e da injustiça”. Em Israel a pobreza “é sentida como um escândalo intolerável” (Comblin, 1989, p. 38), pois Javé havia dado a seu povo uma “terra boa”, de muitas benesses (Dt 8,7-9), para que “não houvesse pobres” entre eles (Dt 15,4). Porém, ao longo da história, eles “nunca deixaram” de existir (Dt 15,11). Mas Deus sempre esteve ao lado deles: “Escutai-me e vinde a mim, ouvi-me e haveis de viver. Farei convosco uma aliança eterna” (Is 55,3).

2. A IMPORTÂNCIA DA FÉ

A história de Israel nos mostra, portanto, que a pobreza/miséria não é fruto do acaso, mas o resultado do despojamento, da opressão, da injustiça. Trata-se de um problema histórico e um desafio permanente. Diz a Carta aos Hebreus: “A fé é o fundamento da esperança e a certeza a respeito do que não se vê” (Hb 11,1; 1Cor 15,19). A fé nos diz que Deus é “fonte de água viva” (Jr 2,13; 17,13; Jo 4,10.14), a “rocha eterna” (Is 26,4) sobre a qual somos convidados a construir nossa “casa” (Mt 7,24), a edificar a nossa vida. Desta rocha saía água da qual o povo hebreu foi convidado a beber (Ex 17,6) e seguir seu caminho, deserto a dentro.

A fé é um tema fundamental, pois ela, além de dar um sentido especial à vida, abre-lhe um horizonte transcendente: nos faz “nascer do alto” (Jo 3,3; 1Cor 15,20). Para Comblin, “a força dos pobres é a sua fé”. A Escritura evidencia “os laços estreitos entre a fé em Javé e a força dos pobres”. Javé, o “Deus dos hebreus” (Ex 3,18; 5,3; 7,16; 9,1.13; 10,3) é o defensor e o libertador dos oprimidos. “A fé em Javé é o principal obstáculo que impede a assimilação dos pobres pelos seus opressores”. Para este autor, “adotar a religião dos vencedores é entregar-lhes os últimos redutos da resistência”. Para os pobres, “a fé em Javé é o último ponto de apoio dos vencidos e o último ponto de partida de qualquer reconquista” (Comblin, 1989, p. 42).

Cabe lembrar aqui o apelo do profeta Sofonias: “Procurai a Javé, vós todos, os pobres da terra, que realizais a sua obra; procurai a justiça, procurai a pobreza” (Sf 2,3). Para Sofonias, os pobres são o novo sujeito histórico capaz de construir um modelo alternativo de sociedade ao que está imposto. Ao pedir para “procurar a pobreza”, o profeta propõe viver relações solidárias, fraternas e justas, sem exploração e sem dominação. Para ele, são estes princípios que constroem uma sociedade saudável.

Ao longo da história de Israel, a partir das necessidades que surgiam, foram sendo estabelecidas leis referentes ao tempo, considerado sagrado para cada israelita. Tratam-se de leis referentes à observância do sábado, do ano sabático e do ano jubilar. Essa legislação tem

fundamentalmente um cunho libertário, pois visa o descanso das pessoas e da terra e a libertação dos escravos. O sentido do jubileu encontra-se na relação entre os pobres e suas lutas por libertação e na inter-relação dos tempos sagrados.

3. O SÁBADO

A palavra sábado, do hebraico *shabbat*, segundo De Vaux, é um substantivo que “só é empregado na linguagem religiosa, para designar o sétimo dia da semana”. O verbo *shabat* tem o sentido de “parar de trabalhar, repousar”, podendo ser traduzido por “sabatizar”, ou seja, “cessar, parar” ou “fazer cessar” (De Vaux, 2003, p. 512-513). Fundamentalmente, um dia de descanso e, em decorrência, um dia que estabelece um limite, separando as semanas.

Para De Vaux, as origens dessa instituição são muito antigas e incertas. É possível que o sábado “tenha sua origem fora de Israel, mas isso não pode ser provado”. Independentemente disto, o sábado “assumiu um sentido particular que fez dele uma instituição propriamente israelita”. O que caracteriza o sábado “é que ele é santificado por sua relação com o Deus da Aliança e por ser ele um elemento dessa Aliança” (p. 517).

Uma das formulações mais antigas, surgida “em torno do século X-IX a.C.”, diz que o sábado foi estabelecido para interromper o intenso trabalho agrícola: “Seis dias trabalharás, mas no sétimo descansarás, quer na aradura, quer na colheita” (Ex 34,21). “Nesta lei, a ênfase do descanso está colocada nos períodos de maior demanda de trabalho, isto é, na época do preparo da terra para o plantio e na hora da colheita” (Reimer, 1999, p. 19).

Depois, o sábado assumiu a finalidade de frear a exploração da mão-de-obra: “Durante seis dias farás os teus trabalhos e no sétimo descansarás, para que descanse o teu boi e o teu jumento e tome alento o filho da tua serva e o estrangeiro” (Ex 23,12). Significa que “o descanso será absoluto e que não se fará nenhum tipo de tarefa”. Ao mencionar o “filho” da “serva”, “o sentido é que todos devem usufruir do sábado”, ou seja, “quando a serva para de fazer seu trabalho, o filho poderia desfrutar da presença de sua mãe em casa” (Andiñach, 2010, p. 306-307). Essa lei “procura proteger a vida dos pobres e pôr um freio à exploração ilimitada dos meios de produção” (Richard, 1999, p. 8).

As formulações do Decálogo (Ex 20,8-11; Dt 5,12-18), diferentemente das leis anteriores, solicitam santificar o sábado, sem prescrever qualquer ritual. O fato de não trabalhar no sábado santifica-o. O descanso é, portanto, a forma de santificação do sábado. Deste “não-fazer-nada” deve participar “todo o grupo que compõe a casa: patriarca, filhos e filhas, escravos e escravas, animal e estrangeiro. Todos devem poder gozar deste descanso”. Ex 20,11 justifica a observância do sábado com a teologia da criação (Gn 2,1-3). Criado “à imagem e semelhança” de Deus (Gn 1,26-27), o ser humano participa do seu descanso e é responsável pela criação. Dt 5,12-15 justifica a observância do sábado pela teologia do êxodo, fazendo ver que todos têm direito ao descanso, inclusive escravos e estrangeiros. O Código Deuteronomico dá, portanto, um cunho mais humanitário.

O relato de Gn 2,1-3, do contexto do exílio babilônico, apresenta-se como um apelo dos exilados pelo descanso sabático em terras estrangeiras. Por isso, para esse texto o sétimo dia é o dia da conclusão da obra divina. Para o texto, essa se dá com o descanso do sábado. Por isso, o descanso divino no sétimo dia é parte integrante da semana primordial da criação. A ação criadora de Deus e seu repouso formam um todo inseparável. O relato faz ver que o mundo é um acontecimento de sete dias: seis dedicados ao “fazer” de Deus e o sétimo é aquele que completa, plenifica e dá sentido a tudo o que foi criado. Por isso, Deus o “abençoou” e o “santificou” (Gn 2,3). A santificação do sábado é realizada em benefício de todas as criaturas. Estando no exílio, desta forma os israelitas reivindicavam um dia semanal, conforme a tradição de Israel, para o descanso e para refazerem a consciência de povo de Deus.

No pós-exílio com a reconstrução do templo e a codificação da Lei, o preceito da observância do sábado se intensificou, a ponto de impor a pena de morte para quem transgredisse essa lei: “Observareis, pois, o sábado, porque é uma coisa santa para vós. Quem o profanar será castigado com a morte” (Ex 31,14; cf. 31,15; 35,2). Proíbe-se, por exemplo, o comércio aos sábados: “Se os povos da terra trouxerem para vender, no dia de sábado, mercadorias ou qualquer espécie de víveres, nada compraremos deles em dia de sábado ou em dia santificado” (Ne 10,32; cf. 13,15). Juntamente com a circuncisão, a observância do sábado tornou-se critério decisivo de pertença ao judaísmo. Portanto, “o acento agora recai sobre a obrigação de santificar este dia com ‘descanso solene’ e ‘reuniões santas’. O dia deve ser honrado com ações cúlticas a serem realizadas no templo e/ou nas casas [Lv 19,3.30; 23,3]. Por causa disso, toda e qualquer atividade está interdita [...]. Essa interpretação legalista e farisaica acompanhou o povo de Israel durante todo o período do segundo templo, sendo claramente atestada nas controvérsias de Jesus sobre o sábado” (Reimer, 1998. p. 22).

“O trabalho, na perspectiva bíblica, não é fim em si mesmo”. Podemos dizer que os seis dias de trabalho “têm por meta o sábado. O repouso sabático deve ser lazer criador, superar-se numa festa”. Aquele que realmente respeita o sábado “não se limita a mero repouso. A liberdade do trabalho em sua forma negativa (“liberdade de”) deve ser substituída por seu lado positivo (“liberdade para”)” (Epsztein, 1990, p. 160).

4. O ANO SABÁTICO

O Ano Sabático “constitui uma importante lei e tradição para salvaguardar ao povo de Israel um tempo para recomeçar. Após uma sequência de seis anos de trabalho [...], o sétimo ano é afirmado como um tempo em que as relações sociais deverão sofrer uma reestruturação. A tradição do ano sabático é uma aplicação dos dias da semana para uma sequência de anos”. Essa tradição, “como ano de libertação, interfere diretamente nas relações sociais e econômicas” do povo de Israel, atuando contra as desigualdades sociais existentes (Reimer, 1999, p. 34). Três aspectos fazem parte do significado do ano sabático: o descanso da terra, a libertação dos escravos/as e a remissão das dívidas.

4.1. O DESCANSO DA TERRA

O descanso da terra está previsto no Código da Aliança (Ex 23,10-11) e no Código da Santidade (Lv 25,1-7.18-22). Esses relatos foram elaborados em função das condições concretas da vida. Tais leis não significam mera benevolência das autoridades, antes representam as lutas dos pobres por melhores condições de vida. Elas têm por trás a profecia do 8º e 7º séculos, que se colocava na defesa dos “pobres da terra” (Am 8,4; Is 10,1-2; Sf 2,3). Ao mesmo tempo vê-se que, não apenas as pessoas, mas também a terra era considerada pobre, necessitada de descanso. “O ser humano tem o direito a trabalhar a terra e tirar o produto, mas Deus também defende o direito da terra a seu descanso e liberdade” (Richard, 1999, p.9-10).

Segundo H. Reimer, “a lei do descanso da terra provavelmente é a expressão mais antiga da tradição do ano sabático” (1998, p. 23). O Código da Aliança assim a prescreve: “Durante seis anos semearás a tua terra e recolherás os seus frutos. No sétimo ano, porém, a deixarás descansar e não a cultivarás, para que os pobres do teu povo achem o que comer e o que restar comam os animais do campo. Assim farás com a tua vinha e com o teu olival” (Ex 23,10-11). Se essa lei foi necessária, “era porque, nesta sociedade de camponeses, havia falhas, conflitos e lutas sociais. Havia pobres que não podiam semear e colher. Havia pobres que não tinham como comer, mas lutavam para que a comida chegasse à sua mesa”. Em relação à terra, embora muito árida e bastante pobre, sempre constituiu, “para os camponeses do Israel antigo, a base indispensável para a vida”. Ela sempre fez parte “dos valores elementares da sociedade israelita”. Por isso, a “posse da terra” era/é “fonte de sustento da vida e da estabilidade social do povo” (Wandermurem, 1999, p. 57).

O texto de Ex 23,10-11 apresenta um problema concreto: a luta dos pobres por comida. Por isso, constitui-se numa voz de “protesto”, que “clama e grita por respeito e igualdade”. Os “pobres do teu povo”, necessitados de comida, estão relacionados a um “tu”, compreendido como proprietário de terra. O apelo que esta legislação faz é no sentido de romper com a desigualdade social, onde uns têm o que comer e outros não têm. A lei expressa o anseio e a luta pela igualdade social e econômica.

A relação ou analogia entre “o sábado do homem e o sábado da terra significaria que a terra deve ‘descansar’ para se renovar e recuperar seu vigor produtivo. Ou seja, os recursos da terra devem ser considerados, evitando-se um uso desmedido”. Desta forma, “não se deve explorar abusivamente a terra, para que todos comam, inclusive os animais”, expressão daquilo que hoje chamamos de respeito à natureza ou equilíbrio ecológico (Wandermurem, 1999, p. 62).

O relato do Levítico (25,1-7.18-22) refere-se ao descanso da terra, com a paralização total das atividades: “Será para a terra um ano de repouso” (v.5b), “em honra a Javé” (v.4a). A lei aponta para aquele contexto a necessidade do descanso total da terra. Manda, por isso, “suspender toda atividade agrícola, como o cultivar ou colher os produtos da terra, mesmo a vinha e o olival. Propõe, portanto, que durante um ano se deixe a terra em pousio, ou descanso, incultivada” (Wandermurem, 1999, p. 108). Nesta determinação há um caráter mais solene, de observância ritual. “Esta versão do ano sabático provém da tradição sacerdotal, ligada ao segundo templo, na época do pós-exílio” (Reimer, 1998, p. 24).

Essa questão é, por sua vez, um tanto intrigante, pois muitos questionamentos em relação à sua praticidade e efetivação permanecem em aberto. A lei determinava que, depois de seis anos de trabalho, o sétimo fosse de total descanso para a terra. E depois diz que a finalidade deste “descanso da terra” era “para que os pobres do teu povo achem o que comer” (Ex 23,11b). Se a terra descansava neste ano, significando ficar um ano improdutiva, como os pobres poderiam nele se alimentar dela? O que os agricultores fariam neste ano em que a terra estaria descansando? Como iriam se alimentar as demais pessoas neste ano sabático?

Essa questão é o assunto de Lv 25,20-22, que descreve que Deus proverá no sexto ano, como fora no deserto, no sexto dia, com o maná (Ex 16,5.22). Mas não apresenta nenhuma indicação concreta. Outro questionamento é se todas as terras descansariam no mesmo ano? Ou o proprietário da terra faria uma escala, onde cada ano uma porção dela descansaria! Desta forma parece mais plausível, pois assim continuaria o trabalho e, então, todos os anos os pobres teriam acesso às terras para poderem procurar comida. Seria essa lei uma normatização a respeito do uso concreto da terra? Os textos não respondem! Segundo Pablo Andiñach, essa instrução “pretende concretizar a realidade de que todos tenham o direito de desfrutar daquilo que a terra produz”, pois “os frutos são dádiva de Deus” (p. 306). O Ano Sabático faz ver que o tempo, a terra e os produtos da terra pertencem a Deus. São dons divinos que não podem ser privatizados, mas estarem ao alcance de todos.

4.2 A LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS/AS POR DÍVIDAS

A libertação dos escravos/as por dívidas é o segundo aspecto do ano sabático, presente no Código da Aliança (Ex 21,1-11) e no Código Deuteronômico (Dt 15,12-18). Essa lei fundamenta-se na teologia do êxodo, sendo expressão da crítica profética do século VIII a.C., regulamentada posteriormente.

A lei do Código da Aliança acerca da libertação dos escravos no sétimo ano é a mais antiga lei de Israel a esse respeito: “Quando comprares [verbo hebraico *qanah*: transferência temporária dos direitos de posse] um escravo hebreu, seis anos ele servirá; mas no sétimo sairá livre, sem nada pagar” (Ex 21,2). O problema que estava por trás dessa lei era “a instituição social da escravidão por dívidas”. Segundo Dreher, ela fazia parte do “sistema regulador da economia do antigo Israel”. “O que o texto reflete e legisla é um processo de empobrecimento de israelitas livres, o qual culmina em geral na servidão voluntária ou forçada das pessoas empobrecidas e/ou endividadas” (Reimer, 1999, p. 37). A grande questão era, portanto, o processo de empobrecimento de pessoas, em consequência de relações econômicas voltadas para interesses comerciais. Os escravos “eram aqueles que tinham perdido a liberdade por causa de dívidas”. A lei defendia-os, determinando que “ninguém podia ser escravizado por mais do que seis anos. Era um limite inegociável à exploração” (Richard, 1999, p. 10).

Os profetas dos séculos VIII, VII e VI a.C. denunciaram muitos problemas de exploração dos pobres na sociedade israelita. Diante da problemática, o caminho encontrado

foi estabelecer “leis sociais” para regulamentar as relações econômicas e sociais. “A prática da instituição da escravidão por dívidas supunha um tempo indeterminado de servidão. A lei, como momento segundo, busca delimitar o tempo de servidão e dependência para seis anos. O sétimo ano abre-se para uma nova possibilidade de vida [...], de um reinício para as pessoas endividadas e dependentes” (Reimer, 1999, p. 41-42).

O relato de Dt 15,12-18 faz ver que o Código Deuteronômico atualizou para o final do século VII a.C. a lei do Código da Aliança (Ex 21,1s). O problema de fundo permanece o mesmo: a escravidão por dívidas. Há, por sua vez, algumas modificações. O Código Deuteronômico defende a libertação dos escravos e também das escravas depois de seis anos de trabalho. Neste novo contexto, as mulheres passaram a ser tratadas da mesma forma que os homens, tendo os mesmos direitos à liberdade que eles (Dt 15,12). Normalmente vendia-se como escravo aquele que não conseguia pagar suas dívidas ou mesmo os impostos ao rei (Ne 5,4-5). “Por trás da Lei Deuteronômica há também uma outra intencionalidade teológica: o princípio da solidariedade”, uma espécie de “fundo de garantia por tempo de serviço” (Reimer, 1999, p. 43). A lei deuteronômica propõe mais do que a simples liberdade, mas também uma partilha para que, liberto/a, ele/ela pudessem dar início a uma nova vida (Dt 15,13-14). Isso parece ser justificado porque o escravo é realmente “mão-de-obra barata”: custa a “metade do salário de um diarista” (Dt 15,18).

Segundo G. Braulik, “o ano sabático não era um ano especial após o ciclo de seis anos, mas acontecia para cada israelita a partir do dia do início de sua escravidão, para pagar suas dívidas” (Kramer 2006, p. 128).

4.3 A REMISSÃO DAS DÍVIDAS

A remissão das dívidas (Dt 15,1-11) é o terceiro aspecto do Ano Sabático. A lei deuteronômica determina: “A cada sete anos farás remissão. Eis o que significa esta remissão: todo credor que tinha emprestado alguma coisa a seu próximo reemitirá o que havia emprestado; não explorará seu próximo, nem seu irmão” (Dt 15,1-2c). Chama atenção que permite explorar o “estrangeiro” (Dt 15,3)². Essa lei não tem paralelo anterior na legislação de Israel.

“A instituição da remissão ou perdão de dívidas, aqui proposta, tinha a função principal de prevenir que israelitas viessem a decair socialmente para o regime de servidão. A lei deuteronômica busca intervir deliberadamente nas relações econômicas dentro do próprio povo”, afirmando que tal intervenção “faz parte da vontade de Deus”. Seu objetivo está claramente expresso em Dt 15,4: “para que em teu meio não haja nenhum pobre” (*’ebyon*: necessitado) (Reimer, 1998, p. 27). No sétimo ano, “todas as dívidas a receber deveriam ser perdoadas e o credor deveria renunciar a certos mecanismos coercitivos legais como hipotecas, que forçam os empobrecidos a uma relação de dependência” (Reimer, 1999, p. 47-48).

² Para Haroldo Reimer, esse estrangeiro “não é o migrante ou peregrino pobre (hebraico *ger*)”. No Deuteronômio, “o *ger* é citado várias vezes ao lado de órfãos, viúvas, levitas e pobres (cf. Dt 14,20; 24,17) como claros beneficiários da lei deuteronômica”. “O termo hebraico aqui usado para ‘estrangeiro’ é *nokri*. Parece tratar-se de gente estranha ao povo, provavelmente comerciantes estrangeiros, estabelecidos em Israel com o firme propósito de ‘fazer lucro’”. “Destes poderá ser cobrado juro ou recolhido tributo” (Um tempo de graça para recomeçar, Ribla, v. 33, p. 49).

Diante disso, exortava-se para a prática continuada do empréstimo, mesmo para pessoas pobres, que não tinham condições de devolver:

(7) Quando houver um pobre em teu meio [...], não endurecerás teu coração, nem fecharás a mão para com este teu irmão pobre; (8) pelo contrário, abre-lhe a mão, emprestando o que lhe falta, na medida da sua necessidade [...]. (10) Quando lhe deres algo, não dês com má vontade, pois em resposta a este gesto, Javé teu Deus te abençoará em todo teu trabalho, em todo empreendimento da tua mão. (11) Nunca deixará de haver pobres na terra: é por isso que te ordeno: abre a mão em favor do teu irmão, do teu humilde e do teu pobre em tua terra (Dt 15,7-11).

Dessa prática de emprestar a pessoas necessitadas depende a bênção divina. Crer em Javé tem consequências éticas. Portanto, o objetivo dessa lei era evitar o empobrecimento e a perda da liberdade das pessoas. Para a lei deuteronomica, a vida das pessoas estava em primeiro lugar.

“O perdão regular de dívidas buscava atenuar o jugo das dívidas. O perdão de dívidas, porém, não resolvia o problema por completo. É a isso que, provavelmente se refere a frase um pouco enigmática de Dt 15,11: ‘nunca deixará de haver pobres na terra’. É que o perdão aliviava a carga, mas não eliminava os mecanismos” (Reimer, 1999, p. 50).

Concluindo, podemos dizer que o ano sabático, com suas várias ênfases, significava uma intervenção nas relações econômicas e sociais de Israel em favor dos endividados, para que não caíssem na escravidão. A meta era evitar o empobrecimento e, com ele, a servidão. Diante da presença de necessitados, a lei israelita provocava para o estabelecimento de relações solidárias e humanitárias. Tendo presente essas questões é que vamos especificamente para o Ano Jubilar.

5. O ANO JUBILAR

Jubileu é a versão portuguesa da palavra hebraica *yobel*. “Yobel significava originalmente carneiro, posteriormente o chifre do carneiro usado como trombeta para anunciar o ano do jubileu e, finalmente, significou simplesmente júbilo ou jubileu” (Richard, 1999, p. 14). Geralmente, tratou-se de um instrumento usado para anunciar a chegada de um acontecimento importante, como era o caso do Ano Jubilar, celebrado após sete semanas de anos. Essa palavra aparece poucas vezes no Antigo Testamento. Ela encontra-se nas prescrições em relação à manifestação divina no monte Sinai, como anúncio para o povo subir: “Quando soar o chifre do carneiro (*yobel*), então subirão à montanha” (Ex 19,13). Também ocorre como anúncio da tomada de Jericó pelos hebreus: “Quando tocarem com fragor o chifre de carneiro (*yobel*), assim que ouvirdes o som da trombeta, todo o povo prorromperá em forte grito de guerra e as muralhas da cidade cairão...” (Js 6,5).

Sobre a temática do Ano Jubilar, destacam-se dois textos na Sagrada Escritura: Is 61,1-3 e Lv 25,8-17, ambos pós-exílicos.

5.1 O JUBILEU EM IS 61,1-3

Em primeiro lugar, Is 61,1-3. O texto profético denuncia um contexto marcado por grandes problemas sociais: “pobres”, “quebrantados de coração”, “cativos”, “presos”, “enlutados”,

“luto”, “cinzas”, “espírito abatido”. Ao mesmo tempo, essa palavra profética reivindica e anuncia um tempo novo de libertação dos subjugados à servidão:

(1) O Espírito do Senhor Deus está sobre mim, porque Ele me ungiu; enviou-me a anunciar a boa-nova para os pobres, a curar os quebrantados de coração e proclamar a liberdade aos cativos, a libertação aos presos, (2) a proclamar **um Ano aceitável ao Senhor** e o dia de nosso Deus fazer justiça, para consolar todos os enlutados (3) e a pôr uma coroa sobre os que em Sião estão de luto [...], a fim de dar-lhes um diadema em lugar de cinza e óleo de alegria em lugar de luto, uma veste festiva em lugar de um espírito abatido... (Is 61,1-3).

Denúncia e anúncio caracterizam a palavra profética, estando normalmente entrelaçadas, lado a lado. O profeta é ungido, consagrado e enviado para anunciar transformação. É isso que a realidade requer. Por isso, esse texto é palavra anunciadora de libertação, portadora de esperança para os oprimidos, identificados por diversos termos. Diante dessa realidade, a profecia é palavra prospectiva, que aponta para um *kairós*, um novo tempo. Desta forma, o texto profético revela a intervenção salvífica de Deus na história dos que sofrem.

Isaías 61,1-3, contrariamente à política persa, faz ver que mais importante que a reconstrução das instituições físicas de Israel/Judá, como o templo (Esd 3-6) e as muralhas de Jerusalém (Ne 3-7), é necessário reconstruir a vida do povo, que está em “grande miséria” (Ne 1,3) e tem que se “entregar à escravidão” (Ne 5,5) ou “migrar” por causa da “fome” (Rt 1,1). Jubileu é libertação de toda forma de jugo que oprime os pobres. O Espírito de Deus se revela e se manifesta nas ações voltadas para a reconstrução da vida do povo.

5.2. O JUBILEU EM LV 25,8-17

O Código da Santidade descreve o jubileu com essas palavras:

(8) Contarás sete semanas de anos [...], quarenta e nove anos. (9) No sétimo mês, no décimo dia do mês, farás vibrar o toque da trombeta. No Dia das Expições fareis soar a trombeta em todo o país. (10) Declarareis santo o quinquagésimo ano e proclamareis a libertação de todos os moradores da terra. Será para vós um **jubileu**. Cada um de vós retornará a seu patrimônio e cada um de vós voltará ao seu clã. (11) O quinquagésimo ano será para vós um ano jubilar: não semeareis, nem ceifareis [...]. (12) O jubileu será para vós coisa santa [...]. (13) Neste ano do jubileu, tornará cada um à sua possessão. (14) Se venderes ao teu compatriota ou dele comprares, que ninguém prejudique a seu irmão. (15) Segundo o número de anos decorridos depois do jubileu, comprarás de teu compatriota [...]. (17) Ninguém dentre vós oprima seu compatriota [...] (Lv 25,8-17).

Se, por dívidas, alguém perder a terra, “no jubileu, o comprador a liberará, para que volte ao seu próprio possuidor” (Lv 25,28). Se um irmão, por causa de pobreza, “vender-se a ti”, “será para ti como um assalariado ou hóspede e trabalhará contigo até o ano do jubileu. Então sairá da tua casa [...]” (Lv 25,39-41). No pós-exílio há uma mudança significativa em relação ao ano sabático: a escravidão não acaba no final do sexto ano, mas depois do quadragésimo nono ano. Significa que ela permanece praticamente a vida toda. Por sua vez, propõe-se a lei do resgate, mediante o *goel*, o resgatador daquele que se vendeu por causa de dívidas. Isso podia

ser feito de duas formas: “pagar a dívida ao credor ou indenizar os anos de servidão que faltam até o jubileu” (Reimer, 1998, p. 31).

Em relação ao retorno ao patrimônio e à reintegração da terra, o texto parece sintonizar e justificar a postura dos deportados que, com o decreto de Ciro, rei persa (Esd 1,2-4), a partir de 538 a.C., começam retornar do exílio, após quarenta e nove anos na diáspora (de 587 a 538 a.C.). Estes necessitavam de uma justificação para retomarem suas antigas terras, ocupadas por outras pessoas há cinquenta anos.

Mais do que uma prática ocorrida na história de Israel, como o texto prescreve, a Lei da Santidade aponta um horizonte a ser buscado permanentemente. O texto bíblico faz ver que o jubileu é um tempo no qual “é preciso dar prioridade e atenção aos pobres, é um tempo no qual a justiça e o amor devem reger as relações entre os homens: ‘Confessar a Deus como soberano inclui o cuidado dos pobres e a libertação dos que se encontram presos num contínuo ciclo de endividamento’.

“O ano santo exprime-se e se concretiza na prática da justiça, da restituição dos bens, da reconciliação da comunidade, do perdão das dívidas”. Nesse ano/tempo, “não se pode/deve prejudicar o próximo nem se aproveitar de ninguém”. O ano jubilar requer a “reconstrução do tecido social” e a “renovação das relações”, que devem ser perpassadas “pela justiça”. Trata-se de “um tempo de felicidade social”, “tempo excepcional, de paz, de liberdade, de recomposição das relações humanas”, de “aplanar as contradições e asperezas no curso da história” (Navia Velasco, 1999, p.106-107).

5.3. OS SENTIDOS DA TRADIÇÃO JUBILAR BÍBLICA

O jubileu envolvia especificamente quatro questões importantes da vida de Israel: a) o descanso da terra, contemplando o seu bom tratamento; b) a restituição das terras às famílias, incluindo prescrições contra a acumulação ilimitada e injusta; c) o perdão das dívidas, considerando o duro sistema tributário; d) e a libertação dos escravos, sobretudo aos escravizados por dívidas (Almada, 1999, p. 182).

O jubileu “era um ano de libertações e profundas transformações estruturais”. Basicamente, “a intenção do ano jubilar é restabelecer a vida e a igualdade, destruídas por problemas de dívidas ou injustiças. Estas leis não existem em outros povos da época” (Richard, 1999, p. 12). O relato de Ne 5,1-13 faz ver que essa lei devia ser aplicada quando o clamor dos pobres o exigisse.

Os tempos sagrados, na Bíblia, apontam para a necessidade de uma “ruptura histórica”: a cada seis dias de trabalho, segue o *sábado*; a cada seis anos de atividades, segue o *ano sabático*; e a cada quarenta e nove anos, segue o *ano jubilar*. Todos eles são tempos para: recuperar o plano de Deus e fortalecer a espiritualidade; ouvir o grito dos oprimidos; despertar consciência crítica e reconstruir a esperança; criar alternativas. Para a Sagrada Escritura, o *tempo cronológico* (sétimo dia, sétimo ano, quinquagésimo ano) adquire um sentido *kairológico*, como tempo de libertação, de reconstrução das estruturas, das relações e da esperança.

Em síntese, são elementos fundamentais da tradição jubilar: a) o caráter sagrado e absoluto da vida humana: “Deus e a vida são o único absoluto, todo o resto é relativo”; b) o “destino universal da terra”: doada por Deus ela não podia ser vendida em caráter permanente, apenas cedida temporariamente

para seu uso; c) a “supremacia do bem comum sobre os interesses individuais”; d) a lei a serviço da vida: “O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado” (Mc 2,27); sua finalidade é que “em teu meio não haja nenhum pobre/necessitado” (Dt 15,4) ou, como disse Jesus, “para que todos tenham vida em abundância” (Jo 10,10); e) ligar, articular o *shabat* com *shalom*: o descanso com a paz (Richard, 1999, p. 19).

Os tempos sagrados do sábado, do ano sabático e do ano jubilar criam “um tempo novo, que torna possível uma nova consciência, uma nova racionalidade, uma nova maneira de sentir, pensar e avaliar, para criar uma resistência ética e espiritual, onde a vida humana e do cosmos seja considerada definitivamente como um absoluto, acima de toda a lei e instituição. O jubileu deve ser um chamado a esta ruptura e resistência para reorientar a história para uma sociedade onde caibam todos e todas” (Richard, 1999, p. 21).

Esses tempos apontam para a vontade libertadora de Deus a favor dos pequenos, antecipando “a proclamação do reino de Deus, que será um eixo central do NT. Ano sabático, jubileu e Reino de Deus pertencem a uma mesma tradição e teologia e são uma referência básica para a interpretação de toda a História da Salvação” (Richard, 1999, p. 14).

REFERÊNCIAS

ALMADA, Samuel. A preparação do caminho para o jubileu e seus mártires. *Ribla*, v. 33, Petrópolis: Vozes, p.180-191, 1999.

ANDIÑACH, Pablo R. *O livro do Êxodo: um comentário exegético-teológico*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2010.

COMBLIN, José. Os pobres como sujeito da história. *Ribla*, v. 3, Petrópolis: Vozes, p.36-48, 1989.

EPSZTEIN, Léon. *A justiça social no Antigo Oriente Médio e o povo da Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1990 (Bíblia e Sociologia).

GARMUS, Ludovico. O descanso da terra. Uma releitura de Ex 23,10-11 e Lv 25,1-7. *Estudos bíblicos*, v. 58. Petrópolis: Vozes, p. 98-114, 1998.

KRAMER, Pedro. *Origem e legislação do Deuteronômio*: programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos. São Paulo: Paulinas, 2006 (Coleção exegese).

LIBANIO, j. b. *Crer num mundo de muitas crenças e pouca libertação*. São Paulo: Paulinas, 2003 (Livros Básicos de Teologia – Teologia Fundamental, 1).

NAVIA VELASCO, Carmina. Um ano jubilar – Perspectiva urbana. *Ribla*, v. 23, Petrópolis: Vozes, p.104-111, 1999.

REIMER, Haroldo. Leis dos tempos jubilares na Bíblia. Ensaio de uma perspectiva histórica, *Estudos bíblicos*, v. 58, Petrópolis: Vozes, p.15-32, 1998.

REIMER, Haroldo. Um tempo de graça para recomeçar. O ano sabático em Êxodo 21,2-11 e Deuteronômio 15,1-18, *Ribla*, v. 33, Petrópolis: Vozes, p. 33-50, 1999.

RICHARD, Pablo. Já é tempo de proclamar um jubileu. Sentido geral do jubileu na Bíblia e no contexto atual. *Ribla*, v. 33, Petrópolis: Vozes, p.7-22, 1999.

VAUX, R. de. *Instituições de Israel*. São Paulo: Teológica, 2003.

WANDERMUREM, Marli. A lei do ano sabático. Para que pobres achem o que comer – Um estudo de Êxodo 23,10-11. *Ribla*, v. 33, Petrópolis: Vozes, p.51-63, 1999.

“A ESPERANÇA NÃO DECEPCIONA” (RM 5,5)

Hope does not disappoint (Rm 5,5)

Ademir Rubini*

*Possui graduação em Ciências – Faculdades Reunidas de Admin. Ciências Contábeis e Econômicas de Palmas (1994), graduação em Filosofia B pela Universidade de Passo Fundo (2008), graduação em Teologia - B pelo Instituto de Teologia e Pastoral (1999), mestrado em Teologia pela Escola Superior de Teologia (2011) e doutorado em Teologia pela Escola Superior de Teologia (2015). É professor da Itepa Faculdades. Tem experiência na área de Teologia, com ênfase em Teologia Bíblica. Presbítero da Arquidiocese de Chapecó/SC.

 ademir_rubini@yahoo.com.br

 0000-0002-1996-2483

Recebido em: 16 de fevereiro de 2025.

Aprovado em: 08 de abril de 2025.

Resumo. O presente estudo analisa o tema do Mês da Bíblia 2025 — *A esperança não decepciona* (Rm 5,5) - em convergência com o lema do Ano Jubilar Ordinário. Partindo de uma apresentação do contexto histórico e teológico da Carta aos Romanos, investiga-se o conceito de esperança no pensamento paulino e sua relação com as virtudes teologais da fé e da caridade. A pesquisa, de caráter bibliográfico e exegético, evidencia que a esperança cristã, fundamentada na justificação pela fé e sustentada pelo amor de Deus derramado pelo Espírito Santo, transcende as adversidades e projeta-se para a plenitude escatológica. Conclui-se que, no contexto atual marcado por crises sociais e ambientais, a esperança evangélica se manifesta como força transformadora e compromisso profético de justiça, reconciliação e cuidado.

Palavras-chave: Esperança; Carta aos Romanos; Ano Jubilar; Justificação; Amor de Deus.

Abstract. This study examines the theme of the 2025 Bible Month — *Hope does not disappoint* (Rom 5:5) - in convergence with the motto of the Ordinary Jubilee Year. Starting from an overview of the historical and theological context of the Letter to the Romans, it investigates the concept of hope in Pauline thought and its relationship with the theological virtues of faith and charity. This bibliographical and exegetical research shows that Christian hope, grounded in justification by faith and sustained by the love of God poured out through the Holy Spirit, transcends adversity and is oriented toward eschatological fullness. It concludes that, in the current context marked by social and environmental crises, evangelical hope manifests itself as a transformative force and a prophetic commitment to justice, reconciliation, and care.

Keywords: Hope. Letter to the Romans. Jubilee Year. Justification. Love of God.

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo no contexto do Jubileu, também chamado de Ano Santo. A Bula de Proclamação do Jubileu Ordinário do Ano 2025, do Papa Francisco, inicia citando o Apóstolo Paulo, com a afirmação “*spes non confundit*” – a esperança não decepciona (Rm 5,5). A esperança, uma das virtudes teologais, dá o tom de como a Igreja deseja celebrar o Jubileu Ordinário. O Santo Padre traz presente um sentimento que pode tomar conta da vida de muitas pessoas, dizendo que “muitas vezes encontramos pessoas desanimadas que olham, com ceticismo e pessimismo, para

o futuro como se nada lhes pudesse proporcionar felicidade” (Francisco, 2024, n. 1).¹ Vivemos tempos marcados por crises múltiplas: guerras, desigualdade, degradação ambiental, perda de sentido e solidão. Nesse cenário, a esperança cristã é farol, força revolucionária que sustenta e orienta os passos do povo de Deus.

Diante disso, o Papa convida todos a voltarem seu olhar à Palavra de Deus, reconhecendo em Jesus Cristo o fundamento sólido da esperança que não decepciona. Celebrar o Jubileu é, portanto, um chamado a recomeçar, a deixar-se tocar pela misericórdia de Deus e renovar-se na alegria da salvação.

Na mesma direção aponta a Comissão Episcopal para a Animação Bíblico-Catequética da CNBB, quando propõe o Texto-Base para o Mês da Bíblia, iluminado pela Carta de Paulo aos Romanos, inclusive com o mesmo lema do Ano Jubilar. Esta confluência reforça, ainda mais, a importância de buscar as razões para a esperança do mundo (1Pd 3,15), numa perspectiva cristã, para dar sentido à vida, em meio às alegrias e tribulações.

Metodologicamente, o presente texto aborda duas questões: primeiro, uma descortinando aspectos gerais da Carta aos Romanos; segundo, uma reflexão sobre o tema da esperança, com base no pensamento de Paulo.

1. ASPECTOS GERAIS DA CARTA AOS ROMANOS

Das sete cartas consideradas autênticas, ou seja, escritas ou ditadas pelo próprio Paulo, a Carta aos Romanos é o último escrito do Apóstolo. Com a participação especial do secretário Tércio, que era, provavelmente, o taquígrafo de Paulo (Rm 16,22), temos o escrito mais amadurecido do pensamento paulino. Febe, diaconisa da comunidade de Cencréia – um dos portos de Corinto-, foi a carteira, que teve como missão levar a Carta à Igreja de Roma (Rm 16,1-2).

O motivo imediato de Paulo era apresentar-se aos cristãos de Roma, talvez para servir de ponte para ir à Espanha (Rm 15,24). Não foi Paulo quem fundou esta comunidade. Por isso, a necessidade de fundamentar sua intenção. O local do escrito foi em Corinto, pelo ano 56, onde permaneceu por três meses, durante a terceira viagem missionária (At 20,2-3).

Não se sabe quem fundou a comunidade. Possivelmente foi na década de 40, por cristãos judeus. No início, a comunidade cristã de Roma tinha forte presença judaica. Com a perseguição aos judeus, em 49, pelo imperador Cláudio, todos os que fossem de origem judaica foram expulsos de Roma. Quando Cláudio morreu, no ano 54, os judeus, inclusive Priscila e Áquila, puderam retornar. Mas, nestas alturas, a maioria dos cristãos em Roma já era de origem pagã, resultando em alguns conflitos de convivência entre os cristãos judeus e cristãos gentios, especialmente, por causa da liberdade diante da Lei Mosaica.

A comunidade cristã na capital romana era composta por diversos núcleos. Paulo faz referência a cinco Igrejas domésticas na cidade de Roma (Rm 16,3-16): Na casa de Prisca e Áquila (v. 5); na casa de Aristóbulo (v.10); na casa de Narciso (v.11); os irmãos que estão com Hermas (v. 14) e todos os santos que estão com Olimpas (v.15).

1 FRANCISCO, *Spes non confundit*: Bula de Proclamação do Jubileu Ordinário do ano 2025 (Documentos Pontifícios, 63. Brasília: Edições CNBB, 2024, n. 1).

Embora Romanos seja um escrito com caráter, predominantemente, pastoral, apresenta muitos aspectos teológicos. Depois de escrever aos gálatas, abordando sobre a justificação, Paulo retoma e aprofunda sua tese fundamental: a justificação vem pela fé e não pelas obras da lei. A salvação é expressão da gratuidade divina, através da morte e ressurreição de Cristo. Embora todos (judeus e gentios) sejam culpados diante de Deus, este não os condena, mas manifesta sua justiça, oferecendo gratuitamente a salvação, a todo o que crê, em virtude da redenção realizada por meio de Cristo Jesus (Rm 3,21-24).

Ninguém se salva por própria conta, a condição da salvação é a fé, independente da Lei Mosaica. A humanidade não conquista a justiça. Ela é dom de Deus. “A fé justificadora é por si mesma uma obra da graça divina em nós, bem como a fonte frutífera de todas as nossas boas obras” (Champlin, 2002, p. 622). Em Jesus Cristo, foi superada a ideia de um Deus nacionalista, revelando-se um Deus de toda a humanidade. A Lei atinge sua finalidade através da fé, que age pelo amor (Rm 3,31; Gl 5,6).

2. A ESPERANÇA DA GLÓRIA – RM 5,1-11

O termo “esperança”, na carta aos Romanos, aparece 13 vezes (Rm 4,18.18; 5,2.4.5; 8,20.24.24.24; 12,12; 15,4,13.13) (CNBB, 2025, p. 10).² Abraão entregou-se a Deus, confiando na promessa da terra e da descendência. Juntamente com Sara, partiu para uma terra que não conheciam, confiando na promessa de Deus, esperando contra toda esperança (Rm 4,18-21). A justificação pela fé em Cristo é apenas o início de uma nova caminhada, vivida na esperança e na perseverança diante das tribulações (Rm 5,2-3). A vocação da humanidade é ser a família de Deus, participando de sua glória (Rm 8,15-17). Enquanto isso não se realizar plenamente, viveremos em tensão: a criação em dores de parto (Rm 8,19-21), e com ela todos os cristãos que aguardam pela redenção do corpo, com uma esperança ativa (Rm 8,23-25) e gemidos inefáveis do Espírito – que age na comunidade (Rm 8,26-27). O hino ao amor de (Rm 8,31-19) mostra que nenhum obstáculo poderá nos separar do amor de Cristo. Possuir o Espírito e ser filho de Deus é expor-se a uma luta constante contra as forças que querem destruir o projeto de Deus. A vitória vem do amor de Deus, que venceu, em Cristo morto e ressuscitado, o poder do mal. Em Rm 12,12, a esperança é fonte de alegria, mesmo nas situações adversas da vida. A esperança vem da Palavra de Deus, que é fonte de consolação e mantém perseverantes aqueles que Nele esperam (Rm 15,4).

Paulo apresenta o Evangelho como força de Deus que conduz à salvação de todos os que têm fé (Rm 1,17-17). Fez perceber que esse dom vem de Deus, porque todos pecaram (judeus e gentios) e são incapazes de obter a justificação. Esta vem gratuitamente, em virtude da redenção realizada por Cristo (Rm 3,24). Abraão é colocado como exemplo quem depositou sua confiança inteiramente em Deus, “esperando contra toda a esperança” (Rm 4,18). Isto foi levado em conta de justiça (Rm 4,22). Da mesma forma, aquele que crê em Deus, que ressuscitou Jesus, encontra a justificação (Rm 4,24-25).

² Comissão episcopal para a animação bíblico-catequética da CNBB. Carta aos Romanos – Mês da Bíblia, Brasília: CNBB, 2025, p. 10.

O capítulo 5 inicia apresentando as consequências da justificação. “Paulo, que em Gl 2s e Rm 3s se apresentou como apóstolo da justificação pela fé, retorna aqui ao antigo esquema: fé, esperança e caridade; justificados pela fé (v.1), temos uma esperança que não falha (vv.2b.4s), porque o amor nos foi dado pelo Espírito” (Sánchez Bosch, 2002, p. 271).

A justificação pela fé é penhor de salvação. O cristão justificado encontra no amor de Deus a garantia de ser salvo. “Na realidade, ao apóstolo interessa sublinhar que a fé, único caminho para a justificação, iguala e reúne circuncisos e incircuncisos numa mesma humanidade que o Pai de Jesus Cristo reconcilia consigo” (Barbaglio, 1991, p. 179). Isso faz o Apóstolo afirmar que tendo sido justificados pela fé, estamos em paz com Deus (Rm 5,1), que é fruto da reconciliação, proporcionada gratuitamente por meio de Jesus Cristo. “Uma vez que fomos justificados pela fé, estamos em paz com Deus por Nosso Senhor Jesus Cristo. Por Ele tivemos acesso, na fé, a esta graça na qual nos encontramos firmemente e nos gloriamos, na esperança da glória de Deus” (Francisco, 2024, n. 2). Esta paz não tem conotação psicológica, no sentido de viver na tranquilidade. “Indica, ao invés, uma situação objetiva de relação positiva com Deus, fonte de salvação” (Barbaglio, 1991, p. 196). Por isso, ela é muito mais fruto de uma vida nova, reconciliada com Deus.

Aquele que faz a experiência da justificação, no encontro com Cristo, caminha na esperança (Rm 5,2). A esperança é uma virtude característica de todo cristão. Lança o olhar para o horizonte, o futuro de todos os filhos e filhas de Deus, testemunhando o amor de Deus que nos chamou a participar de Sua glória. Esperar é viver na expectativa dos bens escatológicos, participando da ressurreição de Jesus. É suspirar pela redenção do nosso corpo (Rm 8,18-23; 1Ts 4,13s). “Pois nossa salvação é objeto de esperança; e ver o que se espera não é esperar. Acaso alguém espera o que vê? E se esperamos o que não vemos, é na perseverança que o aguardamos” (Rm 8,24-25). A esperança cristã vai além da vida terrena, ela remete à vida eterna. “Se temos esperança em Cristo tão-somente para esta vida, somos os mais dignos de compaixão de todos os homens.” (1Cor 15,19). A glória presente está ancorada na esperança da glória de Deus (Rm 5,2; 2Cor 3,7-12). Paulo retoma a experiência de Moisés e os israelitas no Horeb, onde a glória de Deus se manifestou, comparando com a glória manifestada em Cristo, que é muito superior. “Pois, se o que é passageiro foi assinado pela glória, com mais razão o que permanece de ser glorioso” (2Cor 3,11). Tudo isso, podemos sintetizar a partir do que Paulo exortou os tessalonicenses, usando a simbologia do soldado: “Nós, pelo contrário, que somos do dia, sejamos sóbrios, revestidos da couraça da fé e da caridade e do capacete da esperança da salvação” (1Ts 5,8).

Operegrinar na esperança não isenta as dificuldades. A glória é vivida em meio às tribulações, através das quais aprendermos a perseverar na esperança (Rm 5,3). “A salvação é algo que está *atualmente em andamento* (estamos no processo de ser salvos, um processo que inclui o sofrimento). E a salvação é uma realidade ainda *a ser realizada* (seremos salvos na parousia) (Boring, 2015, p. 503). O Espírito Santo nos mantém no amor de Deus, derramado em nossos corações, garantindo-nos que a esperança não decepciona (Rm 5,5). Este Espírito Santo é o princípio interior de vida nova que Deus dá, caracterizando a nova aliança em oposição à antiga (Rm 7,6). Este Espírito, que é o Espírito de Cristo, torna o cristão filho de Deus (Rm 8,14-16; Gl 4,6s).

Com efeito, a esperança nasce do amor e funda-se no amor que brota do Coração de Jesus traspassado na cruz [...]. E a sua vida manifesta-se na nossa vida de fé, que começa com o Batismo, desenvolve-se na docilidade à graça de Deus e é por isso animada pela esperança, sempre renovada e tornada inabalável pela ação do Espírito Santo (Francisco, 2024, n. 3).

Este amor de Deus se manifestou em nós, mesmo na condição de pecadores, nos reconciliando com Ele, mediante a morte de seu Filho. A iniciativa vem de Deus, que nos amou primeiro (1Jo 4,19b). Este amor é pura gratuidade divina, que gera a salvação por sua graça (Rm 5,6-11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esta breve análise de Rm 5,1-11, a partir do lema “A esperança não decepciona” (Rm 5,5), fica a provocação deixada pelo Papa Francisco: “Que a força da esperança encha o nosso presente, aguardando com confiança o regresso do Senhor Jesus Cristo, a Quem é devido o louvor e a glória agora e nos séculos futuros” (Francisco, 2024, n. 25). Nossa esperança está em Cristo. Unidos a Ele somos chamados a caminhar numa vida nova, como nos diz a Escritura: “Se, pois, ressuscitastes com Cristo, procurai as coisas do alto [...] e a vossa vida está escondida com Cristo em Deus” (Cl 3,1-3).

Neste sentido, somos chamados a viver e anunciar essa esperança hoje, especialmente em meio à desigualdade, violência e crise ecológica. No contexto brasileiro, marcado por tantas feridas sociais, anunciar que a “esperança não decepciona” é assumir uma postura corajosa e profética. A comunidade cristã é chamada a ser sinal de reconciliação, espaço de cuidado, e portadora de uma esperança que se traduz em práticas de justiça, solidariedade e misericórdia. O Mês da Bíblia de 2025 nos convoca a redescobrir, na escuta da Palavra, a força transformadora da esperança evangélica.

REFERÊNCIAS

BARBAGLIO, Giuseppe. *As cartas de Paulo, II*. Trad. José Maria de Almeida; supervisão exegética Johan Konings. São Paulo: Loyola, 1991.

BÍBLIA. *A Bíblia de Jerusalém*. Nova ed. revista São Paulo: Paulus, 2000.

BORING, M. Eugene. *Introdução ao Novo Testamento: história, literatura, teologia*. Santo André (SP): Academia Cristã. São Paulo: Paulus, 2015.

CHAMPLIN, Russell Norman. *O Novo Testamento interpretado versículo por versículo*: volume 3: Atos, Romanos. São Paulo: Hagnos, 2002.

COMISSÃO EPISCOPAL PARA A ANIMAÇÃO BÍBLICO-CATEQUÉTICA DA CNBB. *Carta aos Romanos – Mês da Bíblia*, Brasília: CNBB, 2025.

FRANCISCO. *Spes non confundit*: Bula de Proclamação do Jubileu Ordinário do ano 2025. (Documentos Pontifícios, 63. Brasília: Edições CNBB, 2024.

HAWTHORNE, Gerald F. & MARTIN, Ralph P. (orgs.) *Dicionário de Paulo e suas cartas*. Trad. Barbara Theoto Lambert, São Paulo: Loyola, 2008.

SÁNCHEZ BOSCH, Jordi. *Escritos paulinos*. São Paulo: Ave-Maria, 2002. (Introdução ao estudo da Bíblia 7).

A TEOLOGIA PASTORAL E A ESPERANÇA QUE NÃO NOS DECEPCIONA

Pastoral Theology and the hope that does not disappoint us

Mateus Danieli*

*Pe. Me. Mateus Danieli. Presbítero da Arquidiocese de Passo Fundo, Mestre em Teologia Pastoral pela PUCRS, pós graduado em espiritualidade pela Itepa Faculdades, formado em teologia pelo Instituto de Teologia e Pastoral – ITEPA, graduado em filosofia pela Universidade Regional Integrada – URI – campus Erechim, professor da Itepa Faculdades.

 mateusdanieli_teo@hotmail.com

 <https://orcid.org/0009-0004-4380-8007>

Recebido em: 15 de fevereiro de 2025.

Aprovado em: 30 de abril de 2025.

Resumo: Os evangelhos apresentam Jesus Cristo e suas práticas como sinal de grande esperança para todos os tempos. Ao contemplar o anúncio da Palavra, a partilha, o cuidado com a vida e o envio missionário, Jesus suscita em seus interlocutores uma novidade sempre atual. Esta novidade acontece na Igreja em seus gestos repletos de esperança ao anunciar a Palavra, promover a partilha, cuidar da vida e permitir processos missionários, a Igreja mantém-se fiel ao seu propósito e a teologia pastoral tem muito a dizer sobre isso.

Palavras-Chave: Palavra; Partilha; Cuidado com a vida; Missão.

Abstract. The Gospels present Jesus Christ and his practices as a sign of great hope for all times. In contemplating the proclamation of the Word, the sharing, the care for life, and the missionary sending, Jesus awakens in his listeners a novelty that is always

relevant. This novelty unfolds in the Church through gestures filled with hope: proclaiming the Word, fostering sharing, caring for life, and enabling missionary processes. In this way, the Church remains faithful to its purpose, and pastoral theology has much to say about it.

Keywords: Word; Sharing; Caring for life; Mission.

INTRODUÇÃO

A proposição do ano jubilar é uma provocação direta para a teologia pastoral. Além de ser um tempo importante para viver a graça de Deus própria do ano santo, a dinâmica apresentada pelo Papa Francisco e seguida pelo Papa Leão, evocam um olhar para Jesus e para a prática pastoral.

A leitura que ora será realizada tem como desejo contemplar a pastoral de Jesus como sinal de esperança, em uma análise livre de textos bíblicos, isto é, sem a pretensão de analisar a literalidade do texto, mas em uma hermenêutica livre, contemplando os gestos de Jesus e a esperança que deles suscita. Depois, perceber por onde que estes sinais se tornam possíveis hoje através da pastoral realizada pela Igreja em diálogo com os as constituições do Concílio Vaticano II.

Metodologicamente, a reflexão trabalha a esperança cristã, em diálogo com o Ano Jubilar de 2025 e a teologia pastoral. Parte da pastoral de Jesus, compreendida em quatro dimensões fundamentais - anúncio da Palavra, partilha, cuidado com a vida e envio missionário. Em segundo lugar, examina a pastoral da Igreja como continuidade da missão de Cristo, destacando o anúncio do Evangelho, a celebração eucarística, o cuidado com a vida e a dimensão missionária como práticas que sustentam a esperança do povo de Deus. E, finaliza, flexionando o papel da teologia pastoral no horizonte jubilar, ressaltando que a esperança cristã não se reduz a devoções individuais, mas se expressa em práticas comunitárias que promovem vida, dignidade e fraternidade.

1. A ESPERANÇA PRESENTE NA PASTORAL DE JESUS

Ao lermos os evangelhos encontramos Jesus Cristo com uma intensa atividade pastoral, cheia de esperança do Reino de Deus. Ele não fazia ações isoladas. Em tudo, Jesus levava a esperança para as pessoas que abraçavam o projeto do qual ele era anunciador.

Esta esperança não é apresentada como uma magia, ou por fazer algum ritual religioso de purificação e pronto, a esperança da vida estava renovada. O jovem de Nazaré da Galileia traz a esperança para o Povo de Deus justamente a partir de onde ele se encontra: no meio deles, com o Emanuel.

Assim, é importante recuperar a dimensão da esperança realizada por Jesus a partir da própria dinâmica da sua pastoral em quatro realidades: no anúncio, na partilha, no cuidado com a vida e no envio missionário.

1.1 A ESPERANÇA NA PASTORAL DE JESUS AO ANUNCIAR A BOA NOVA

A palavra Evangelho é anúncio de uma boa nova, de uma notícia que é boa. Diferente das notícias vindas do império romano, ou do templo, ou da sinagoga, que eram notícias que deixavam a vida das pessoas mais difícil, com mais fardos de impostos ou de imposições rituais, morais e religiosas, Jesus Cristo anuncia da chegada do Reino de Deus.

Este anúncio não é só mais um discurso entre tantos que já haviam, mas é um modo de transmitir a esperança para o mundo como até então não se tinha experiência, até porque não é um discurso em forma de narrativa textual, mas uma proposta de vida, a ponto de as pessoas dizerem “Quando Jesus acabou de dizer essas palavras, as multidões ficaram admiradas com o seu ensinamento, porque Jesus ensinava como alguém que tem autoridade, e não como os doutores da Lei” (Mt 7,28-29).

A esperança que decorre deste anúncio se transforma em alegria, em felicidade, numa verdadeira exultação das pessoas por terem uma perspectiva totalmente diferente de vida. Dentre tantas alocações de Jesus anunciando as alegrias do Reino de Deus, o capítulo 5 do Evangelho de Mateus ganha destaque:

Felizes os pobres em espírito, porque deles é o Reino do Céu. Felizes os aflitos, porque serão consolados. Felizes os mansos, porque possuirão a terra. Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Felizes os que são misericordiosos, porque en-

contrarão misericórdia. Felizes os puros de coração, porque verão a Deus. Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus. Felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino do Céu. Felizes vocês, se forem insultados e perseguidos, e se disserem todo tipo de calúnia contra vocês, por causa de mim. Fiquem alegres e contentes, porque será grande para vocês a recompensa no céu. Do mesmo modo perseguiram os profetas que vieram antes de vocês (Mt 5,3-12).

Em primeiro lugar, este texto manifesta uma nova expressão: felizes! A linguagem do primeiro testamento, não raro, é marcada pela denúncia dos pecados, da injustiça, da opressão que os israelitas viviam. O conteúdo desta mensagem profética é inegável. Mas acaba que se torna pesado, triste, denso, como a vida do povo da época.

A partir de Jesus existe uma palavra que é diferente. Ele chamou de felizes, de bem-aventurados. É uma palavra que inspira uma realidade nova: nela está contida o anúncio de um Reino de felicidade, de vida plena, de pessoas alegres, com todas as suas necessidades básicas garantidas para uma vida feliz. Deste modo percebe-se que a atividade pastoral de Jesus ligada ao anúncio da Palavra produz um sentido atualizado do projeto de Deus: não é mais promessa, não é mais espera, é realidade.

Neste anúncio de Jesus é afirmado que os pobres em espírito são felizes. A pobreza, enquanto consequência da injustiça e do mal só traz morte e violência. Mas Jesus fala de uma pobreza que é parte da grandeza do próprio Deus, que em Jesus Cristo “esvaziou-se de si mesmo” (Fl 2,7). Esta primeira bem-aventurança relaciona a liberdade para abraçar a vontade de Deus. É interessante que em Mt 19,16-21, Jesus mostra o contrário desta bem-aventurança quando o jovem o interroga sobre a vida eterna e o diálogo entre os dois acontece até que este rapaz diz que observa a Lei desde pequeno e o Senhor lhe pede para vender os bens e dar aos pobres e segui-lo. Como ele não tinha liberdade para abraçar o Reino de Deus, terminou a conversa e saiu triste.

Como é diferente o anúncio de Jesus e o desígnio da felicidade versus a tristeza daquele que não conseguiu abraçar o projeto da esperança, assumir a vida em suas mãos, ser protagonista de uma causa maior. Simplesmente voltou para o seu mundo, para suas preocupações, para suas ocupações e ficou por isso. Ao contrário disto é o que Jesus anunciou e realizou. Anunciou a felicidade advinda com Reino de Deus, proclamando com palavras e gestos esta novidade.

Assim, entende-se as demais bem-aventuras anunciadas por Jesus como parte desta liberdade: atender os aflitos, ajudar os que não tem muita expectativa, os que promovem a justiça, a misericórdia, a paz. Tudo isso produz a esperança no mundo. Os bem-aventurados se tornam sinais de esperança porque sua vida produz a novidade de quem acolheu o anúncio do Reino de Deus.

É lógico que o efeito disto tudo será a perseguição. Mas mesmo assim, Jesus garante que isso também é sinal de esperança porque os perseguidores não querem a realização do Reino de Deus. É prova maior deste anúncio de Jesus a sua própria condenação, morte e crucificação. O anunciador da esperança foi parar na cruz por conta daqueles que deixam o povo no desespero. Eles perseguiram o Mestre da esperança e o condenaram.

Entretanto, a cruz não foi a última palavra sobre o anúncio do Reino de Deus. Jesus ressuscitou e completou em si a primeira bem-aventurança, dando a plena liberdade plena da Ressurreição a todos os que abraçam a sua causa.

1.2. A ESPERANÇA NA PASTORAL DA PARTILHA REALIZADA POR JESUS

O Evangelho de Marcos apresenta uma experiência bem interessante da pastoral de Jesus que produz a esperança no sentido celebrativo da vivência da fé. É a partilha dos pães e dos peixes. Nesta narrativa descrita no capítulo 6 do respectivo Evangelho, temos a descrição do banquete da morte realizado por Herodes.

O representante oficial do Império Romano no território de Israel “fez um banquete para os grandes da corte, os oficiais e os cidadãos importantes da Galiléia” (Mc 6,21b). Não bastasse uma festa para os nobres, o que aconteceu neste banquete revela a perversidade de quem acha que detém o poder.

No meio da festa, eis que surge uma jovem, que não tem nem nome, sinal de ser uma pessoa manipulável e sem perspectiva de atitude pessoal. De tantas coisas relatadas no texto bíblico acontecidas neste banquete de aniversário, o desfecho final é o que mais assusta: a cabeça de João Batista entregue em uma bandeja.

Tal banquete relatado pelo evangelista Marcos situa como os líderes do tempo de Jesus resolviam as suas pendências de interesses e conchavos: declarando a morte dos inocentes e dos que ajudavam as pessoas a encontrar o caminho da vida, como era o caso de João Batista. Com certeza, estas práticas levavam a grande multidão do povo ao medo e a desesperança total, pois os seus líderes não tinham preocupação alguma com a dignidade dos pobres e esquecidos.

É interessante que tal passagem bíblica, a do banquete da morte de João Batista, dá lugar a uma realidade totalmente inusitada. Como o povo estava perdido e sem líderes, os poucos que os ajudavam ficavam sobrecarregados. É o que aconteceu com os discípulos de Jesus: de tanto trabalho junto ao povo, não tinham mais tempo para si. E como é próprio do Mestre Jesus ensinar com atitudes, ele conduziu os discípulos para um lugar reservado, a fim de que tivessem um tempo de cultivo.

Entretanto, a realidade da multidão era tanta, que todos foram ao lugar onde os discípulos estavam. Neste momento Jesus “teve compaixão, porque eles estavam como ovelhas sem pastor. Então começou a ensinar muitas coisas para eles” (Mc 6,34). É a novidade do Reino de Deus da qual Jesus é o portador. Enquanto Herodes faz acordos para satisfazer suas vaidades, Jesus sente compaixão do povo porque não tinha quem os ajudasse, pois estavam como ovelhas sem pastor, pois não tinham quem os apoiassem em suas necessidades.

Mais do que resolver problemas momentâneos, Jesus vai ajudar o povo em sua formação integral, a ponto de começar a ensinar. Uma das primeiras coisas que as pessoas precisariam fazer para resolver a situação era aprender de Jesus sobre esta novidade do Reinado de Deus. O que gera a esperança no coração destas pessoas, a partir da prática de Jesus, é que há um envolvimento total na vida deles. O fato de Jesus se preocupar em ensinar a multidão permite que haja uma mudança de mentalidade com relação a sua situação no mundo. Não bastava saciar a fome, era necessário mudança de mentalidade, de compreensão das práticas, de serem sujeitos dos processos e transformadores da realidade a partir de práticas novas.

Ressoa como algo importante também a atitude de Jesus com relação aos discípulos. Mesmo que a multidão seja a destinatária do ensino do Nazareno, o grupo dos doze também precisa aprender como agir em relação a estes. A esperança não é para alguns, mas para todos. Assim, Jesus pede que os seus estejam em profunda relação com a multidão sofrida: “Vocês é que têm de lhes dar de comer” (Mc 6,37). Este “dar de comer” é o maior envolvimento possível com a vida daqueles que ali estavam. Não é só servir um prato de comida, mas é entrar em diálogo, em reciprocidade, em sentimentos, em olhares, em gestos, em práticas transformadoras e renovadoras da vida.

Os gestos realizados por Jesus na sequência se tornam uma profunda liturgia eucarística:

Então Jesus mandou que todos se sentassem na grama verde, formando grupos. E todos se sentaram, formando grupos de cem e de cinquenta pessoas. Depois Jesus pegou os cinco pães e os dois peixes, ergueu os olhos para o céu, pronunciou a bênção, partiu os pães e ia dando aos discípulos, para que os distribuíssem. Dividiu entre todos também os dois peixes. Todos comeram, ficaram satisfeitos, e recolheram doze cestos cheios de pedaços de pão e também dos peixes (Mc 6,39-41)

O texto diz que todos se sentassem. É uma postura de assembleia celebrante, unida e reunida, em atitude de profunda comunhão. Jesus recebe os dons recolhidos e partilhados, que são os dois peixes e os cinco pães. Este é o resultado da partilha. Nem todos tem o que oferecer, mas tudo o que se tem é partilhado para que todos possam participar. É um gesto de esperança, já que de Herodes só havia concentração dos produtos na mão de uns poucos, com o ensino de Jesus para a nova prática do Reino de Deus, é importante que o nada seja partilhado. Quem não tem precisam oferecer o seu nada, a fim de que, quando tiver possibilidades, também consiga participar e oferecer.

A celebração da esperança de Jesus segue com dois gestos: erguer os olhos ao céu e pronunciar a bênção. Retoma a imagem do sacerdote Melquisedec do livro do Gênesis, que realizou o gesto eucarístico com Abraão: “Melquisedec, rei de Salém e sacerdote do Deus Altíssimo, levou pão e vinho, e abençoou Abrão, dizendo: ‘Bendito seja Abrão pelo Deus Altíssimo, que criou o céu e a terra’” (Gn 14,18-19). Ao celebrar a partilha com os discípulos e a multidão, Jesus ensina que a esperança eucarística é vontade de Deus, Ele é o doador dos dons e que a vontade Dele é que todos tenham suas necessidades básicas supridas.

Jesus reparte o pão e pede que os discípulos distribuam aos participantes. Quanta esperança nasce destas ações: partir e distribuir. A primeira é pessoal. Trata-se de tomar iniciativa diante da situação, mudando posturas e modos de ser e compreender a vida. A segunda é comunitária. Distribuir exige um enfrentamento. Aquele que distribui, distribui algo a alguém. Este alguém, no caso, é a multidão. Os discípulos terão que enfrentar a multidão, se achegar as pessoas, olhar nos olhos, sorrir, tocar nas pessoas, entrar em profunda comunhão.

Assim, os gestos eucarísticos de Jesus se tornam decididamente uma esperança para quem participa, tanto do aprendizado, quanto da ação. Esta ambiguidade entre os dois banquetes do capítulo sexto de Marcos, ajudam a entender que a esperança vem da pastoral da partilha dos pequenos e grandes gestos, de quem está disposto a assumir uma nova prática de vida, uma

mentalidade transformada e transformadora. Não importa tanto o que se partilha, nem o que se partilha, mas o real desejo que existe em quem partilha. Jesus partilhou por desejar profundamente o Reino de Deus. E, por assim dizer, sua pastoral é pautada por profunda esperança.

1.3. A ESPERANÇA PASTORAL DE JESUS NO CUIDADO COM A VIDA

A esperança que Jesus apresentou a humanidade no cuidado com a vida personifica a imagem do Bom Pastor, daquele que é capaz de dar a própria vida para devolver a dignidade dos demais.

No livro de Ezequiel, capítulo 34, lê-se a dura crítica do profeta aos falsos pastores de Israel. A imagem agropastoril é uma metáfora para falar dos líderes políticos e religiosos do seu tempo. O profeta é firme ao descrever o quanto as atitudes destes líderes estavam causando o mal ao povo e como eles tratavam aqueles sobre os quais tinham uma responsabilidade: “você dominam com violência e opressão” (Ez 34,4). São palavras que revelam o quanto a desesperança era presente na vida de Israel.

Mas a profecia não fica só na denúncia. A mensagem de Ezequiel prevê um bom pastor que vai reunir, cuidar, pastorear, conduzir, dar descanso e qualidade de vida a todo o seu povo (Ez 34,11-16). Esta imagem de bom pastor também poeticamente anunciada pelo salmista. No salmo 23, conhecido como salmo do bom pastor, o salmista utiliza palavras que expressam todo o carinho do bom pastor pelo seu rebanho. Nos versículos 2 e 3 deste salmo encontram-se as ações do bom pastor: conduz, restaura, guia. São atribuições de quem tem o pastor como referência, um sinal de esperança mesmo em meio as maiores dificuldades, pois “embora eu caminhe por um vale tenebroso, nenhum mal temerei, pois junto a mim estás; teu bastão e teu cajado me deixam tranquilo” (Sl 23,4).

A realização desta imagem do bom pastor se dá na pessoa de Jesus Cristo. No evangelho de João há uma aproximação interessante entre o texto de Ezequiel 34 e Jesus o Bom Pastor. Primeiro que Jesus denuncia os maus pastores, os líderes maldosos do seu tempo, aqueles que se tornam sinal de desesperança para os mais sofridos. Nas palavras do próprio Jesus: “Eu garanto a vocês: aquele que não entra pela porta no curral das ovelhas, mas sobe por outro lugar, é ladrão e assaltante” (Jo 10,1). Mais adiante, Jesus dirá que os maus pastores de Israel produzem tudo o que é de pior usando adjetivos bem fortes sobre eles: “o ladrão só vem para roubar, matar e destruir” (Jo 10,10a). É a visão do próprio Filho de Deus sobre quem estava à frente do Povo no seu tempo. Demonstra a preocupação porque as referências daquele Povo eram as piores possíveis.

Mas, a boa notícia diante desta constatação, é o próprio Jesus que se apresenta como o Bom Pastor. Ele fala das suas qualidades que o permitem chamar-se assim: “Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância. Eu sou o bom pastor. O bom pastor dá a vida por suas ovelhas. Eu sou o bom pastor: conheço minhas ovelhas, e elas me conhecem” (Jo 10,10b-11.14). É uma imagem cheia de esperança e alegria a que o evangelista atribui a Jesus, pois Ele veio para que tenham vida, Ele é bom, ele é conhecido.

Assim, chega-se a um resumo de toda a vida pública de Jesus conforme a comunidade joanina. Desde a apresentação pública dele nas bodas de Caná, o diálogo com Nicodemos, a manifestação à Samaritana, a cura do paralisado, o sinal dos pães, o discurso dele com as autoridades e a cura do cego de nascença, são manifestações da esperança trazidas pelo Bom Pastor. Por esta via, chega-se à conclusão de que os sinais realizados por Jesus, além de ter como motivo, levar a comunidade a fé como o mesmo texto diz: “Estes sinais foram escritos para que vocês acreditem que Jesus é o Messias, o Filho de Deus” (Jo 20,30), relatam a vivência pastoral de Jesus como um grande sentido de esperança e vida: “E para que, acreditando, vocês tenham a vida em seu nome” (Jo 20,31). Tudo aquilo que os falsos líderes de Israel estavam trazendo para o Povo, que era morte e destruição, Jesus faz o contrário, traz a vida em abundância por todos os seus gestos, palavras, ensinamentos e formação pastoral dos discípulos.

1.4. A ESPERANÇA DE JESUS AO ENVIAR OS DISCÍPULOS

A atividade pastoral de Jesus continua em cada um dos seus discípulos, com a mesma intensidade e força de transformação do mundo. A partir do evangelho de Lucas, o envio dos 72 discípulos é uma luz de esperança, pois eles vão estar nos lugares aos quais Jesus gostaria de estar, fazer as mesmas ações de Jesus e anunciar o Reino de Deus. É o que se lê na seguinte perícopa:

O Senhor escolheu outros setenta e dois discípulos, e os enviou dois a dois, na sua frente, para toda cidade e lugar aonde ele próprio devia ir. E lhes dizia: “A colheita é grande, mas os trabalhadores são poucos. Por isso peçam ao dono da colheita que mande trabalhadores para a colheita. Vão! Estou enviando vocês como cordeiros para o meio de lobos. Não levem bolsa, nem sacola, nem sandálias, e não parem no caminho, para cumprimentar ninguém. Em qualquer casa onde entrarem, digam primeiro: ‘A paz esteja nesta casa!’ Se aí morar alguém de paz, a paz de vocês irá repousar sobre ele; se não, ela voltará para vocês. Permaneçam nessa mesma casa, comam e bebam do que tiverem, porque o trabalhador merece o seu salário. Não fiquem passando de casa em casa. Quando entrarem numa cidade, e forem bem recebidos, comam o que servirem a vocês, curem os doentes que nela houver. E digam ao povo: ‘O Reino de Deus está próximo de vocês!’ (Lc 10,1-9).

O grupo dos seguidores aumenta, já são 72 os enviados. Mas isso não significa que a missão seria mais fácil. As necessidades do povo eram tantas que, mesmo que este grupo maior fosse enviado em missão, ainda assim seriam poucos os operários para o tamanho da messe. E enviados para situações complexas que o mundo apresenta, a enfrentar desafios nunca imaginados. Tudo por causa da grande esperança que Jesus havia suscitado neles.

Esta esperança que se faz no anúncio da paz. No tempo de Jesus provavelmente os mensageiros do Império Romano levavam notícias difíceis como aumento de impostos ou novas guerras. Jesus envia os discípulos para anunciar a paz, não só em palavras, mas com a transformação dos corações para a cultura da paz. Esta paz é a proximidade do Reino de Deus acontecendo no coração da humanidade.

Desta maneira, o envio missionário gera uma esperança, porque os agentes desta missão levam pelo caminho a missão do próprio Senhor enviados por Ele. Não é em nome próprio, ou em

uma realização de projeto pessoal, ou até mesmo a própria pessoa. Os 72 vão em nome do Senhor, enviados por Ele, para fazer o que Ele desejaria fazer nos lugares que Ele gostaria de estar. A partir deste envio, tudo se torna novo e esperançoso, pois há um avanço na dinâmica da construção do Reino de Deus. Já não depende de Filho de Deus, mas de todo aquele que é enviado em Seu nome para continuar a sua missão.

2. A ESPERANÇA NA PASTORAL DA IGREJA

Seguindo os passos de Jesus, o peregrino de esperança, a comunidade cristã é continuamente chamada peregrinar nesta mesma certeza, realizando os passos do seu Senhor até a consumação plena do seu Reino.

Nesta missão, é importante ressaltar as atribuições fundamentais da Igreja continuando sendo portadoras da mesma esperança e tendem ao mesmo fim. No anúncio da Palavra, na celebração da Partilha, no cuidado com a vida e na missão evangelizadora, a Igreja não faz atividades isoladas. Em tudo a Igreja é sinal da esperança que não nos decepciona.

2.1. A ESPERANÇA ANUNCIADA PELA IGREJA AO COMUNICAR O EVANGELHO

O concílio Vaticano II considerou que o anúncio da Palavra de Deus, a interpretação desta Palavra, e a maneira como que ela transforma o ser e agir dos cristãos no mundo é uma fonte de esperança. Como afirma a constituição *Dei Verbum*:

É preciso, pois, que toda a pregação eclesial, assim como a própria religião cristã, seja alimentada e regida pela Sagrada Escritura. Com efeito, nos livros sagrados, o Pai que está nos céus vem amorosamente ao encontro de Seus filhos, a conversar com eles; e é tão grande a força e a virtude da palavra de Deus que se torna o apoio vigoroso da Igreja, solidez da fé para os filhos da Igreja, alimento da alma, fonte pura e perene de vida espiritual. Por isso se devem aplicar por excelência à Sagrada Escritura as palavras: 'A palavra de Deus é viva e eficaz' (Hebr. 4,12), 'capaz de edificar e dar a herança a todos os santificados' (At. 20,32; cfr. 1 Tess. 2,13) (DV 21).

Anunciar a Palavra de Deus, longe de ser uma atividade de persuasão aos que escutam, é uma forma de permitir que Deus fale "amorosamente" com seus filhos. Assim, todas as vezes que se anuncia a Sagrada Escritura para os seus fiéis, a Igreja está permitindo que uma grande esperança seja anunciada ao mundo, pois é deixar que Deus fale como a um pai para seus filhos.

É o que o sínodo dos bispos sobre a Palavra de Deus reafirma:

A novidade da revelação bíblica consiste no fato de Deus Se dar a conhecer no diálogo, que deseja ter conosco. A Constituição dogmática *Dei Verbum* tinha exposto esta realidade, reconhecendo que Deus invisível na riqueza do seu amor fala aos homens como a amigos e convive com eles, para os convidar e admitir à comunhão com Ele (VD 6).

Portanto, quando olhamos para Jesus, aquele que anunciou a esperança do Reino de Deus e chamou aos que acolhessem a sua proposta de felizes, de bem-aventurados, não foi só mais

uma narrativa ou uma interpretação sobre Deus, ou palavras humanas dizendo sobre Deus. Em Jesus Cristo o próprio Deus que fala do Pai e apresenta de maneira única o amor incondicional. Enquanto os fariseus e mestres da lei eram humanos explicando leis tidas como divinas, em Jesus Cristo a esperança divina se torna realidade. Como diz a exortação *Verbum Domini*:

Aqui a Palavra não se exprime primariamente num discurso, em conceitos ou regras; mas vemo-nos colocados diante da própria pessoa de Jesus. A sua história, única e singular, é a palavra definitiva que Deus diz à humanidade. Daqui se compreende por que motivo, «no início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo». A renovação deste encontro e desta consciência gera no coração dos fiéis a maravilha pela iniciativa divina, que o homem, com as suas próprias capacidades racionais e imaginação, jamais teria podido conceber. Trata-se de uma novidade inaudita e humanamente inconcebível: 'O Verbo fez-Se carne e habitou entre nós' (Jo 1, 14a) (VD 11).

A partir de Jesus Cristo, o anúncio da Palavra é uma maneira única de permitir ao interlocutor que tenha um encontro decisivo com Deus, não com uma teoria ideológica, mas com o próprio Senhor, que transforma a consciência dos que escutam seus ensinamentos e os colocam em prática.

É interessante notar que já antes do Concílio, a Igreja retomou esta prática pastoral de esperança em todas as suas linhas de atuação: desde a catequese centrada na Palavra de Deus, a liturgia da Palavra e toda a dimensão litúrgica da vida eclesial são pautadas pelo anúncio da Palavra, os sacramentos e sacramentais são realizados com a presença da Palavra, a formação a partir da metodologia da leitura orante da Palavra de Deus, toda a vida pastoral orientada pelo anúncio da Palavra, toda a vida de oração e santificação do tempo com a liturgia das horas em contato com a Palavra, a vida da caridade e a ação social em função da Palavra, o ensino da Teologia tendo a Palavra como alma de todo o fazer teológico. Estas e tantas outras realidades são suscitadas neste caminho de esperança que vem do contato direto com a Palavra. Como afirmou o Papa Francisco em sua exortação *Evangelii Gaudium*:

Toda a evangelização está fundada sobre esta Palavra escutada, meditada, vivida, celebrada e testemunhada. A Sagrada Escritura é fonte da evangelização. Por isso, é preciso formar-se continuamente na escuta da Palavra. A Igreja não evangeliza, se não se deixa continuamente evangelizar. É indispensável que a Palavra de Deus se torne cada vez mais o coração de toda a atividade eclesial (EG 174).

2.2. A ESPERANÇA QUE ACONTECE NOS GESTOS DE PARTILHA REALIZADA PELA IGREJA

Quando Jesus celebrou o banquete da vida conforme Mc 6,39-41, narrado também em Mt,14,13-21 e Jo 6,1-15, é evidente que este do pão e dos peixes se torna um gesto de suma importância para a comunidade cristã, indicando o valor fundamental de um novo modo de vida e economia baseado no Evangelho que é a partilha. Gesto que ele repetiu outras vezes, segundo os textos bíblicos (Mc 14, 22-24; Lc 24,28-31.41-43) e a comunidade apostólica assumiu como forma de manter viva a memória do Senhor de acordo com o escrito encontrado em 1Cor 11,22-30 e At 2,42-47 e 4,32-37.

Ao repartir o pão e celebrar a Eucaristia como memorial de Jesus Cristo a Igreja continua atualizando um compromisso de esperança para o mundo. Diferente de uma encenação ou de uma história contada, a liturgia da Igreja é memorial permanente da partilha realizada pelo Senhor. Ao celebrar no hoje da história a Páscoa de Jesus, a Igreja atualiza a esperança que contagia o mundo com seu amor. É o que afirma o Concílio com as seguintes palavras:

Contudo, a Liturgia é simultaneamente a meta para a qual se encaminha a ação da Igreja e a fonte de onde promana toda a sua força. Na verdade, o trabalho apostólico ordena-se a conseguir que todos os que se tornaram filhos de Deus pela fé e pelo Batismo se reúnam em assembleia para louvar a Deus no meio da Igreja, participem no Sacrifício e comam a Ceia do Senhor. A Liturgia, por sua vez, impele os fiéis, saciados pelos «mistérios pascais», a viverem «unidos no amor»; pede «que sejam fiéis na vida a quanto receberam pela fé»; e pela renovação da aliança do Senhor com os homens na Eucaristia, e aquece os fiéis na caridade urgente de Cristo. Da Liturgia, pois, em especial da Eucaristia, corre sobre nós, como de sua fonte, a graça, e por meio dela conseguem os homens com total eficácia a santificação em Cristo e a glorificação de Deus, a que se ordenam, como a seu fim, todas as outras obras da Igreja (SC 10).

A estas palavras confirma-se a o sentido profundo da esperança cristã, pois todas as vezes que se come do pão partido e se bebe do vinho do mesmo cálice, ali está sendo atualizada a fé da comunidade que anuncia a morte do Senhor, proclama a Ressurreição e espera a sua gloriosa vinda no final dos tempos.

Mais do que uma reunião para a comensalidade, a Eucaristia, é a celebração da meta para a qual todos os cristãos caminham e ao mesmo tempo o ponto a fonte onde encontram a sua esperança, de acordo com a definição conciliar citada acima. Logo, quando os fiéis se reúnem em assembleia celebrante, o encontro que ali estão realizando é a fonte de sua esperança, haja visto que a partilha que acontece na liturgia cristã alimenta a fé, fortalece o testemunho e encaminha a vida daqueles que dela participaram, sendo compromisso ético, moral e transformador no mundo em que vivem. Como afirmou Bento XVI na exortação *Sacramentum Caritatis*:

A união com Cristo, que se realiza no sacramento, habilita-nos também a uma novidade de relações sociais: a mística do sacramento tem um carácter social, porque (...) a união com Cristo é, ao mesmo tempo, união com todos os outros aos quais Ele Se entrega. Eu não posso ter Cristo só para mim; posso pertencer-Lhe somente unido a todos aqueles que se tornaram ou hão-de tornar Seus. A propósito, é necessário explicitar a relação entre mistério eucarístico e compromisso social. A Eucaristia é sacramento de comunhão entre irmãos e irmãs que aceitam reconciliar-se em Cristo, o Qual fez de judeus e gentios um só povo, destruindo o muro de inimizade que os separava (Ef 2,14). Somente esta tensão constante à reconciliação permite comungar dignamente o corpo e o sangue de Cristo (Mt 5,23-24). Através do memorial do seu sacrifício, Ele reforça a comunhão entre os irmãos e, de modo particular, estimula os que estão em conflito a apressar a sua reconciliação, abrindo-se ao diálogo e ao compromisso em prol da justiça. A restauração da justiça, a reconciliação e o perdão são, sem dúvida alguma, condições para construir uma verdadeira paz; desta consciência nasce a vontade de transformar também as estruturas injustas, a fim de se restabelecer o respeito da dignidade do homem, criado à imagem e semelhança de Deus; é através da realização concreta desta responsabilidade que a Eucaristia se torna na vida o que significa na celebração (Sch 89).

Diante disso, o banquete da Eucaristia, que é o banquete da vida e do amor, é uma forma dos cristãos continuarem atualizando os gestos de Jesus Cristo: organizar, tomar, dar graças, partir, repartir e recolher. Só se entende a esperança cristã alimentada na Eucaristia quando ela permite que estes gestos realizados por Jesus sejam vivenciados no dia a dia daqueles que o celebram, no convívio fraterno e no amor entre os irmãos.

2.3. A ESPERANÇA QUE A IGREJA PRODUZ NO CUIDADO COM A VIDA

O olhar sobre a dimensão pastoral da Igreja no cuidado com a vida é uma expressão de esperança, e em muitas situações, é o porto seguro para muitos pobres e necessitados. Seguindo os passos de Jesus, o Bom Pastor que cuida de todos e quer que todos encontrem o caminho da vida, a Igreja em sua dimensão pastoral procura ser fiel a este propósito. É o que definiu a constituição *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração” (GS 1). Ao acolher a realidade da vida das pessoas, especialmente as que mais sofrem, a Igreja continua atendendo aqueles aos quais Jesus se dedicou tanto, e isto é sinal de esperança.

Na bula *Spes non Confundit*, do Papa Francisco, convocando o ano jubilar dos dois mil e vinte e cinco anos do nascimento de Jesus, chama atenção que os sinais de esperança evidenciados pela Igreja vão nesta “esteira” do cuidado com a vida. A partir do número 7 ao 15, o Papa Francisco faz uma série de proposições que são verdadeiramente um cuidado com a vida atenta aos sinais dos tempos. São elas: a paz para o mundo, abertura a vida e desejo de ter filhos, a dignidade para os privados de liberdade, a presença entre os enfermos, o acompanhamento as juventudes, o cuidado para com os migrantes, o carinho aos idosos e a constante opção evangélica pelos pobres e a superação dos males realizados pela desigualdade social.

O cuidado com a vida na dimensão pastoral da Igreja é um sinal permanente de esperança para todos. Em tempos de individualismo e globalização da indiferença como denunciou o Papa Francisco, a essência comunitária da fé cristã propõe algo sempre novo e inegociável, que é a vida cristã para a fraternidade universal. Isto é cuidado pastoral. Nas palavras do Papa Francisco em sua encíclica *Fratelli Tutti*:

Desejo ardentemente que, neste tempo que nos cabe viver, reconhecendo a dignidade de cada pessoa humana, possamos fazer renascer, entre todos, um anseio mundial de fraternidade. Entre todos: “Aqui está um ótimo segredo para sonhar e tornar a nossa vida uma bela aventura. Ninguém pode enfrentar a vida isoladamente (...); precisamos duma comunidade que nos apoie, que nos auxilie e dentro da qual nos ajudemos mutuamente a olhar em frente. Como é importante sonhar juntos! (...) Sozinho, corres o risco de ter miragens, vendo aquilo que não existe; é juntos que se constroem os sonhos”. Sonhemos como uma única humanidade, como caminheiros da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que nos alberga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos irmãos (FT 11).

Na defesa da vida e na disposição sempre atenta de formar um mundo de irmãos e irmãs, a Igreja continua espalhando as sementes de esperança que não é só um discurso, mas uma realidade. Se pensar em toda a caridade organizada em tantos lugares, o atendimento aos enfermos e as visitas, a assistência social, a educação e a saúde, o atendimento as crianças vulneráveis, os projetos sociais para atender os idosos, e assim por diante. Em tudo isso que a é realizado pela Igreja, o olhar sempre se volta para Jesus, que em tudo se fez próximo dos sofredores. Este cuidado pastoral continua sendo sinal visível da esperança de Deus.

2.4. A ESPERANÇA QUE SE RENOVA COM OS MISSIONÁRIOS DE HOJE

O mesmo Jesus que enviou os 72 discípulos para os lugares aos quais ele mesmo gostaria de estar, continua a dirigir o mesmo compromisso a todos os que o seguem. É um olhar esperançoso que nasce do encontro com Jesus e se completa na missão. Como exortou o Papa Bento XVI na abertura da V Conferência do Episcopado Latino Americano e Caribenho: “Conhecer a Jesus Cristo pela fé é nossa alegria; segui-lo é uma graça, e transmitir este tesouro aos demais é uma tarefa que o Senhor nos confiou ao nos chamar e nos escolher.” (Dap 18).

A dimensão missionária da esperança vem deste constante ato de encontro com Deus, não com uma ideia, uma imagem, uma figura criada pela inteligência artificial, mas com o próprio Senhor, com a sua pessoa que escuta, que fala e que convida a constante conversão.

No encontro com Ele, na amizade cultivada sempre e de novo com o Senhor, é que a missionariedade se renova na vida de cada pessoa, como tão bem afirmou o Papa Francisco:

Somente graças a este encontro – ou reencontro – com o amor de Deus, que se converte em amizade feliz, é que somos resgatados da nossa consciência isolada e da autoreferencialidade. Chegamos a ser plenamente humanos, quando somos mais do que humanos, quando permitimos a Deus que nos conduza para além de nós mesmos a fim de alcançarmos o nosso ser mais verdadeiro. Aqui está a fonte da ação evangelizadora. Porque, se alguém acolheu este amor que lhe devolve o sentido da vida, como é que pode conter o desejo de o comunicar aos outros? (EG 8)

Do encontro ao desejo de comunicar este sentido maior da existência em Deus é que a Igreja também se sente chamada a ser peregrina de esperança “ad intra” e “ad extra”, ou seja, a missão não é só para convencer os outros sobre a Igreja ou fazer com que pessoas venham a missa. Missão é permitir que todas as estruturas, os carismas, os ministérios, os serviços realizados sejam um constante voltar-se para Deus.

A missão que convoca a todos para de novo e sempre estarem em um constante processo como pediu o papa Paulo VI:

Evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma. Comunidade de crentes, comunidade de esperança vivida e comunicada, comunidade de amor fraterno, ela tem necessidade de ouvir sem cessar aquilo que ela deve acreditar, as razões da sua esperança e o mandamento novo do amor. Povo de Deus imerso no mundo, e não raro tentado pelos ídolos, ela precisa de ouvir, incessantemente, proclamar as grandes obras de Deus, que a converteram para o Senhor; precisa sempre ser con-

vocada e reunida de novo por ele. Numa palavra, é o mesmo que dizer que ela tem sempre necessidade de ser evangelizada, se quiser conservar frescor, alento e força para anunciar o Evangelho (EN 15).

O frescor evangelizador do qual Paulo VI explicita é sinal inevitável de esperança. Quando esta novidade do Evangelho perde sua vitalidade, outras preocupações passam a fazer parte da Igreja, sobressaem as reclamações, os murmúrios, as tensões se tornam mais evidenciadas, os limites humanos aparecem mais realçados, e a esperança não tem mais lugar.

Ao contrário é quando a evangelização está decididamente ancorada em chave missionária. Mesmo em tempos difíceis, agitados por tantas desesperanças, a pastoral em chave missionária continuará dando o suporte de esperança, afim de que o Reino de Deus continue sendo possível entre nós, como tão bem nos fala o Papa Francisco:

A imagem da âncora é sugestiva para compreender a estabilidade e a segurança que possuímos no meio das águas agitadas da vida, se nos confiarmos ao Senhor Jesus. As tempestades nunca poderão prevalecer, porque estamos ancorados na esperança da graça, capaz de nos fazer viver em Cristo, superando o pecado, o medo e a morte. Esta esperança, muito maior do que as satisfações quotidianas e as melhorias nas condições de vida, transporta-nos para além das provações e exorta-nos a caminhar sem perder de vista a grandeza da meta a que somos chamados: o Céu (SnC 25).

3. A PASTORAL E A TEOLOGIA NA ESPERANÇA QUE NÃO DECEPCIONA

Neste ano jubilar, a teologia pastoral é apontada como uma das grandes aliadas na vivência da graça. Não raro, os anos jubilares são evidenciados pela “porta santa”, pelas indulgências, pela confissão e oração individuais. O jubileu dos dois mil e vinte e cinco anos do nascimento de Jesus tem tudo isso. Entretanto, a tônica tem sido muito mais nos sinais de esperança do que nas práticas pessoais de conversão.

Quando o Papa Francisco convocou o ano jubilar disse: “Muitas vezes encontramos pessoas desanimadas que olham, com ceticismo e pessimismo, para o futuro como se nada lhes pudesse proporcionar felicidade. Que o Jubileu seja, para todos, ocasião de reanimar a esperança!” (SnC 1). Nesta convocação para o ano jubilar vê-se claramente a proposição de Francisco para que o ano da graça de Deus produza um sentido de vida para o todo da Igreja e que peregrinar não é só ir a Roma ou a alguma igreja proclamada como jubilar e passar porta que está tudo resolvido.

A graça jubilar será muito melhor vivida se tivermos os olhos fixos em Jesus Cristo, afirmar que Ele é a nossa maior esperança e continuar realizando o anúncio corajoso da Palavra, a partilha, o cuidado com a vida e a missão evangelizadora. Eis um caminho proposto. A teologia pastoral tem muito a dizer neste tempo de peregrinos de esperança.

REFERÊNCIAS

BENTO XVI. *Sacramentum Caritatis*. Exortação Apostólica pós-sinodal sobre a Eucaristia, fonte e ápice da vida e missão da Igreja. 2007. Acesso em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20070222_sacramentum-caritatis.html

BENTO XVI. *Verbum Domini*. Exortação Apostólica pós- sinodal, sobre a Palavra de Deus na vida e missão da Igreja. 2010. Acesso em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20100930_verbum-domini.html

BÍBLIA PASTORAL. Edição online. Acesso em: https://www.paulus.com.br/biblia-pastoral/_INDEX.HTM

CELAM. *Documento de Aparecida*. 2007. Acesso em <https://anec.org.br/biblioteca/documento-de-aparecida-2007/>

CONCÍLIO VATICANO II. *Dei Verbum*. Acesso em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html

CONCÍLIO VATICANO II. *Sacrosanctum Concilium*. Acesso em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html

PAPA FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*. Exortação Apostólica sobre o Anúncio do Evangelho no mundo atual. 2013. Acesso em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html

PAPA FRANCISCO. *Fratelli Tutti*. Encíclica apostólica sobre a fraternidade e amizade social. 2020. Acesso em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html

PAPA FRANCISCO. *Spes non Confundit*. Bula de proclamação do jubileu ordinário do ano 2025. Acesso em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/bulls/documents/20240509_spes-non-confundit_bolla-giubileo2025.html

PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi*. Exortação Apostólica sobre a evangelização no mundo contemporâneo. 1975. Acesso em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html

O MINISTÉRIO DO DIACONADO NA VIDA E MISSÃO DA IGREJA

The ministry of the diaconate in the life and mission of the Church

Clair Favreto*

Paulo Henrique Fassina**

*Instituto de teologia e pastoral - Itepa Faculdades. Padre da Diocese de Erechim. Professor da Itepa Faculdades nas disciplinas de Liturgia e Sacramentos. Doutor em Liturgia pelo Instituto de Liturgia Pastoral – Pádua/Itália.

 clafavit@gmail.com

 0009-0008-5477-8092

**Coordenador de Pastoral da Paróquia da Catedral São José - Erechim; Bacharel em Ciências Contábeis (URI - Erechim); Mestrado em Ciências Contábeis - Universidade Regional de Blumenau - FURB (2006); Pós-graduando em Espiritualidade e aluno da Escola Diaconal na Itepa Faculdades.

 phf.fassina@gmail.com.

 0009-0005-2547-6747

Recebido em: 05 de março de 2025
Aprovado em: 17 de junho 2025.

Resumo: Instituído pelos próprios Apóstolos, a partir das necessidades da vida prática das primeiras comunidades cristãs, o diaconado é oficialmente estabelecido como o primeiro grau do Sacramento da Ordem. O presente artigo faz uma reflexão sobre o ministério do diaconado na vida e na missão da Igreja, resgatando alguns aspectos históricos e contemporâneos. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, aborda-se temas sobre o ministério diaconal e o diácono a serviço do Povo de Deus, aspectos da sua espiritualidade, bem como a apresentação de alguns diáconos que fizeram a história da Igreja. O pensamento dos Papas Bento XVI e Francisco também é tocado, mesmo que de forma breve. Por fim, o estudo encerra-se com a exposição de uma síntese da linha do tempo do ministério diaconal na Igreja desde sua instituição até os nossos dias, apontando personagens, acontecimentos e documentos. Conclui-se afirmando que a diaconia é plenamente exercida quando configurada no exemplo do Cristo-Servo e bom samaritano.

Palavras-chave: Diaconado; Diácono; Igreja; Ministério; Serviço.

Abstract: Instituted by the Apostles themselves in response to the practical needs of the early Christian communities, the diaconate is officially recognized as the first degree of the Sacrament of Holy Orders. This article offers a reflection on the ministry of the diaconate in the life and mission of the Church, retrieving both historical and contemporary aspects. Based on bibliographical research, it addresses key themes such as the diaconal ministry and the deacon's service to the People of God, elements of diaconal spirituality, and notable deacons throughout the Church's history. The thoughts of Popes Benedict XVI and Francis are also briefly considered. Finally, the study concludes with a synthesis of the diaconate's historical timeline in the Church, from its institution to the present day, highlighting key figures, events, and documents. The article concludes by affirming that the diaconate reaches its fullest expression when configured to Christ the Servant and the good samaritan.

Keywords: Diaconate; Deacon; Church; Ministry; Service.

INTRODUÇÃO

O diaconado é a primeira ordem que oficialmente estabeleceu-se na Igreja. Foi instituída pelos próprios Apóstolos de forma direta no início de sua ação. Cronologicamente, as outras duas ordens vieram depois: o episcopado, como sucessão dos Apóstolos e os presbíteros, como colaboradores dos bispos.

A instituição diaconal teve um caráter tanto precoce quanto canonicamente preciso conforme nos apresenta os Atos dos Apóstolos, livro que retrata a vida das primeiras comunidades cristãs.

Então os Doze apóstolos reuniram a multidão dos discípulos e disseram: 'Não está certo que nós abandonemos a pregação da palavra de Deus para servirmos as mesas. Portanto, irmãos, escolhei entre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria, para que lhes confiemos essa tarefa. Deste modo, nós poderemos dedicar-nos inteiramente à oração e ao serviço da Palavra'. A proposta agradou a multidão. Escolheram então Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo; e também Filipe, Prócoro, Nicanor, Tímon, Pármenas e Nicolau de Antioquia, um prosélito. Eles foram apresentados aos apóstolos, que oraram e impuseram as mãos sobre eles (At 6,2-6).

O diaconado surge, portanto, de uma necessidade da vida prática da comunidade ao reconhecer objetivamente um duplo serviço da Igreja: as obras de caridade, para sustentar os necessitados, e a necessidade da oração (pessoal e litúrgica) e da pregação da Palavra de Deus. Isto mostra a unidade de inspirações e a distinção de ações.

Outra questão interessante é que foram os fiéis que escolheram os diáconos. Na escolha, o povo (comunidade) declarava confiança que se refletia, para os eleitos, no dever de realizar os serviços com zelo e competência. A iniciativa, portanto, foi dos Apóstolos, mas com a colaboração (escolha e oração) dos fiéis. Era a consagração de uma práxis que se tornou definitiva na Igreja.

Neste ano jubilar em que todos os cristãos são chamados a serem “Peregrinos de Esperança” e, ancorados no lema “a esperança não decepciona” (Rm 5,5), o diácono pelo seu ministério e caráter sacramental tem um papel especial nessa peregrinação. Nesse tempo de reflexão, oração, renovação espiritual e esperança renovada que o Ano Santo proporciona, é seu papel por meio da Liturgia, da Palavra e da Caridade atuar como uma ponte de esperança e de serviço em favor da comunidade cristã que está inserido.

1. SENTIDO ETIMOLÓGICO

Nos livros do Novo Testamento podemos encontrar diversas palavras que tem na sua origem o termo *diakon*, originado do verbo *diakoneo*, que significa *servir*. É deste verbo que surgem os substantivos *diakonía* (no sentido abstrato = *serviço*) e diáconos (no sentido concreto = *servidor*) (CATTANEO, 2004, p. 41-46).

Nas Diretrizes para o Diaconado Permanente da Igreja no Brasil, o primeiro significado da palavra *diakonía* era o de “servir a mesa” e que foi evoluindo e assimilando outros sentidos até designar as funções internas da comunidade. “Este último significado indica dois elementos:

o primeiro é a caracterização de todos os ‘ministérios’ que são apresentados como *serviço* à vida da comunidade. O outro elemento é a designação de um ‘ministério’ específico que se chamou ‘ministério diaconal’” (CNBB 96, p. 9).

2. O DIACONADO NO SACRAMENTO DA ORDEM

Os diáconos recebem o primeiro grau do Sacramento da Ordem (o segundo grau é o dos presbíteros, e o terceiro grau, o dos bispos). Mas de onde surgiu o seu sentido?

A maioria dos Sacramentos conserva o nome grego, posteriormente latinizado, ou são chamados pelo gesto ou pela ação central. O Sacramento da Ordem, conforme o Catecismo da Igreja Católica (CIgC, 1537-1538), deriva de um sentido que não é sacro (religioso), mas civil.

Na antiguidade romana, *Ordem* designava *corpo* ou *grupo constituído*, como por exemplo, o corpo dos que governavam o Império. Por isso, a *Ordinatio* designava a integração num *Ordo*. Daí que *Ordo* tem sempre um significado *coletivo*: não se trata de receber uma ordem ou mandato, mas de *entrar*, isto é, de *ser recebido* numa *Ordem* (*Ordo*). Essa noção coletiva foi esquecida pela maioria dos teólogos e canonistas ao longo dos séculos. Mas foi recuperada por Pio XII e, sobretudo, pelo Concílio Vaticano II.

Hoje a palavra *Ordinatio* está reservada ao *ato sacramental* que incorpora à ordem dos bispos, dos presbíteros e dos diáconos e que transcende uma simples eleição ou instituição ou mesmo a entrada num *Ordo*. A *Ordinatio* confere o dom do Espírito Santo que permite exercer um poder sagrado que só pode advir de Cristo e por meio de sua Igreja. Ele é um sinal eficaz do próprio Cristo para o serviço da comunidade, como encontramos em *Lumen Gentium* (LG) quando afirma que o serviço próprio dos ministros ordenados é “o de ser pastores da Igreja com a palavra e com a graça de Deus” (LG, 10).

A ordenação também é denominada *Consecratio* pois, pela imposição das mãos do bispo, há um “investir” realizado pelo próprio Cristo. A imposição das mãos e a oração consecratória constitui o sinal visível dessa consagração. O termo *Ordinatio*, portanto, designa o momento ritual, litúrgico e sacramental onde se realiza uma “investidura sacra” colocada a serviço do povo.

3. O MINISTÉRIO DIACONAL NOS PRIMEIROS SÉCULOS

Os tratados mais antigos sobre as ordenações da Igreja, e que indicavam hierarquias sobre as quais as comunidades eram constituídas, são a *Didaqué* (± 100 dC), a *Tradição Apostólica* (final do II século), a *Didascalia Apostolorum* (em torno da metade do século III) e as *Constituições Apostólicas* (375-400). Estas são fontes que constituem os fundamentos diretos de qualquer reconstrução do Sacramento da Ordem.

a) A *Didaqué* – documento que faz uma ligação entre o Novo Testamento e os Padres Apostólicos, conhecido também como *estatuto que contém as regras da Igreja primitiva*, relata dois tipos de ministérios: a) *itinerantes*: os apóstolos, os profetas e os mestres; b) *estáveis*: os bispos e os diáconos. A *Didaqué*, fazendo referência à primeira carta a Timóteo (3,2-13), traz as virtudes que devem ter os bispos e os diáconos para que sejam declarados aptos e dignos para que assumam o

seu ministério: “devem ser homens mansos, desprendidos do dinheiro, verazes e provados, pois também exercem o ministério dos profetas e dos mestres” (*Didaqué*, 15,1).

b) A *Tradição Apostólica*, atribuída a Hipólito de Roma, é o primeiro documento que descreve o ritual de ordenação de bispos (2-6), de presbíteros (7) e de diáconos (8). Destes, era prevista a imposição das mãos do tipo litúrgico-sacramental. O documento também fala dos confessores (9), viúvas (10), leitores (11), virgens (12), subdiáconos (13), curadores (14). Já para estes era previsto somente um rito de reconhecimento. O documento também traz as atribuições servisais do diácono: colocar-se a serviço do bispo, sobretudo para visitar os doentes, ajudar as viúvas, instruir àqueles que se encontravam na Igreja e cuidar das economias da comunidade (8).

c) Na *Didascalia Apostolorum*, documento que reflete mais sobre os bispos, os diáconos aparecem como os servidores deles. Na liturgia, os diáconos cuidavam da entrada da Igreja, mantinham a boa ordem entre os fieis e serviam o altar. Na celebração do Batismo, ungiam o corpo dos catecúmenos; todos os dias visitavam os doentes; levavam ao bispo as ofertas dos fieis que, por sua vez, os mesmos diáconos as levavam aos necessitados. Por isso, o diácono era visto como a “orelha do bispo, a sua boca, o seu coração e a sua alma”, eram “duas pessoas numa só vontade” (*Dictionnaire de Théologie Catholique*, DThC, IV,1).

d) Nas *Constituições Apostólicas* encontra-se um relato mais amplo sobre as ordenações realizadas pela Igreja porque recuperam amplamente tudo o que contém nas normativas precedentes. São oito livros. O segundo livro trata dos bispos, presbíteros e diáconos. Faz uma comparação vendo Abrão como aquele que transmite ao faraó as palavras de Moisés, seu irmão, como rei e profeta. Abrão era o mediador (29), isto é, o diácono, e Moisés o bispo (30); o diácono devia agir em nome do bispo (31) e socorrer os necessitados em seu nome (32); devia referir-se em tudo ao bispo, como Cristo ao Pai (44,3). No terceiro livro encontra-se que o diácono devia ser irrepreensível e cuidar amorosamente dos doentes (19,1).

Sobre a base destes “códigos constitucionais” desenvolveram-se incumbências específicas. Fundamental é a precisão do seu sentido sacramental. O diaconado é um Sacramento enquanto constitui grau do Sacramento da Ordem, mas ao mesmo tempo é distinto do presbiterado. Isidoro de Sevilha, no documento *De Ecclesiasticis Officiis* (Eccl. off. II, 8,4: CCL, 113) diferencia, com nitidez, que o presbítero (sacerdote) consagra, o diácono “administra” o sacramento; o presbítero santifica as oferendas, o diácono distribui o que foi santificado. Isto mostra que os diáconos, se não “fazem” os Sacramentos, ao menos participam de uma ação litúrgica ritual em sua profundidade.

Os primeiros séculos, portanto, são os que mais fizeram florescer o sentido e o valor do diaconado. A partir do sexto século, o diaconado foi perdendo seu significado original e já antes do final do primeiro milênio era visto somente como uma etapa de transição em relação à ordenação presbital. O seu significado, isto é, o “ministério do diaconado”, foi recuperado somente no século passado por meio do Concílio Vaticano II.

Um dos mais importantes documentos da CNBB sobre o diaconado, recuperando o sentido deste ministério dos primeiros séculos, assim se expressa: “O ministério diaconal, nos

primeiros séculos, assume particularmente a dimensão da caridade. Em seguida, vem o serviço do culto e da pastoral. Nas primeiras comunidades cristãs, percebe-se a consciência de que a diaconia é a expressão concreta do amor” (CNBB 96, n. 3).

4. O MINISTÉRIO DIACONAL

Foi o Concílio Vaticano II que restaurou o diaconado como ministério ordenado permanente. No documento *Lumen Gentium* encontra-se:

Em grau inferior da hierarquia estão os diáconos, aos quais foram impostas as mãos não em ordem ao sacerdócio, mas ao ministério. Pois que, fortalecidos com a graça sacramental, servem o Povo de Deus em união com o Bispo e o seu presbitério, no ministério da Liturgia, da palavra e da caridade (LG, 29).

A *Lumen Gentium* afirma que estão em grau inferior, pois eles recebem somente o primeiro grau da ordem, mas o documento também recupera o sentido sacramental do ministério diaconal. E, ao mesmo tempo, atribui algumas funções que lhe são próprias: “celebrar o Batismo, cuidar e distribuir a Eucaristia, assistir e abençoar os Matrimônios, proclamar a Palavra de Deus e instruí-la ao povo, presidir Celebrações da Palavra, celebrar os sacramentais e os ritos funerais, tudo sempre com o consentimento e orientação do bispo diocesano (LG, 29).

O ministério diaconal recuperado pelo Concílio Vaticano II foi logo regulamentado pelo Papa Paulo VI ao publicar duas Cartas Apostólicas: *Sacrum Diaconatus Ordinem* em 1967 e *Ad Pascendum* em 1972. Numa delas o Papa afirma: “para apascentar e fazer crescer cada vez mais o povo de Deus, o Cristo Senhor instituiu na Igreja diversos ministérios, destinados ao bem de todo o seu corpo. Desde o tempo dos Apóstolos, salienta-se e aparece com particular relevo entre esses ministérios, o Diaconado, sempre tido em grande estima na Igreja” (Pontifical Romano, 2008, p.136).

No Brasil, depois de algumas publicações anteriores, o último documento que reflete e normatiza sobre o diaconado é o Documento 96 da CNBB. Neste, os bispos afirmam: “O Concílio Vaticano II (LG, 29) restaurou o diaconado como grau próprio e permanente da hierarquia e estabeleceu condições teológico-pastorais favoráveis para que esse ministério pudesse desenvolver-se plenamente. Entre tais condições ressaltam-se: a eclesiologia de comunhão e participação; a teologia da diversidade dos carismas e ministérios; o poder como serviço; além da própria necessidade pastoral” (CNBB 96, n. 4). Neste rico documento dos bispos brasileiros encontra-se três fundamentos teológicos importantes do diaconado:

a) *A diaconia de Cristo* - Ele é enviado pelo Pai para realizar uma missão, a de ser Profeta, Sacerdote e Rei. Desta forma, Jesus é enviado para exercer o seu diaconado: amar e salvar a humanidade. É desta missão e deste ministério, que é constituída a fonte dos ministérios e o modelo da ministerialidade da Igreja (CNBB 96, n. 19-21).

b) *A diaconia da Igreja* - Cristo exerceu sua missão e a confiou aos Apóstolos. Estes, impulsionados pelo Espírito Santo, testemunharam-na com suas vidas que, por sua vez, confiaram-na a seus colaboradores diretos transmitindo, sucessivamente ao longo da história, o ministério

inaugurado por Cristo. Por isso a Igreja, através da ordenação, consagra e envia ministros servidores para continuar o mandato de Jesus (Mc 16,15) (CNBB 96, n. 22-27).

c) O *ministério diaconal* - o documento mencionado mostra que o diácono se define como “sacramento de Cristo Servo e como expressão da Igreja servidora” (CNBB 96, n. 28). A natureza do diaconado, portanto, é a participação na missão de Cristo; sua identidade, como ministério, é de natureza divina, isto é, instituída por Cristo, mas, marcado sacramentalmente pela graça divina, atua por meio da ministerialidade da Igreja; a missão do diácono não é a do sacerdócio, mas a do ministério, ou seja, é configurado ao Cristo-Servo. Sua razão de ser, portanto, é a de ser servidor (CNBB 96, n. 28-42).

Por fim o diácono, pela graça sacramental, assume o Sacramento da Ordem e o seu agir é exercido numa tríplice missão:

a) A *diaconia da caridade* (**diakonia**), tendo os pobres como campo privilegiado de sua ação evangelizadora;

b) A *diaconia da Palavra* (**martyria**), sendo primeiro discípulo e ouvinte da Palavra e, depois, anunciador dela;

c) A *diaconia da liturgia* (**leitourgia**), é o serviço do culto e dos sacramentos da fé, que não é somente a realização de uma função, mas tornar a liturgia o centro da sua vida e da sua missão (CNBB 96, n. 43-66).

Os ministérios, isto é, os serviços, tem sua origem, portanto, na missão confiada por Jesus e pertencem à estrutura fundamental da Igreja. Por meio deles, a Igreja toma consciência que não existe para si mesma, mas em função da graça do Espírito Santo que confere àqueles que assumem o ministério e coloca em prática os serviços da *martyria-leitourgia-diakonia*.

Ao longo da história, vários diáconos realmente colocaram sua vida a serviço da Igreja. Alguns, pela sua importância, é interessante recordá-los, como aparece no quadro a seguir:

Quadro 01: apresentação de diáconos que colocaram a vida a serviço da Igreja no contexto bíblico.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">✓ Santo Estêvão – foi um dos primeiros diáconos escolhidos pela comunidade (At 6,5) e o primeiro mártir cristão (At 6,8-7,60);✓ Santa Febe - diaconisa recomendada por Paulo a serviço da Igreja de Cencreia (Rm 16,1);✓ Filipe - é um dos sete diáconos (At 6,1-6); grande missionário cristão/evangelizador do primeiro século (At 8,4-13); é um dos setenta enviados e foi quem batizou o eunuco (At 8,26-40);✓ São Lourenço de Huesca - é um dos primeiros diáconos guardiões da Igreja em Roma; foi decapitado em 10.08.258 numa das perseguições no tempo do imperador Valeriano;✓ São Vicente de Saragoça - morreu mártir através das perseguições de Diocleciano no início do século IV;✓ Santo Efrém da Síria - morreu no final do século IV; foi grande compositor de hinos e autor de poemas, sermões de exegese bíblica e teólogo do IV século;✓ Santa Olímpia, a Diaconisa - filha do senador Anício Secundo e esposa do prefeito de Constantinopla; quando ficou viúva vendeu todos os bens para ajudar os pobres; estimada por |
|---|

Continua

- São João Crisóstomo, seu diretor espiritual, foi exilado por defendê-lo; morreu em 25.07.408; seu nome é lembrado numa das 140 colunas que adornam a praça São Pedro em Roma;
- ✓ Santa Teosébia, a Diaconisa, e Santa Macrina, a Jovem - irmãs de São Basílio Magno e São Gregório de Nissa;
 - ✓ Santo Alcuíno de Iorque - foi monge beneditino, professor de Iorque, criou uma das melhores bibliotecas da Europa transformando a escola num dos maiores centros do saber; foi instrutor e reformador da corte e do clero no reinado de Carlos Magno, foi conselheiro do imperador e teve grande contribuição para a renascença carolíngia; morreu em 19.05.804; é o patrono das universidades cristãs;
 - ✓ Leão, o Diácono - foi diácono bizantino no palácio imperial e historiador no final do século X;
 - ✓ São Francisco de Assis (1182-1226) - foi um frade católico italiano; viveu uma vida religiosa de completa pobreza e fundou a ordem mendicante dos Frades Menores, conhecida como Franciscanos; promoveu a pregação itinerante; defendeu todas as criaturas dedicando-se especialmente às pessoas mais pobres; é o santo patrono dos animais e do meio ambiente.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

5. O DIÁCONO A SERVIÇO DO POVO DE DEUS

Desde a sua recuperação pelo Concílio Vaticano II até os nossos dias, o ministério diaconal é a vocação que mais cresce na Igreja não só no Brasil, mas em todo o mundo. No Brasil, no ano de 2023, segundo dados da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB -, havia cerca de 6,2 mil diáconos permanentes (CND, 2023).

Chamados por Deus em função do bem do povo, o diácono é forjado no caminho do serviço, à imagem do Cristo que se fez servo de todos. Petrolino (2020) considera que a diaconia, mais do que um conjunto de conhecimentos e experiências, é um modo de viver. Esse modo de viver deve estar ancorado no modelo do projeto de vida do próprio Jesus Cristo, servo e bom samaritano. Lembremos do gesto da última ceia em que Jesus lavou os pés dos seus apóstolos (Jo 13,3-20). Esse gesto de Jesus, não compreendido por Simão Pedro, é emblemático, pois, no atual contexto em que muitos servos servem os “mestres”, Jesus deixa como lição uma atitude da mais pura humildade, colocando sua vida a serviço da humanidade, dando o mais belo exemplo da vocação cristã que é o serviço.

Luciano Rocha Pinto (2020) explica que esta cena expressa a Cristologia do serviço, em que o Senhor assumindo a forma de servo, se coloca na condição de “empobrecido” para “enriquecê-los”. Coloca todos numa mesma condição hierárquica. É interessante perceber que o evangelista não se preocupou em elencar a ordem dos que foram servidos, mas de deixar uma mensagem de que todos somos iguais, assim como é o dever de servir a todos, sem distinção.

O Apóstolo Paulo exortava: “pela caridade, colocai-vos a serviço uns dos outros” (Gl 5,13). No exemplo de Jesus e na exortação de Paulo manifesta-se o serviço humilde e a caridade, atributos que devem moldar a identidade do diácono para ser a verdadeira configuração do Cristo-Servo. Se

bem compreendido e desempenhado, esses dons de modelo de vida do diácono, geram a convicção que “a diaconia faz o diácono”. Não é o título, a dalmática e a estola que fará o diácono, mas o exercício constante da diaconia, que modela seu ser e dá sentido à sua missão.

Neste sentido é importante refletir o exercício desse ministério ordenado na Igreja a serviço do Povo de Deus, onde o diácono é um sinal visível da diaconia de Jesus Cristo. Tendo presente que a origem do ministério diaconal está profundamente enraizada na vida das primeiras comunidades cristãs (At 6,2-6) a partir das necessidades da época, é importante entender a missão do diácono no século XXI, numa sociedade marcada por profundas transformações sociais, notada principalmente pelas relações fragmentadas e pelo individualismo. Essa realidade nos apresenta novos desafios e clamores, mas, também, oportunidades de sermos portadores de esperança.

Na esteira da esperança, o Papa Francisco, por ocasião da proclamação da Bula do Ano Santo de 2025, apresenta como mensagem central justamente a esperança. Aludia a sermos “Peregrinos de Esperança”, convidando todos os cristãos a redescobrirem a “esperança que não decepciona” (Rm 5,5) e a misericórdia de Deus em um momento de desafios globais extraordinários.

No documento *Spes non Confundit*, bula de proclamação do Jubileu 2025, o Papa Francisco exorta que os cristãos são chamados a serem sinais palpáveis de esperança para muitos irmãos e irmãs que vivem em condições de dificuldade (SNC, n.10). Os diáconos, por seu ministério e carisma, são convidados a serem portadores dessa “esperança que não decepciona” (Rm 5,5) que podem ser realizados pelas obras de misericórdia corporais: (dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; vestir os nus; dar pousada aos peregrinos; visitar os enfermos; visitar os presos; enterrar os mortos); e pelas obras de misericórdia espirituais: (dar bons conselhos; ensinar os ignorantes; corrigir os que erram; consolar os tristes; perdoar as injúrias; sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo; rezar a Deus pelos vivos e defuntos). Todas essas ações caridosas de auxílio ao próximo em suas necessidades, mostram que a diaconia vai agir naquilo que lhe é mais intrínseco: a caridade.

Muitos são os lugares e as mesas que o diácono é convidado a estar presente como agente da ação misericordiosa de Deus e da Igreja, semeando esperança e promovendo a vida: escolas, hospitais, condomínios, universidades, edifícios públicos, empresas, famílias, periferias, grupos de jovens, presídios. Estas e muitas outras realidades são espaços dessas novas fronteiras de missão. Nesse sentido, o Diretório do Ministério e da Vida dos Diáconos Permanentes da Congregação para o Clero (n.27) assegura que a dimensão do serviço diaconal deve estar conectada à dimensão missionária da Igreja, na qual o serviço da Palavra, da liturgia e da caridade devem atravessar o espaço paroquial e se prolongar na vida quotidiana, familiar e profissional.

No contexto do século XXI, onde a dor se apresenta sob novas formas e o individualismo se fortalece, o diácono é chamado a ser sinal profético de comunhão, partilha e cuidado, fazendo da sua vida um permanente serviço à mesa do Reino de Deus. Servir à mesa é, portanto, fazer-se próximo, como o bom samaritano (Lc 10,25-37); é ter a coragem de lavar os pés dos irmãos, como fez Jesus (Jo 13,3-20); é dar de beber, de comer, acolher e hospedar o estrangeiro (Mt 25,35); é viver na radicalidade do Evangelho, o mandato do Senhor (Mt 28,19; Mc 16,15) estando no mundo proclamando e anunciando o Evangelho a toda criatura.

6. ESPIRITUALIDADE DO DIÁCONO PERMANENTE

O Sacramento da Ordem confere aos diáconos uma nova consagração a Deus. Pela unção do Espírito são enviados por Cristo para o serviço do povo de Deus. É deste envio que nasce a espiritualidade diaconal (CNBB, DI 25, n.44). O Documento 96 da CNBB afirma: “o elemento que mais caracteriza a espiritualidade diaconal é a descoberta e a partilha do amor de Cristo-Servo” (n. 168).

Como indicado pela própria palavra, diaconia caracteriza o espírito de serviço. O serviço é a essência que molda a identidade do diácono. No Evangelho de Mateus Jesus ensina: “Quem quiser tornar-se grande entre vós, torne-se o vosso servo, da mesma forma como o Filho do Homem, que não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida em resgate de muitos” (Mt 20,26-28). Em Lucas (22,27) Jesus interpela os seus discípulos dizendo: “Quem é maior, aquele que está à mesa ou aquele que serve? Pois eu estou no meio de vós como aquele que serve.” Esses versículos bíblicos revelam o centro da espiritualidade diaconal: o serviço como expressão mais autêntica da grandeza cristã.

Na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini*, o Papa Bento XVI, escreveu:

Quero referir-me também ao lugar da Palavra de Deus na vida daqueles que são chamados ao *diaconado*, não só como grau prévio da Ordem do Presbiterado, mas também enquanto serviço permanente. O Diretório para o diaconado permanente afirma que «da identidade teológica do diácono derivam com clareza os traços da sua espiritualidade específica, que se apresenta essencialmente como espiritualidade de serviço. O modelo por excelência é Cristo-Servo, que viveu totalmente ao serviço de Deus, para o bem dos homens. Nesta perspectiva, compreende-se como, nas várias dimensões do ministério diaconal, um elemento caracterizador da espiritualidade diaconal seja a Palavra de Deus, que o diácono é chamado a anunciar com autoridade, acreditando naquilo que proclama, ensinando aquilo que acredita, vivendo aquilo que ensina. Por isso recomendo aos diáconos que incrementem uma leitura crente da Sagrada Escritura na própria vida com o estudo e a oração. Sejam iniciados na Sagrada Escritura e na sua reta interpretação, na mútua relação entre a Escritura e a Tradição, e particularmente na utilização da Escritura na pregação, na catequese e na atividade pastoral em geral (VD, 81).

Esse modelo de espiritualidade do exemplo de Jesus Cristo deve permear a vida do diácono. Essa espiritualidade exige uma vida de oração, humildade, simplicidade e compromisso com os mais necessitados. No caso dos diáconos casados, a espiritualidade também se alimenta da vida familiar e conjugal, sendo o Matrimônio parte constitutiva de sua vocação. Nesse sentido, na vivência dos Sacramentos do Matrimônio e da Ordem, o diácono construirá uma espiritualidade profunda, envolvendo a esposa e os filhos no serviço de Cristo, no anúncio e na construção do Reino (CNBB 96, n. 169).

A espiritualidade diaconal há de ser vivida na centralidade da Eucaristia; na vivência dos Sacramentos e de toda a liturgia; na leitura orante da Palavra de Deus; na recitação da Liturgia das Horas; na oração pessoal, familiar e contemplativa (CNBB 96, n. 172).

Adoração frequente ao Santíssimo Sacramento, participação regular no Sacramento da Reconciliação e apreciar a virtude da penitência, são formas que ajudam o diácono alimentar a sua espiritualidade para o encontro pessoal com Deus e fortalecer seu ministério. Participação

ativa em retiros espirituais e venerar a Santíssima Virgem Maria, Mãe do Senhor, pela oração do rosário, também são formas indispensáveis do cultivo à espiritualidade diaconal. Jesus, homem de oração, ensinava: “Ficai atentos e orai a todo o momento, a fim de conseguirdes escapar de tudo o que deve acontecer e para ficardes de pé diante do Filho do Homem” (Lc 21,36; cf. Fl 4,6-7).

Por fim, é importante recordar as palavras de Bento XVI: “um elemento caracterizador da espiritualidade diaconal seja a Palavra de Deus, que o diácono é chamado a anunciar com autoridade, acreditando naquilo que proclama, ensinando aquilo que acredita, vivendo aquilo que ensina (VD, n. 81).

7. OS PONTIFICADOS DE BENTO XVI E FRANCISCO SOBRE O DIACONADO PERMANENTE

No ano de 2006, o Papa Bento XVI, em seu discurso aos diáconos de Roma, por ocasião do 25º aniversário do restabelecimento do diaconato permanente daquela Diocese, alertava para as novas formas de pobreza que surgiam na humanidade, aludindo efetivamente à perda do sentido da vida e à pobreza espiritual e cultural das pessoas.

Na ocasião, o Papa exortava para que os diáconos se voltassem para essa nova realidade a fim de transmitirem a Palavra por meio do anúncio do Evangelho e, assim, serem portadores da alegria que Deus deseja transmitir a cada ser humano. Salientava, ainda, que não é suficiente proclamar a fé em palavras, mas é necessário que o anúncio do Evangelho seja acompanhado do testemunho concreto da caridade.

Por meio da Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini*, Bento XVI também discorreu sobre a identidade e a espiritualidade do diácono permanente. Outras intervenções do Pontífice foram feitas no Catecismo da Igreja Católica e no Código de Direito Canônico “com o objetivo de oferecer novos elementos para esclarecer a natureza do Sacramento da Ordem e definir melhor a identidade do diaconato” (Hauke; Hoping, 2019, p.237).

Sobre o pontificado de Francisco, Hauke e Hoping, (2019, p.240) salientam “que o estilo do Papa é de um autêntico diácono da alegria, simplicidade e pobreza Evangélica”. Recorda o autor sobre o significativo gesto do lava-pés realizado no início do seu Pontificado, como já fazia em Buenos Aires, vestindo a estola diaconal. “Francisco, com seu ensinamento, apresenta a comunidade, mesmo que não se refira explicitamente ao ministério, uma visão clara de uma Igreja diaconal” (Hauke; Hoping, 2019, p. 241).

Outro gesto significativo de Francisco, segundo os mesmos autores, foi a carta enviada por ocasião da ordenação de alguns diáconos de Buenos Aires, na qual ele enfatiza:

(...) o serviço deve caracterizar a existência do ministério diaconal que expressa publicamente a vocação ao serviço (...) não só por um tempo, mas é para toda a vida: serviço por Jesus Cristo, serviço pela Igreja, serviço aos irmãos, especialmente os mais pobres e necessitados. Não sejam “diáconos em algumas horas” ou oficiais. A Igreja não é uma ONG. Que o serviço escape vossa vida. **“Coloquem – como o diácono Lourenço – a carne na grelha”** (grifo nosso).

Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual, apresentada em 24 de novembro de 2013, Petrolino (2020) identifica alguns elementos de particular relevância ao ministério diaconal, citando: a) *a alegria do anúncio do Evangelho* como aquele que enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus; b) *a prioridade do Evangelho como urgência da missão*, tendo na imagem do diácono por ocasião da sua ordenação, o Servo do Evangelho; c) *a necessidade da missão* que exprime a identidade da Igreja; d) *a opção preferencial pelos pobres*, uma Igreja pobre e para os pobres, e, por isso, verdadeiramente diaconal.

8. SÍNTESE DA LINHA DO TEMPO DO MINISTÉRIO DIACONAL

Desde a sua introdução até os nossos dias, a história do diaconado percorreu um longo caminho na vida da Igreja. Às vezes mais solidificado, outras vezes esquecido, outras menosprezado ao ponto do desaparecimento por completo desse importante ministério da vida eclesial, sendo resgatado novamente a partir do Concílio Vaticano II.

Queremos resgatar e apresentar uma síntese da linha do tempo sobre o ministério diaconal, apontando personagens, acontecimentos e documentos. Na obra de Luciano Rocha Pinto (2020), encontramos 152 eventos que retratam a história da diaconia ao longo do tempo. Em nossa síntese, em função do limite de páginas do artigo, elencamos 51 eventos que consideramos relevantes e que transcrevemos no quadro a seguir.

Quadro 02: Eventos da diaconia ao longo do tempo

Data	Eventos
33	<i>Instituição dos Sete Diáconos</i> : Estevão, Filipe, Prócoro, Nicanor, Tímon, Pármenas e Nicolau (At 6,2-7). Atividade missionária do diácono Estevão na sinagoga dos Libertos, prisão e morte (At 6,9-15; 7,55-60). Saulo aprova morte do diácono Estevão (protomártir da Igreja) (At 8,1).
34-35	<i>Atividade missionária do diácono Filipe na Samaria</i> (At 8,4-25); na região de Gaza, onde batiza o ministro da rainha da Etiópia, primeiro gentio (incircunciso) (At 8,26-39); em Azoto e região e em Cesareia (At 8,40).
37	<i>Fundação da Igreja de Antioquia</i> pelos helenistas epígonos dos Sete (At 11,19-26).
40	A Igreja de Antioquia envia Barnabé, Saulo (Paulo) e João Marcos em missão (At 13,2ss).

Continua

49-51	<i>Paulo defende o método missionário dos Sete no Concílio de Jerusalém. A prática dos Sete é aceita e torna-se missão eclesial (At 15,1-35; Gl 2,1-21).</i>
65-67 / 70-80	<i>Primeira carta de Paulo a Timóteo: orientações aos bispos e diáconos (1Tm 3,1-11).</i>
Final do século I Início do II	Hierarquia centrada no epíscopo e no diácono (<i>Didaqué</i> , cap. XV,1-2).
107-155	<i>Cartas de Inácio de Antioquia; Policarpo de Esmirna; Pastor de Hermas; Justino de Roma: enfatizando a cristologia do diaconado, os deveres dos diáconos e a importância do diácono, inclusive na função de administrar os bens da Igreja.</i>
Século III	<i>Didascalia Apostolorum</i>: sobre a dignidade de bispos e diáconos e sua unidade; o papel dos diáconos; o ministério das diaconisas; espiritualidade diaconal. <i>Cânones Eclesiásticos dos Santos Apóstolos</i>: sobre a instituição do diaconado e seu valor. <i>Testamento do Senhor</i>: sobre as qualidades exigidas para a escolha de um diácono; as funções diaconais; sua relação com o bispo e com a comunidade. A <i>diaconia caritatis</i> ocupa lugar privilegiado na atuação dos diáconos. Também ocupam espaços mais elevados da administração eclesial.
215	<i>Tradição Apostólica</i> , de Hipólito de Roma: funções litúrgicas, ordenação do diácono; subdiáconos e relação com o bispo.
258	Martírio de São Lourenço, patrono dos diáconos.
300-303	<i>Concílio (Sínodo) de Elvira</i> : imposição do celibato para bispos, presbíteros e diáconos (Art. 33).
314	<i>Concílio de Arles</i> : proibição dos diáconos celebrarem a Eucaristia.
Meados do século IV	O <i>arcediácono</i> ou <i>arquidiácono</i> generaliza-se como função distinta. Aos poucos sua influência vai crescendo, assumindo cargos muito semelhantes ao atual vigário-geral.

Continua

380-383	<i>Vida de Macrina</i> , de Gregório de Nissa: diaconisa responsável por uma comunidade monástica de mulheres.
Início do século V	Início do processo de esvaziamento do ministério diaconal. Razões diversas (sacerdotalização da Igreja, multiplicação dos serviços de caridade fora do diaconado, conflito de poder entre presbíteros e diáconos, dentre outros fatores).
Meados dos anos 590	O <i>Papa Gregório Magno</i> torna a proclamação do Evangelho um ato litúrgico próprio do diácono.
950	O <i>pontifical romano-germânico</i> proíbe as ordenações <i>per saltum</i> . A partir de então o diácono não poderia ser ordenado epíscopo sem antes passar ao presbiterado. Para se chegar ao presbiterado, era preciso, também, ter sido ordenado diácono primeiramente. As ordenações tornam-se <i>per gradum</i> , instituindo, assim, a linearidade do <i>cursus clerical</i> .
1228	<i>Prima Vita de São Francisco de Assis</i> , de Tomás de Celano: sobre a vida e a obra do diácono São Francisco de Assis.
1265-1273	<i>Suma Teológica</i> , de Santo Tomás de Aquino: apresenta se um diácono pode conceder indulgências; se é do ofício do diácono batizar; se os diáconos podem conceder a extrema-unção; se o Sacramento da Ordem imprime caráter também no grau do diaconado; se há sete ordens.
1545-1563	<i>Concílio de Trento</i> : afirmação dos sete graus do Sacramento da Ordem: sacerdotes, diáconos, subdiáconos, acólitos, exorcistas, leitores,ostiários. Distinção entre ordens maiores (ordem sacerdotal, diaconado e subdiaconado) e ordens menores (acólitos, exorcistas, leitores e ostiários). Atribuições do diácono.
1566	<i>Catecismo Católico Romano</i> : reafirmação do Sacramento da Ordem e da hierarquia segundo o Concílio de Trento.
1951	<i>Jovens assistentes sociais</i> formam o primeiro Círculo do Diaconato em Friburgo, na Alemanha. Seu objetivo, diante da falta de padres e da necessidade de assistência aos necessitados no pós-guerra, é refletir sobre a importância dos diáconos casados na igreja latina.

Continua

1957	<i>Segundo Congresso Mundial sobre o Apostolado dos Leigos</i> , de Pio XII: o papa faz a primeira referência ao restabelecimento da ordem do diaconado, como ministério permanente e independente do sacerdócio.
1962	<i>Petição</i> , do Centro Internacional do Diaconato, aos Padres Conciliares do Concílio Vaticano II para a renovação do diaconado como ministério permanente.
1964	Constituição Dogmática <i>Lumen Gentium</i> : restabelece (nº 29) o diaconado na Igreja latina como ministério permanente, para servir o povo de Deus em união com o bispo e seu presbitério, no ministério da liturgia, da Palavra e da caridade.
	Os <i>textos do Concílio Vaticano II</i> (SC 86; LG 20, 28, 29, 41; OE 17; CD 15; DV 25; AG 15, 16), entendem a sacramentalidade do diaconado (permanente e transitório).
1967	<i>Sacrum Diaconatus Ordinem</i> , de Paulo VI: <i>Motu Proprio</i> sobre o diaconado permanente com as normas gerais para a restauração do diaconado permanente na Igreja latina: funções, espiritualidade, subsistência, rito de ordenação, admissão aos candidatos, etc).
1968	<i>Ordenação dos primeiros diáconos permanentes da América Latina</i> : foram ordenados pelo Papa Paulo VI, durante a celebração de encerramento do Congresso Eucarístico de Bogotá, Colômbia, em 22 de agosto.
1970	<i>Primeiro Encontro Nacional do Diaconato Permanente</i> , em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
1972	Carta Apostólica <i>Ad Pascendum</i> , de Paulo VI: <i>Motu Proprio</i> com normas a respeito da ordem do diaconado.
1987	<i>Diaconato no Brasil: teologia e orientações pastorais</i> , da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: o diaconado no Brasil de 1966 a 1985; implantação e desenvolvimento, teologia do diaconado, orientações formativas e Direito Canônico.

Continua

1988	Exortação Apostólica pós-sinodal <i>Christifideles Laici</i> , de João Paulo II: aborda a missão dos bispos, presbíteros e diáconos. Diaconado considerado como serviço, “ <i>diakonia</i> ”, continuação da missão apostólica.
1992	<i>Catechismus Catholicae Ecclesiae</i> : sobre o diaconado – 886, 896, 1256, 1538, 1554, 1569, 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1588, 1596.
1998	<i>Normas Fundamentais para a Formação dos Diáconos Permanentes</i> , da Congregação para a Educação Católica: oferece orientações sobre a formação dos diáconos permanentes. <i>Diretório do Ministério e da Vida dos Diáconos Permanentes</i> , da Congregação para o Clero: possui caráter jurídico, recorda normas disciplinares do Código de Direito Canônico e solicita fiel observância em relação à missão e as atribuições do diácono.
1999	Exortação Apostólica pós-sinodal <i>Ecclesia in America</i> , de João Paulo II: considera o sucesso no restabelecimento do diaconado permanente na América. Atenta para um diligente processo de seleção, formação, bem como um cuidadoso acompanhamento dos diáconos e suas famílias.
2003	Exortação Apostólica pós-sinodal <i>Pastores Gregis</i> , de João Paulo II: sobre a relação do diácono com o bispo; oração e liturgia das horas.
2004	Diretório para o ministério pastoral dos bispos <i>Apostolorum Successores</i> , da Congregação para os Bispos: o ministério da caridade como carisma diaconal (194). <i>Instrução Redemptionis Sacramentum</i> , da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos: sobre o ministério diaconal, os sacramentos, e suas funções litúrgicas.
2005	<i>Nota sobre o ministro do Sacramento da Unção dos Enfermos</i> , da Congregação para a Doutrina da Fé: veda aos diáconos o exercício do Sacramento da Unção dos Enfermos.
2007	<i>V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe em Aparecida do Norte</i> : os diáconos permanentes, discípulos missionários de Jesus Servidor (205-208).

Continua

2010	Exortação Apostólica pós-sinodal <i>Verbum Domini</i> , de Bento XVI: Palavra de Deus e liturgia das horas (62), Palavra de Deus e ministros ordenados (78), identidade teológica do diácono (81).
2011	<i>Diretrizes para o Diaconado Permanente da Igreja no Brasil: formação, vida e ministério</i> , da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Doc. 96: história e teologia do diaconado, aspectos canônicos, vida familiar, questões pastorais e formativas.
2013	Exortação Apostólica <i>Evangelii Gaudium</i> , de Francisco: sobre a importância da relação entre sacerdotes, diáconos e leigos e a promoção dos meios mais atraentes para a pregação (159).
2016	<i>Mensagem do Papa Francisco para o 53º dia mundial de oração pelas vocações</i> : recorda a escolha dos Sete diáconos (cf. At 6,2).

Fonte: elaborado pelos autores com base em Luciano Rocha Pinto (2020, p. 349-360).

O pretexto dessa síntese foi apresentar alguns eventos que marcaram a história do ministério diaconal ao longo da vida da Igreja, trazendo à luz a importância desse ministério eclesial, não somente no passado, mas num futuro que se desenha. Recomendamos aos leitores a importância de consultar na íntegra a linha do tempo do citado livro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesses dois mil anos de história do cristianismo a vocação ao ministério diaconal sempre esteve presente na vida e na missão da Igreja. Sua história perpassa desde suas origens com a fundação das primeiras comunidades cristãs e a instituição dos Sete, no ano 33 (At 6,2-6), até os nossos dias.

Ao longo desse tempo, muitos personagens, acontecimentos e documentos, nortearam a vida desse ministério ordenado na Igreja a serviço do Povo de Deus. Mesmo que muitas vezes esquecido, ou até menosprezado, o diácono sempre ficou caracterizado pela marca indelével do sinal visível da diaconia de Jesus Cristo.

Restaurado pelo Concílio Vaticano II, como ministério ordenado permanente, a vocação diaconal é a que mais cresce no mundo. Fato é que, empiricamente, houve-se dizer que os diáconos permanentes, pela escassez de novas vocações sacerdotais, podem ser o futuro da continuidade da Igreja. Paradoxalmente, carece de compreensão clara sobre sua identidade e missão, tanto pelo clero como pelos fiéis.

Em tempos de Sinodalidade e agraciados pelo Ano Santo em que todo cristão é convidado a ser Peregrino de Esperança, necessário se faz entender a missão do diácono permanente no século XXI.

Numa sociedade marcada por profundas transformações sociais, em que se apresentam novos desafios e clamores, os diáconos permanentes, pela graça do duplo Sacramento do Matrimônio e da Ordem, são chamados a serem portadores da esperança que não decepciona (Rm 5,5), contribuindo para uma Igreja mais servidora, aberta e missionária, a exemplo do Cristo-Servo que caminha com seu povo.

REFERÊNCIAS

BENDINELLI, Julio Cesar. *Diaconia da Palavra: o ministério e a missão do diácono permanente*. São Paulo: Paulus, 2011.

BENTO XVI. Discurso do Papa Bento XVI durante a audiência aos diáconos de Roma. Vatican, 18 de fev. de 2006. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20060218_deacons-rome.html>. Acesso em 11 de jul. de 2025.

BENTO XVI. *Verbum Domini*. Exortação Apostólica pós-sinodal sobre a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2010.

BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulus, 2001.

CELAM. *A celebração do mistério pascal: os sacramentos sinais do mistério pascal*. São Paulo: Paulus, 2005. (Manual de Liturgia, III).

CELAM. *Documento de Aparecida*. Brasília: Ed. CNBB, 2007.

CNBB. *Diretrizes para o diaconado permanente da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2012. (Doc. da CNBB, 96).

CASTELLUCI, Enrico. *Il Ministero ordinato*. 2.ed. Brescia: Queriniana, 2006.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis: Vozes, 1993. (Parágrafos 1536-1600).

CATTANEO, Enrico. *I ministeri nella Chiesa antica*. Brescia: Edizione San Paolo, 2004.

DICTIONNAIRE DE THÉOLOGIE CATHOLIQUE, DThC, IV. Paris: Letouzey et Ané, 1950.

DIDAQUÉ: *o catecismo dos primeiros cristãos para as comunidades de hoje*. São Paulo: Paulus, 1989.

CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA E CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Normas fundamentais para a formação dos diáconos permanentes* - Diretório do ministério e da vida dos diáconos permanentes. Brasília, Edições CNBB, 2015. (Documentos da Igreja, 25).

DURÁN, José Durán Y. *Diaconato Permanente e Ministério da Caridade*, São Paulo: Loyola, 2003.

FRANCISCO. *Evangelii Gaudium: a alegria do Evangelho*. Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2019.

FRANCISCO. *Spes non Confundit*: bula de proclamação do Jubileu Ordinário 2025. [tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil]. 1. ed. Brasília: Edições CNBB, 2024.

GAEDE NETO, Rodolfo. *A diaconia de Jesus: contribuição para a fundamentação teológica da diaconia na América Latina*. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

HAUKE, Manfred; HOPING, Helmut (Orgs). *O perfil específico do diaconato*. Brasília: Ed. CNBB, 2019.

NOCKE, Franz Josef. *Dottrina dei Sacramenti*. 2.ed. Brescia: Queriniana, 2010. p.204-224.

NORDSTOKKE, Kjell. *A diaconia em perspectiva bíblica e histórica*, São Leopoldo: Sinodal, 2003.

PETROLINO, Enzo. *O diaconato no pensamento do Papa Francisco: Uma Igreja pobre para os pobres*. Brasília: Ed. CNBB, 2019.

PINTO, Luciano Rocha. *Ministério Diaconal: história e teologia*. São Paulo: Paulus, 2020.

PONTIFICAL ROMANO. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2008.

ROCCHETTA, Carlo. *Os Sacramentos da Fé*, São Paulo: Paulinas, 1991. p. 379-412.

SANTOS, Antônio Oliveira dos. A vocação do diácono permanente é a que mais cresce no mundo, diz vice-presidente da Comissão Nacional dos Diáconos. CND. Petrópolis, 10 de ago. de 2023. Disponível em: <<https://cnd.org.br/publicacao/a-vocacao-do-diacono-permanente-e-a-que-mais-cresce-no-mundo-diz-vice-presidente-da-comissao-nacional-de-diaconos/2349.html>>. Acesso em 06 de jul. de 2025.

SEVILHA, Isidoro de. *De Ecclesiasticis Officiis*. (II, 8,4: CCL, 113).

A RITUALIDADE DO JUBILEU DE ESPERANÇA

THE RITUALITY OF THE JUBILEE OF HOPE

Clair Favreto*

Rene Zanandrea**

*Padre da Diocese de Erechim. Professor da Itepa Faculdades nas disciplinas de Liturgia e Sacramentos. Doutor em Liturgia pelo Instituto de Liturgia Pastoral – Pádua/Itália.

 clafavit@gmail.com

 0009-0008-5477-8092

**Mestre em Teologia com Área de Concentração: Teologia Prática, EST, São Leopoldo, RS; Graduado em Teologia e Pastoral, Itepa Faculdades, Passo Fundo, RS; Graduado em Filosofia, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS. Reitor do Seminário Maior de Vacaria, Passo Fundo, RS.

 rene.zanandrea@yahoo.com.br

 0009-0005-7595-1972

Recebido em: 02 de março de 2025.

Aprovado em 11 de junho de 2025.

Resumo: A cada 25 anos, a Igreja celebra o Jubileu Ordinário do nascimento de Jesus. A abertura aconteceu no final do ano passado e vai ser concluído no final deste ano. O jubileu é marcado por momentos celebrativos solenes. Os textos litúrgicos contendo toda a ritualidade de abertura e do encerramento do Jubileu 2025 foi elaborada pelo Dicastério para a Evangelização e enviada às Dioceses do mundo todo. E o Papa Francisco publicou a Bula de Proclamação do Jubileu Ordinário, enfocando a virtude da esperança, com este título: *Spes non confundit* (“A esperança não decepciona”). Cada Diocese preparou o rito que foi celebrado na sua respectiva Catedral. Neste artigo são destacados os elementos rituais que fizeram parte da abertura deste jubileu e que cada Bispo diocesano celebrou com seu clero e seu povo.

Palavras-chave: Bula; Ritualidade; Jubileu; Esperança; Igreja.

Abstract Every 25 years, the Church celebrates the Ordinary Jubilee of the birth of Jesus. The opening took place at the end of last year and will conclude at the end of this year. The Jubilee is marked by solemn celebratory moments. The liturgical texts containing all the rituals for the opening and closing of the 2025 Jubilee were prepared by the Dicastery for Evangelization and sent to dioceses around the world. Pope Francis published the Bull of Proclamation for the Ordinary Jubilee, focusing on the virtue of hope, with the title: *Spes non confundit* (“Hope does not disappoint”). Each diocese prepared the rite, which was celebrated in its respective Cathedral. This article highlights the ritual elements that were part of the opening of this Jubilee and which each diocesan Bishop celebrated with his clergy and his people.

non confundit (“Hope does not disappoint”). Each diocese prepared the rite, which was celebrated in its respective Cathedral. This article highlights the ritual elements that were part of the opening of this Jubilee and which each diocesan Bishop celebrated with his clergy and his people.

Keywords: Bull; Rituality; Jubilee; Hope; Church.

INTRODUÇÃO

Celebrado como o Ano Santo de 2025 da Encarnação, este Jubileu Ordinário foi proclamado pelo saudoso Papa Francisco. O tema escolhido é “Peregrinos de Esperança”. A Esperança é uma virtude

teologal, ao lado das virtudes da Fé e da Caridade. Na Bula de “Proclamação do Jubileu Ordinário do Ano 2025”, datada de 9 de maio de 2024, o Papa Francisco é categórico: “Todos esperam” (Bula, nº 1).

Um Jubileu é sempre uma proposta espiritual rica em simbolismo e ritualidade. No caso do Jubileu Ordinário 2025, o chamamento é para que a Igreja tome consciência que é portadora de esperança. Uma inspiração foi buscada no Apóstolo Paulo que, desejando encorajar as comunidades no início da era cristã, enviou Carta aos Romanos onde afirma “*Spes non confundit*”, ou seja, “A esperança não decepciona” (Rm 5,5).

Há uma ritualidade proposta para este jubileu. Não se trata apenas de uma sequência de celebrações litúrgicas, mas de um verdadeiro itinerário de fé, marcado por gestos, símbolos e práticas que convidam à renovação interior e comunitária; convidam a redescobrir a paciência, a consolação e a esperança, mesmo em meio às tribulações. Ela se inspira na cruz e na ressurreição de Cristo como fonte de luz e força. É também um tempo para olhar com compaixão para os doentes, os presos, os migrantes e os idosos - todos considerados sinais vivos de esperança¹. O presente artigo deseja tecer comentários acerca de alguns dos elementos desse itinerário proposto para o Jubileu Ordinário de 2025.

1. SOBRE A RITUALIDADE DO JUBILEU

No conceito de rito temos certa ideia de repetitividade, de imitação. Os atos que tornam a acontecer com certa frequência, com certa duração e em determinado lugar, inscrevem-se como ações rituais.

A palavra latina *ritus* é próxima da palavra sânscrito-védica *rita* (rita), a força da ordem cósmica sobre a qual velam divindades”. Vê-se, com isso, que o rito não é uma ação puramente humana ou inventada por uma pessoa qualquer. Ele é, de alguma forma, “uma ação divina, uma imitação do que fizeram os deuses. Por isso, deve ser repetido como uma ação divina (Croato, 2001, p.215).

As ações rituais e simbólicas carregam a capacidade de dar sentido à existência humana. Nos atos que assumem certa ritualidade pela sua repetitividade permitem uma sensação de segurança aos implicados nessa ação. Sem esta segurança oferecida pela repetitividade, sem que haja certa constância de ações, é difícil prever algo. Nesse sentido, o rito “faz com que um dia seja diferente dos outros dias; uma hora, das outras horas” (Saint-Exupéry, 2003, p.70).

Os Jubileus Ordinários carregam características comuns, com práticas que oferecem estabilidade e consenso. Em todos eles, os fiéis são chamados a viver a espiritualidade que faz memória dos feitos do Senhor de forma consciente e palpável, na busca da integralidade da ação ritual com seu sentido teológico e a vivência litúrgico-espiritual.

Essa é uma redescoberta do Concílio Vaticano II em que a Igreja recuperou o conceito “participação”. Os fiéis já não se contentam em ser meros expectadores das ações litúrgicas; já não basta “assistir” à Missa. Antes desejam participar ativamente, tomar parte das ações, desejam ser

¹ Fonte: <https://itepa.com.br/jubileu-de-esperanca-missao-da-igreja-ser-sinal-do-reino-na-historia-hoje/>.

“atores” litúrgicos (SC 48). Assim, também, Jesus procurava tocar e ser tocado pelas pessoas. Tal ação é essencial para a transformação, renovação e reanimação da vida daqueles que buscam e acreditam em Deus. Com a renovação litúrgica reaprendemos que, participando de verdade do rito, deixamo-nos atingir pelo Mistério de Cristo e deixamo-nos transformar por ele.

Desse modo, os cristãos são motivados a se empenharem na celebração dos jubileus com ações e atitudes que fazem parte dos ritos comuns dessas solenidades. As peregrinações, a busca pelos lugares determinados como portas santas, a busca pelo Sacramentos da Reconciliação são, portanto, dentre muitos outros, ações rituais que carregam a compreensão do ato sagrado que põe o indivíduo em sintonia com sua Igreja e com o Senhor Deus. Sobre isso aprendemos da Igreja que a sacramentalidade depende da ritualidade. Significa dizer que a eficácia dos ritos depende daquilo que conseguem significar especialmente pela sua veracidade, seu empenho.

A realização de jubileus costuma mobilizar a Igreja. Muitas pessoas parecem entender bem o que significa essa necessidade de empenho, na medida em que desejam e buscam realizar tais ações que os permita viver a ritualidade jubilar. Embora o centro das celebrações esteja em Roma, cada Diocese é chamada a viver o jubileu com suas próprias celebrações, mantendo a comunhão com a Igreja universal. Isso reforça a ideia de uma Igreja sinodal: uma catolicidade que permite caminhar unidos esperando em Deus.

2. A BULA

A Bula de Proclamação do Jubileu Ordinário de 2025, intitulada *Spes non confundit* (“A esperança não decepciona”), foi divulgada pelo Papa Francisco em 9 de maio de 2024. Esse documento marca oficialmente a abertura do Ano Santo, que acontece a cada 25 anos. Traz a mensagem central da esperança inspirada na Carta do Apóstolo Paulo aos Romanos (Rm 5,5).

Segundo o Papa Francisco, a Esperança é constitutiva do ser humano. Esperança é um desejo e expectativa do bem. Não ignora a imprevisibilidade que, por vezes, gera sentimentos contrapostos no ser humano. Tal como o Apóstolo Paulo, que é muito realista, sabemos que a vida é feita de alegrias e sofrimentos onde, muitas vezes, o amor é posto à prova. São Paulo ainda afirma que nós nos gloriamos também de nossas tribulações, sabendo que a tribulação gera a perseverança, a perseverança leva a uma virtude comprovada e a virtude comprovada, desabrocha em esperança (Rm 5,3-4). Assim, a evangelização é sustentada pela força que brota da Cruz e da ressurreição de Cristo.

3. A ABERTURA

Uma vasta programação marcou a abertura do Jubileu de Esperança. Em diversos lugares da cidade eterna e em cada Igreja Particular pelo mundo afora se realizaram ritos solenes para marcar este Jubileu. Em geral, podemos dizer que visam simbolizar o início do tempo jubilar e o convite à reconciliação com Deus.

Dentre as ações anunciadas a realizadas, destacamos que o início Jubileu Ordinário se deu com a abertura da Porta Santa na Basílica de São Pedro, no Vaticano, na solenidade do Natal do Senhor em 24

de dezembro de 2024 (o Jubileu terminará com o fechamento da mesma Porta Santa em 6 de janeiro de 2026, na Solenidade da Epifania do Senhor); em 29 de dezembro de 2024, na Festa da Sagrada Família de Nazaré, a abertura da Porta Santa da Catedral São João Latrão, bem como nas Igrejas Particulares em todo o mundo; em 1º de janeiro de 2025 a abertura da Porta Santa na Basílica de Santa Maria Maior; e, em 5 de janeiro de 2025, a abertura da Porta Santa na Basílica São Paulo Fora dos Muros.

As Dioceses foram orientadas quanto aos ritos de abertura do Ano Jubilar. A primeira delas foi a celebração da Eucaristia presidida pelo Bispo diocesano na igreja catedral, mãe de todas as igrejas da Diocese e desde onde o pastor da Diocese exerce o seu magistério e dirige a comunidade eclesial. Orientou-se que o povo se reunisse em uma igreja ou outro lugar apropriado, que se realizasse uma pequena peregrinação e se entrasse na catedral para a Santa Missa do Dia do Senhor na Festa da Sagrada Família.

Tal ritualidade de abertura do Jubileu desenvolvida em cada Diocese, quis ser um sinal do caminho de esperança do povo peregrino que segue a cruz de Cristo. Tem um profundo sentido espiritual do povo que, no hoje da Igreja, avança em direção à Jerusalém celeste.

A entrada nas catedrais se deu pela porta principal. Assim estava orientado, para ser sinal do Cristo (Jo 10,9), a porta das ovelhas. Cada Bispo diocesano pode apresentar e convidar à veneração da cruz redentora. Dirigiu-se à pia batismal desde onde, com aspersão de água se fez memória viva do Batismo, pelo qual somos filhos de Deus e membros da Igreja.

O rito de abertura do Ano Jubilar teve seu ponto alto com a Celebração Eucarística. Celebrar a Eucaristia é, antes de tudo, ação de Cristo. A Ele se associa o Povo de Deus que lhe presta culto e santifica o mundo. Desse modo, cada fiel, a Igreja Local e a Igreja Universal se associaram, pelo Rito de Abertura, ao evento Ano Jubilar da Encarnação.

4. AS PEREGRINAÇÕES

Somos Povo de Deus, um povo em caminho. “Nenhuma caravana chegou algum dia à utopia. No entanto é a utopia que faz a caravana andar” disse o Pe. Nelson Tonello no videodocumentário “Memórias: a esperança que nos move” da Itepa Faculdades produzido e lançado recentemente. Os próprios termos gregos “paroikía”, “paroiken” e “paroikós”, de onde deriva o nome “Paróquia” (nº 161 do Documento da CNBB nº 100, Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia), têm um significado de “viver junto a, habitar nas proximidades, viver em casa alheia [...] habitação em pátria estrangeira”. Significa dizer que somos estrangeiros, peregrinos. Rumamos para a terra prometida, para a Jerusalém celeste, para junto de Deus.

“Não é por acaso que a peregrinação representa um elemento fundamental de todo o evento jubilar. Pôr-se a caminho é típico de quem anda à procura do sentido da vida. A peregrinação a pé favorece muito a redescoberta do valor, do silêncio, do esforço, da essencialidade” (Bula, n. 5).

Assim, as peregrinações nos anos jubilares ritualizam um movimento eminentemente existencial. Caminhar até os lugares sagrados representa a jornada espiritual do fiel em busca de esperança e renovação.

5. A CRUZ

Toda peregrinação ritual há uma cruz que vai à frente para manifestar que somos caminheiros que seguem a cruz de Cristo. Ao sair a peregrinação numa igreja menor ou outro local adequado de onde o Bispo com o clero e o povo se dirigiu em direção à Catedral, uma cruz foi guiando a todos. A cruz deste jubileu, porém, estava ornada. Ornar ou ornamentar a cruz é sinal de esperança. A cruz por si só já é sinal de esperança pois ela é nossa redenção. Ornar a cruz no jubileu é tornar viva, alegre e concreta a esperança que este jubileu tanto proclama.

Ao chegar à Catedral, o Bispo tomou a cruz na mão ou fez referência a ela, pediu para o povo venerá-la e, de frente para o povo, ele proclamou: *Salve, cruz de Cristo, única esperança*. E o povo de viva voz aclamou: *Vós sois a nossa esperança, não seremos confundidos eternamente*. Tanto na invocação do Bispo que presidia o rito, quanto na aclamação do povo, a cruz é reconhecida, de fato, como nossa única esperança. A cruz colocada do lado do altar permanece ali durante todo o Ano Jubilar para veneração do povo de Deus.

A cruz é o sinal que primeiramente foi usado no Rito do Batismo. A cruz é traçada em cada pessoa batizada. Ela imprime a marca (indelével) de Cristo. O batizador, bem como os pais, padrinhos e familiares, também manifestam sua fé traçando sobre o batizando o sinal da cruz. Este sinal é realizado na fronte, lugar vital. Nele somos assinalados, marcados para sempre.

A cruz resume os grandes mistérios da nossa fé. Cada vez que levantamos a mão para traçar a cruz sobre nossa fronte, tocamos primeiramente onde fomos marcados e ali dizemos “Pai”. Reconhecemos, portanto, que temos um Pai, que somos filhos do Pai e que invocamos a presença do Pai. Ao traçar o sinal da cruz na nossa fronte buscamos a bênção, a proteção divina e reconhecemos que somos filhos.

O segundo local que tocamos é onde aconteceu a nossa unção (unção pré-batismal), da força, da presença de Cristo. E fomos ungidos também num lugar vital. Por isso, cada vez que traçamos a cruz tocamos os dois pontos vitais. Os dois toques traçam o sentido vertical da cruz reconhecendo esta filiação divina. Somos sempre filhos e não pais, isto é, não somos deuses, somos filhos de Deus.

A cruz tem, também, um traço horizontal. Tocamos os dois ombros. Este gesto faz o reconhecimento que somos responsáveis uns pelos outros. Ao traçar o sinal horizontal da cruz nos comprometemos a viver a fraternidade e a solidariedade, sobretudo com aquelas pessoas, nossos irmãos, que mais precisam.

Traçar o sinal da cruz, portanto, é reconhecer o senhorio de Deus, buscar a sua presença e proteção, mas também reconhecer nosso compromisso a partir do significado da cruz para com os nossos irmãos e irmãs.

6. A PIA BATISMAL

No Rito do Sacramento Batismo, antes de chegar à Pia Batismal, são realizados os ritos da assinalação e da unção, já mencionados acima. No dia do jubileu, o rito prescreveu que, depois de

apresentar a cruz e venerá-la, o Bispo, com alguns fiéis e presbíteros, dirigiu-se ao Batistério, onde se encontra a Pia Batismal. Junto à Pia Batismal abençoou água que foi aspergida sobre todo o povo.

Importante destacar que, neste dia da abertura do jubileu, o rito prescreveu que o Bispo aspergiu primeiramente a si mesmo, depois aspergiu os concelebrantes, os ministros e todo o povo. Raramente é prescrito que o presidente de uma celebração asperge a si mesmo, mas aqui o gesto foi realizado. Este gesto recorda que todos os batizados são Igreja, a começar pelo próprio Bispo. É ele o primeiro, na sua Diocese, a professar e renovar a sua fé, sobretudo quando são celebrados eventos importantes na Igreja como é o caso do jubileu.

A aspersão com água recorda a água do Batismo. Na Pia Batismal, cada criatura humana se tornou filho de Deus. Por isso, ao aspergir o povo, o Bispo recorda o Batismo de cada cristão e o convite a renová-lo periodicamente, sobretudo nos grandes eventos da Igreja. Uma das antífonas escolhidas para o momento da aspersão deste dia recorda o texto de Ezequiel 36, versos 25 e 26: *“Derramarei sobre vós uma água pura. Eu vos purificarei de todas as impurezas. Eu vos darei um coração novo, diz o Senhor”*.

7. A RECONCILIAÇÃO, A INDULGÊNCIA PLENÁRIA

O Catecismo da Igreja Católica (CIGC) afirma que “o Senhor Jesus Cristo, médico de nossas almas e dos nossos corpos, que perdoou os pecados do paralítico, e lhe devolveu a saúde do corpo (Mt 2,1ss), quis que sua Igreja continuasse, com a força do Espírito Santo, sua obra de cura e de salvação, inclusive em seus próprios membros” (CIGC 1421).

Seguramente um dos melhores presentes do amor de Deus revelado em seu Filho Jesus Cristo é a sua misericórdia oferecida gratuitamente, por puro dom (per-donare, do latim). No Sacramento da Reconciliação entendemos que Deus oferece perdão pleno, sem reservas. E Ele confia à Igreja essa nobre e exigente tarefa. Lemos no Evangelho que Jesus soprou seu Espírito Santo sobre os Apóstolos e os enviou em missão dizendo: “Os pecados daqueles que vocês perdoarem, serão perdoados. Os pecados daqueles que vocês não perdoarem, não serão perdoados” (Jo 20,21-23).

O Criador conhece o que Ele inventou. Sabe que somos como vasos de barro. Sabe que os filhos adotivos pelo Sacramento do Batismo podem ter suas vidas enfraquecidas e até perdidas pelo pecado. É por isso que confia tal missão à sua Igreja: Ele, médico que perdoou e restituiu a saúde quer que, com a força do Espírito Santo, a sua obra de cura e de salvação seja levada adiante.

A cada 25 anos recebemos esse chamamento “ordinário” da Igreja. É da sua natureza religar: a palavra latina “religare” desdobra-se no termo “religião”, que carrega significado simbólico profundo de ligar novamente, reconectar. Por isso os cristãos são como que lembrados a cada jubileu dessa oferta generosa, indulgente e plena do gracioso amor de Deus. Este Sacramento deve ser buscado sempre porque ele recupera a santidade original recebida no Batismo. Cada vez que buscamos o Sacramento da Reconciliação somos perdoados plenamente de todos os nossos pecados.

O essencial é que os fiéis experimentem o grande dom de Deus, o perdão, que nos reconcilia com o Pai, com a Igreja e com nosso próprio ser. “Recorre-se ao maior de Deus, sua misericórdia, e ao maior do homem, sua capacidade de reconhecer o mal causado e mudar o rumo da sua vida” (Bañados, 2005, p.205).

Pela ritualidade de sair (de si; ir em busca), o fiel cristão manifesta sua maturidade. É atitude de gente inteligente deixar nas mãos do Pai rico em misericórdia nossos dramas e imperfeições. Quando, por exemplo, um anzol crava nossa carne, nossa condição racional nos faz confiar que o enfrentamento e remoção dele resultará em cura. Assim também, quando o pecado crava a nossa vida se faz necessário bom senso e enfrentamento dessa realidade. E eis que o amor de Deus acolhe, perdoa e reenvia seus filhos a quem tanto ama. A Bula de Proclamação do Jubileu ordinário deste ano, lá no número 5, recomenda que as Igrejas particulares deem atenção especial à preparação dos presbíteros e fiéis para as Confissões e para o acesso a este Sacramento na sua forma individual.

De fato, “a indulgência permite-nos descobrir como é ilimitada a misericórdia de Deus” afirma o Papa Francisco. A Reconciliação sacramental representa um passo decisivo: “permitimos ao Senhor que destrua os nossos pecados, sare o nosso coração. [...] Não há modo melhor de conhecer a Deus do que se deixar reconciliar por Ele” (Bula, n.23).

CONCLUSÃO

O Jubileu Ordinário deste ano coloca a Igreja diante da necessidade de acreditar, apostar, semear esperança. A ritualidade proposta ajuda à Igreja a pôr-se a caminho, fazer processos, como tanto insistiu o Papa Francisco.

Ao concluir este texto apontamos para alguns gestos que são sinais de esperança indicados na Bula de “Proclamação do Jubileu Ordinário do Ano 2025”, datada de 9 de maio de 2024, n.7-15.

É possível perceber sinais de esperança em meio ao mundo onde vivemos, nos sinais dos tempos. Tais sinais ficam mais evidentes quando esperamos na graça de Deus. Significa que precisamos prestar atenção ao bem que existe no mundo e transformar esse bem proclamado e testemunhado em sinais de esperança.

Para ritualizar esse esperar, portanto, pode ser necessário abrir espaços de negociação diante da tragédia da guerra; precisamos ser presença que anima tantos irmãos que vivem em condições difíceis e fazer que se percebam fortalecidas para recuperar a confiança e recomeçar; nossa proximidade e carinho para com os doentes pode resultar em alívio; há que se criar e ampliar espaços aos jovens que, com entusiasmo e boa vontade, arregaçam as mangas para ajudar tantas situações emergentes; abrir os braços para acolher e respeitar a dignidade das pessoas que deixam sua terra para construir um futuro melhor; valorizar o tesouro que são os idosos com sua experiência de vida, sua sabedoria, sua capacidade na transmissão da fé e do amor; conscientizar para o escandaloso investimento em armas e lançar um olhar comprometido para os pobres, vítimas (e não culpados) e tão necessitados de um mínimo de condições materiais para viver.

Permita o Deus da Esperança, a quem pertence a terra e toda a criação, que a Igreja e toda a humanidade vivam esse empenho e ritualizem iniciativas que edifiquem o Reino de Deus desde aqui, em nosso tempo.

REFERÊNCIAS

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis: Vozes, 1993.

CELAM: BAÑADOS, Cristian P. *Penitência e Reconciliação*. In.: Manual de Liturgia III: Os Sacramentos: sinais do Mistério Pascal. CELAM. Trad. Maria S. Gonçalves. S. Paulo: Paulus, 2005.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições, Decretos, Declarações*. Petrópolis: Vozes; 1971⁵.

CROATTO, José Severino. *As linguagens da experiência religiosa*. São Paulo: Paulinas, 2001.

SAINT-EXUPERY, Antonie de. *O Pequeno Príncipe*. Com aquarelas do autor. Rio de Janeiro: Agir, 2003.

O MÉTODO MONTFORTINO: A CONSAGRAÇÃO A NOSSA SENHORA POR SÃO LUÍS MARIA GRIGNION DE MONTFORT

*O Método Montfortino: a consagração a Nossa Senhora por São Luís
Maria Grignon de Montfort*

Polyana Almeida Frota Lima*

Rafael Augusto Linhares Pinto**

*Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Possui Bacharelado em Teologia pela Faculdade de Educação Santa Teresinha (FEST); Pós-Graduação em Mariologia pela Faculdade Dehoniana em parceria com a Academia Marial de Aparecida; Membro do Grupo de Pesquisa MensMemini-Religião, Memórias e Trajetórias ligado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Sócia da Academia Marial de Aparecida (AMA) e Membro da Associação Brasileira de Mariologia (ABM).

 polyana_frota@hotmail.com

 0000-0002-9966-4661

Mestrando em Teologia pela PUCRS. Pós-graduado em Ensino de Sociologia pela Universidade Cândido Mendes; em Mariologia pela Faculdade Dehoniana, em parceria com a Academia Marial de Aparecida; em Teologia Espiritual pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro; em Teologia Bíblica pelo Instituto de Educação, Cultura e Humanidades (INSECH); em História da Arte Sacra pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro.

 ralp1531@hotmail.com

 <https://orcid.org/0009-0001-4178-2534>

Recebido em: 01 de abril de 2025.

Aprovado em: 13 de junho 2025.

Resumo: A Consagração a Nossa Senhora tem origem na própria palavra de Deus, mais precisamente no evangelho de João 19,25-27. São Luís Maria foi um homem totalmente apaixonado pelo Cristo e que acolheu a Virgem Maria como parte de seu maior tesouro espiritual e via de acesso para uma perfeita união entre a alma e seu salvador. Nos caminhos da evangelização como missionário apostólico dedicou sua vida inteiramente a Deus e à Igreja vivendo em total desprendimento tal qual São Francisco de Assis, obediência aos seus superiores e em favor dos mais necessitados. O presente artigo tem como objetivo fazer um breve percurso histórico sobre a Consagração pelo método de São Luís Maria Grignon de Montfort. Para tanto se utiliza do recurso metodológico bibliográfico tanto no que se refere à piedade popular quanto no que tange à própria consagração. O texto percorre em linhas gerais o trajeto de desenvolvimento tanto da piedade mariana (item imprescindível em se tratando de devoção mariana) quanto da consagração a Nossa Senhora pelo método montfortino.

Palavras-chave: Consagração a Nossa Senhora; São Luís Maria Grignon de Montfort; Piedade Mariana.

Abstract : The Consecration to Our Lady has its origins in the word of God itself, more precisely in the Gospel of John 19:25-27. Saint Louis Marie was a man who was completely in love with Christ and who welcomed the Virgin Mary as part of his greatest spiritual treasure and a means of access to a perfect union between the soul and its savior. On the paths of evangelization as an apostolic missionary, he dedicated his life entirely to God and the Church, living in total detachment, just like Saint Francis

of Assisi, in obedience to his superiors and in favor of those most in need. This article aims to provide a brief historical overview of the Consecration by the method of Saint Louis Marie Grignon de Montfort. To this

end, the methodological resource of bibliography is used, both in relation to popular piety and in relation to the consecration itself. The text broadly covers the development of both Marian piety (an essential item when dealing with Marian devotion) and the consecration to Our Lady by the Montfort method.

Keywords: Consecration to Our Lady; Saint Louis Marie Grignon de Montfort; Marian Piety.

INTRODUÇÃO

O povo intui no depósito da fé sua religiosidade e sua maneira de ser religioso (*Sensus Fidelium*¹), e Maria é sem dúvida uma das figuras mais emblemáticas, quiçá, a maior delas na devoção e piedade popular. O povo ama Maria, recebe Maria como dádiva do Criador (Nela acontece por primeiro, por antecipação, o que Deus sonhou para toda a humanidade), e dela deseja sempre estar perto, a ela se encomenda, confia e por fim se “consagra”, e é justamente acerca dessa “consagração” que o presente texto pretende se debruçar. Através de referências bibliográficas buscou-se traçar um percurso histórico acerca da consagração, compreender o sentido e significado dessa expressão desde o seu sentido bíblico-pastoral até chegar ao método montfortino que é tema deste trabalho.

A consagração a Maria, ou “consagração a Jesus por Maria” (Montfort, 2009, p. 120), tem atraído muito a atenção dos devotos da Mãe de Deus. São inúmeras pessoas que procuram, através desse gesto, estar mais perto dela e, assim, claro, mais perto de Deus. O povo imediatamente entende que a pertença a Maria é uma pertença a Jesus, porque a figura de Maria não se desassocia de Jesus. Podemos ler no próprio Montfort, que é impossível separar Maria de Jesus. Assim ele escreve: “[...] antes se separaria do sol a luz, do que apartar Maria de Jesus” (p. 232).

Pensando nisso, este artigo versa sobre a Consagração a Maria pelo Método apresentado por São Luís Maria Grignon de Montfort, através de autores como Stefano de Fiores, Padre Antonio Elcio de Souza, Diretório sobre Piedade Popular e Liturgia e Afonso Murad. Antes, porém, fez-se necessário abordar dois elementos relevantes ao assunto mariológico aqui apresentado, são eles: Piedade Popular e Piedade Mariana.

1. PIEDADE POPULAR

A Piedade popular é uma fonte de riquezas inesgotável, na qual o povo cultiva e vive seu acreditar no mistério, “é uma maneira legítima de viver a fé, um modo de se sentir parte da Igreja e uma forma de ser missionários” (DAp. n. 264), é “[...] uma sede de Deus” (EN, n. 48). Podemos afirmar que a piedade popular é “o conjunto de crenças profundas marcadas por Deus, das atitudes básicas que derivam dessas convicções e as expressões que as manifestam” (DP, n. 444) ou ainda: “Trata-se da forma ou da existência cultural que a religião adota em um povo determinado” (DP, n. 444). Desta forma, é válido notar que:

1 Segundo o Catecismo da Igreja Católica, do parágrafo 91 ao 93, o ‘*Sensus fidelium*’ é o senso de fé popular dos fiéis, isto é, aquela intuição que o fiel pela abertura à fé, constrói a sua convicção sobre a verdade desta mesma Fé: “por este senso de fé, suscitado e sustentado pelo Espírito da Verdade, o Povo de Deus, sob a direção do sagrado Magistério adere indefectivamente à fé uma vez para sempre transmitida aos santos e, com reto juízo, a penetra mais profundamente e mais plenamente a aplica em sua vida” (CEC 93). Com isso, este ‘*sensus fidelium*’ é construído a partir da abertura e adesão ao conteúdo de Fé, e tem a sua expressão concreta na prática devocional do povo de Deus.

Não podemos desvalorizar a espiritualidade popular ou considerá-la como modo secundário da vida cristã, porque seria esquecer o primado da ação do Espírito e a iniciativa gratuita do amor de Deus. A piedade popular contém e expressa um intenso sentido de transcendência, uma capacidade espontânea de se apoiar em Deus e uma verdadeira experiência de amor teologal. É também uma expressão de sabedoria sobrenatural, porque a sabedoria do amor não depende diretamente de ilustração da mente, mas da ação interna da graça. Por isso, a chamamos de espiritualidade popular. Ou seja, uma espiritualidade cristã que, sendo um encontro pessoal com o Senhor, integra muito o corpóreo, o sensível, o simbólico e as necessidades mais concretas das pessoas (DAp. n. 263).

Fazendo uma leitura da história da piedade popular, haveremos de convir que ela passou por fases e transformações, desde os inícios onde não se via separação do culto oficial (litúrgico) e piedade popular, até as incongruências da Idade Média onde se observa que “[...] prevalece o fenômeno de um certo dualismo entre Liturgia e piedade popular” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 33). Continuando a linha de mudanças, passamos para a modernidade onde podemos destacar o Concílio de Latrão V de 1517, tendo logo à sua frente a reforma protestante, que, com toda pujança, apontava e combatia, sobretudo, as práticas de piedade.

A Igreja então convoca o Concílio de Trento, ocorrido entre os anos de 1545 a 1563, com a ideia *De reformatiōe generali*, onde, a própria instituição sentiu que devia enfrentar as questões litúrgico-sacramentais e “fê-lo assumindo uma atitude de denúncia dos erros e de condenação dos abusos, de defesa da fé e da tradição litúrgica da Igreja” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 38), mesmo assim ainda resultando dualidade entre liturgia e piedade popular.

Na contemporaneidade, superando a Revolução Francesa, tanto o culto litúrgico quanto a piedade se refazem, e com muita força. “O século XIX não assimila somente o despertar da Liturgia, mas também, e talvez de modo autônomo, um incremento da piedade popular” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 44), o que não impediu que houvesse também discrepâncias entre ambas. Muito embora se tenha feito todo esse processo histórico, foi o Concílio Vaticano II que veio a “[...] definir nos termos corretos a relação entre Liturgia e piedade popular, proclamando a primazia indiscutível da santa Liturgia e a subordinação a ela das práticas de piedade” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 46).

A piedade popular passou por momentos em que faltou harmonia entre ela e o culto litúrgico e disto “a história mostra... que a correta relação entre liturgia e piedade popular é perturbada quando nos fiéis diminui a consciência de alguns valores essenciais da própria Liturgia” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 47). A respeito disto, a Igreja procura encaminhar o povo para a sobriedade e o equilíbrio entre aquilo que o Litúrgico celebra e o que a fé do povo busca. Olhando para a história e sabendo dos perigos que podem fazer com que a piedade se desvie do seu real sentido, a Igreja alerta para alguns riscos, eis:

[...] A insuficiente presença de elementos essenciais da fé cristã, tais como o significado salvífico da Ressurreição de Cristo, o sentido da pertença à Igreja, a pessoa e a ação do divino Espírito; a desproporção entre a estima pelo culto aos Santos e a consciência da absoluta soberania de Jesus Cristo e do seu ministério; o raro contato direto com a Sagrada Escritura; o afastamento da vida sacramental da Igreja; a tendência de separar o momento cultural dos compromissos da vida cristã; a concepção utilitarista de algumas

formas de piedade; a utilização de sinais, gestos e fórmulas, que talvez adquiram uma importância excessiva, até à procura do espetacular; em casos extremos, o risco de incentivar o ingresso de seitas e levar até mesmo à superstição, à magia, ao fanatismo e à opressão (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 65).

Embora as diversas práticas populares nasçam no meio do povo e que sejam estas percebidas com o sentimento, com as emoções, ainda que seja da “pietá, isto é, da interioridade do homem em atitude dialógica com Deus” (De Fiores; Meo, 1995, p. 1067), e ainda como lembra frei Clodovis Boff (2006, p. 553): “[...] a piedade popular é, por excelência, a *via cordis*”, mesmo assim, em graus de importância, deve ser sempre conservado o “primado da liturgia” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 23), e somente depois as práticas de piedade. Uma vez que a ação litúrgica deve sempre vir antes das práticas de piedade popular (em termos de hierarquia), as práticas de piedade precisam sempre estar de acordo com a liturgia em perene harmonização, de modo a resguardar o primado da sagrada liturgia.

Do que já fora dito sobre piedade popular, ainda é pertinente notar que o popular significa dizer que é do povo, de todo o povo, e não só de uma parte exclusiva e restrita; é tanto dos grandes como dos pequenos e é bem fácil perceber que ela se mostra quase sempre mais forte nos pequenos do povo, nas classes mais empobrecidas; também não é específico dos que estão dentro da Igreja, mas, sobretudo dos que estão fora dela. A piedade alcança tanto os praticantes como os não praticantes, vejamos:

[...] Nessa linha, a piedade popular é efetivamente “católica” por não restringir aos “bons e puros”, mas estar aberta a todos, incluindo os praticantes irregulares ou mesmo os não-praticantes. Estes poderiam ser entendidos como os “fracos na fé”, para os quais São Paulo pede compreensão dos “fortes” (1 Cor 8 e Rm 14) (Boff, C. 2006, p. 551).

A piedade necessita estar em harmonia com a Liturgia, e isto já se fez bastante claro, porém o “catolicismo popular não é contrário ao oficial, mas também não lhe é inferior” (Boff, 2006, p. 551), outrossim, “a liturgia não pode ser a única forma de vida religiosa do povo de Deus. Ao lado dela existe, com todo o direito, a devoção popular” (p. 552). A piedade tomada “no conjunto, trata-se de um cristianismo inteiro e verdadeiro, ainda que deficiente ou imperfeito” (552). Como já dito acima, às vezes, na prática da piedade se perde o foco central “por causa da importância muitas vezes exagerada do culto”, e é tão somente por isso a exigência oficial que haja sintonia entre esta e a liturgia.

1.1. PIEDADE MARIANA

Quando o assunto é Maria, o coração que a ama fica atento e palpitante. De acordo com o sociólogo Greeley (1978, p. 13), “Maria é, no Ocidente, o símbolo cultural mais poderoso e popular dos últimos dois mil anos” (apud Boff, 2006, p. 19). O povo nutre pela mãe de Deus um amor visceral

e nos caminhos da devoção² rendem a ela todo o seu amor através das maneiras mais diversas, e “o culto é a expressão da fé” (Ossanna, 2006, p. 35), da fé livre que, por vezes ultrapassa os limites da dogmática, mas é amor, é fé, e com razão o marista afirma: “a veneração a Maria aparece de forma mais intensa na devoção do que na Liturgia” (Murad, 2012, p. 209). Um dos documentos marianos mais importante diz que “a piedade da Igreja para com a bem-aventurada Virgem Maria é elemento intrínseco do culto cristão” (Marialis Cultus, n. 57), sabendo, no entanto, que “O culto da Virgem Maria tem seu necessário ponto de referência: Cristo” (Marialis Cultus, n. 4).

Encontramos traços da piedade mariana desde a antiguidade quando nos deparamos com textos apócrifos que falam sobre a dormição de Maria e o Proto-evangelho de Tiago, ambos do século II: “a iconografia mariana das catacumbas de Priscila, em Roma” Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 23), a oração mariana mais antiga: “*Sub Tuum Praesidium*, datada do século III” (Pinto, 2018, p.186). No século IV a ênfase está no cultuar Maria por sua virgindade (como adiante se fará uma rápida menção disto em Orígenes), no século V se destaca o que poderíamos chamar de a “primeira festa de caráter propriamente mariano que a Igreja celebrou” (Boff, 2006, p. 561).

No século VI, “levanta-se em Palermo um oratório dedicado a Santa Maria” (Boff, 2006, p. 562), por volta do ano 804 temos o sábado que até hoje dedicamos como “dia da memória de Maria” (p. 562), por volta dos anos 1.000 a 1.500 se destaca a recitação popular da Ave Maria (em sua primeira parte) até a propagação do Rosário que muito contribui “[...] para a formação de fraternidades centradas na piedade mariana” (Dombes, 2005, p. 50). Notemos que, passando ainda pelos anos 1.000 “[...] com Gregório VII, realiza-se a primeira ruptura entre liturgia, reservada ao clero e aos monges, e a piedade popular” (Boff, 2006, p. 562).

A Idade Média é marcada pela guinada no culto mariano, diversos santuários são erguidos em sua homenagem, cresce o número de obras tendo ela como tema, Maria passa de Mãe de Deus (título primitivo) para títulos como *Mediatrix* (intercessora), rainha de misericórdia, etc. Esta forma de piedade para com Maria os reformadores contestaram. Para eles, o mais importante seria o caráter evangélico da pessoa de Maria e não a exaltação dos seus privilégios que a piedade popular atribuía a ela e acabavam por colocá-la no mesmo nivelamento que o Cristo.

São Luís Maria Grignon de Montfort, dentro desses embates, imbuído do movimento contra-reformista, frente a uma verdadeira “crise mariana” (Dombes, 2005, p. 53), nos fundamentos da consagração em sua obra magna mariana, vai dizer: “Se a devoção à Santíssima Virgem nos afastasse de Jesus Cristo, seria preciso rejeitá-la como uma ilusão do demônio” (Montfort, 2009, p. 96). Ele continua “[...] esta devoção só nos é necessária para encontrar Jesus Cristo, amá-lo ternamente e fielmente servi-lo” (p. 96-97).

Segundo Frei Clodovis, (2006, p. 565) “a Idade contemporânea (séculos XIX e XX) representa, depois do século de São Bernardo, o segundo vértice da devoção popular mariana, especialmente pelo

² Com o termo *devoção* designamos a atitude interior pela qual a pessoa entra em relação com a realidade objeto dessa devoção. Essa relação tem como aspectos principais a *entrega*, surgida da raiz da caridade, de sua própria pessoa mediante a confiança incondicional, impregnada de fortes componentes afetivos, e que põe o sujeito em situação de assídua e fiel dedicação e dependência. (A. Amato. Devoção Mariana. In De Fiores, Stefano. Meo, Salvatore. Dicionário de Mariologia. São Paulo: Paulus, 1995. p.395).

advento das grandes aparições”, é importante lembrar ainda as duas definições dogmáticas de 1854 e 1950 e o despontar de papas marianos. No século XX é pertinente lembrar que “a teologia e piedade marianas continuam, então a se desenvolver no impulso de fervor dado pelo século XIX. “A emulação é constante entre piedade e a reflexão teológica” (Dombes, 2005, p. 60).

O Concílio Vaticano II trouxe um olhar mais equilibrado sobre a figura mariana, uma sobriedade na devoção. Sobre a intenção do concílio, assim diz o documento que tem a Bem-Aventurada Virgem como tema no capítulo XVIII, “o sagrado Concílio[...] pretende esclarecer cuidadosamente não só o papel da Virgem Santíssima no mistério do Verbo encarnado [...] mas também os deveres dos homens para com a Mãe de Deus” (LG, n. 54). De fato, “Maria não é, na vivência da Igreja, uma figura qualquer; é, antes, uma figura “central”, embora não seja o centro, que é Jesus Cristo” (Boff, 2006, p. 18). Desta forma a encontramos sempre presente na história do povo piedoso, pois ela “além de ser uma figura digna de respeito e devoção, é entendida pela Igreja como o modelo de cristã” (Pinto, 2018, p. 186).

O sujeito ativo da piedade mariana entende bem que o seu papel de devoto engloba os seus sentimentos e também as suas ações, que é interior o seu amar e também exterior (São Luís Maria Grignon de Montfort vai trabalhar bem isso no seu tratado mariano: Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem Maria no capítulo XVIII, obra motivo deste trabalho). Explica bem Frei Clodovis (2006, p. 554) quando diz que a “devoção significa então, por um lado, amar em seu íntimo a figura religiosa de que se é ‘devoto’ e, por outro lado, prestar-lhe exteriormente as devidas homenagens”, e tudo isso na época medieval era nada mais nada menos que “*obsequia* ou *reverentia*” (p. 554), neste caso, fazer à Maria. Todavia, as práticas de piedade mariana não podem de forma alguma prescindir das normas litúrgicas, como já foi apontado neste trabalho. A liturgia é a grande reguladora de todas as práticas de piedade, até mesmo porque “grande parte das festas e solenidades litúrgicas nasceram da manifestação devocional popular” (Pinto, 2018, p. 411).

2. A CONSAGRAÇÃO MONTFORTINA, SUA ORIGEM E DIFUSÃO

Partindo de uma fonte, digamos que primária, a consagração a Nossa Senhora tem origem na própria Palavra de Deus, mais precisamente no evangelho de João 19,25-27, quando no testamento de Cristo, o discípulo acolhe a mãe entre seus bens. Na verdade, esse acolher na ótica joanina “se insere no acolhimento dado a Jesus pelo discípulo” (Souza, 201, p. 211) e uma vez que “a consagração a Maria é reconhecimento da sua missão” (p. 211) é importante notar que:

Quando acolhe a mãe de Jesus “entre seus bens”, expressa que entre esses bens está a sua fé e a comunhão com Jesus. Assim, a relação com Cristo se prolonga na relação nova do discípulo com Maria; acolhe Maria em obediência a Cristo na sua vida de fé. A consagração é sempre a Cristo, a Deus-Trindade, realizada no acolhimento dado a Maria em nossa vida, entre os nossos bens (vida espiritual), a exemplo do discípulo amado (Souza, 2017, p. 211).

A consagração a Maria deve ser compreendida na “inserção na única consagração a Deus, como reconhecimento de sua missão e dentro da dimensão eclesial” (Souza, 2017, p. 210). Maria

é, por assim dizer, a “consagrada por Deus que se doa inteiramente a Ele” (p. 206). Consagrar-nos a ela (ou a Jesus através dela) é buscar o seu exemplo de vida que foi total doação e vivência na Aliança com Deus em Jesus, é viver essa vida de doação, de serviço a Deus e aos irmãos, logo, “darnos assim à Santíssima Virgem é exercer a caridade em relação ao próximo no mais alto grau de nossas possibilidades” (Montfort, 2018, p. 43).

Ao se tratar da devoção que São Luís Maria Grignion de Montfort apresenta, traçada no caminho percorrido (método) até a consagração, é necessário atentar para o fundamento teológico tomado por ele, que, aliás, é muito bem alicerçado, além de fundamentar sua obra no evento encarnação ele chamará esta devoção de “uma perfeita renovação dos votos do batismo” (Montfort, 2009, p. 124). Uma vez que somos consagrados no batismo, que é a nossa consagração por excelência, recebemos também a tríplice missão de sermos sacerdotes, profetas e reis. Os batizados sendo partícipes desse múnus sacerdotal são “incorporados em Cristo Jesus, unem-se a Ele e ao Seu sacrifício, na Oferta de si mesmos e de todas as suas atividades” (Christifideles Laici, n. 14).

A consagração a Maria, como dom de si, está relacionada a algo bem maior do que aquele simples ato de recitar uma fórmula numa festa mariana. Pensando isso como o ato que acontece no nosso batismo, ela faz parte de um todo bem mais rico do que costumeiramente pensamos. A motivação a uma consagração precisa alcançar em nós um nível de maturidade e consciência, a fim de que se entenda que não é por nós, e nem deve ser pensada de uma forma isolada, como fruto de uma “decisão autônoma”, mas é uma iniciativa do próprio Deus, pois, “os cristãos não se consagram por si mesmos, mas em virtude do batismo administrado em nome do Pai, do Filho e do Espírito santo” (De Fiores, 1995, p. 308-309). Ainda em Fiores encontramos de maneira mais explicativa:

A essa consagração ontológica, que une o batizado a Cristo e o faz participante do seu mistério de morte e ressurreição (Rm 6,3-5; Cl 2,12), deve corresponder uma consagração vital a Deus, expressa em termos de culto existencial [...] isto é, transformar sua vida em dom total ou oferta agradável a Deus [...] nessa oferta total de si a Deus entram todos os outros aspectos da vida cristã, contemplados pela revelação bíblica: o culto, a moral, a missão [...] na vida de consagração, Jesus é a fonte e o modelo paradigmático (p. 309).

Em se tratando de Consagração a Nossa Senhora, as primeiras reflexões acerca de Maria refletem e encontram nela o modelo a ser seguido; ela será vista e refletida exatamente “na ordem da santidade e da consagração a Deus” (De Fiores, 1995, p. 311). Encontramos, nesse sentido, algumas reflexões, como no Proto-evangelho de Tiago, que trazem a figura de Maria como aquela que é apresentada no templo e consagrada ao Senhor. Orígenes, por volta do ano 254, diz que Maria é a ‘primeira das virgens’ (Pinto, 2018, p. 186). Ambrósio, mais ou menos em 397, “convida as virgens a se espelharem na vida de Maria [...] Mas vida imbuída da intenção de buscar a Deus” (De Fiores, 1995, p. 311). Encontramos em Gregório de Nissa, ano 392, a ênfase no “vínculo entre consagração objetiva e doação pessoal” (p. 311).

Seguindo a linha da consagração, muito antes de chegarmos ao método montfortino, temos que levar em consideração que a confiança do povo para com a Mãe de Deus vem desde

a antiguidade, é possível perceber isso através de um breve percurso histórico. Datada do século III verifica-se a famosa oração *Sub tuum praesidium*³. Através dessa súplica o povo se coloca sob a proteção da Santa Mãe de Deus. Ora, “essa ação é como o primeiro passo para a consagração [...] e será a base de futuras consagrações de cidades e nações desse período” (Souza, 2017, p. 207). Assim sendo, “a primeira de todas foi Constantinopla, que professa a sua pertença a ela (Maria) e experimenta o auxílio da Mãe do Senhor na invasão dos bárbaros de 626” (De Fiores, 1995, p. 311).

No século VII não passa despercebida a grande devoção de Hildefonso de Toledo que se designa “servo da mãe e escrava do Senhor[...] como atitude permanente de vida” (De Fiores, 1995, p. 312), assim ele se coloca a serviço da mãe como servo para melhor servir ao Filho. No século VIII, encontramos aqui o sermão de São João Damasceno (676-749) refletindo sobre a Dormição da Santíssima Virgem, onde é possível notar a “primeira oferta de si a Maria, expressa em termos de consagração” (De Fiores, 1995, p. 312). Diz o santo:

Também nós, hoje nos apresentamos a ti, ó Soberana, mãe de Deus virgem; unimos nossas almas a ti, nossa esperança, como se a prendêssemos a uma âncora totalmente sólida e inquebrantável, consagrando-te nossa mente, nossa alma, nosso corpo, todo o nosso ser... (João Damasceno, Omelia per La Dormizione I, 14 p. 96, 720 apud De Fiores, 1995, p. 312).

A idade média, como bem se sabe, foi lugar propício para uma piedade mariana mais carregada e que porta consigo elementos da própria época na vida religiosa do povo. Na devoção mariana vai refletir princípios concernentes à vassalagem, clientela e servidão voluntária. Tudo isso bem fundamentado no que seria o feudalismo, modelo político, econômico e social que predominou durante o período medieval. Destaca-se, baseado nesse modelo feudal a entrega total de si a Maria, reverberada em termos como *Commentadio* e *Traditio*. Estas expressões surgem nos séculos X e XI e “indicam a entrega, o dom, a dedicação de si à Virgem” (De Fiores, 1995, p. 311). Para melhor demonstrar:

Tal dedicação a Maria extrai a linguagem e segue as expressões do sistema social medieval: chega-se a uma espécie de contrato entre o servo que se doa livremente a Maria, reconhecida como senhora, e lhe presta serviços, obséquios e reverências, dela recebendo em contrapartida a proteção (*tuitio*) (De Fiores, 1995, p. 312).

De certo que a expressão *se oferecer totalmente a Maria* sempre se associa, ou, ao menos deve ser, em servir melhor a Jesus, nesse sentido, já se dedica tudo de si a Maria até mesmo “os seus bens” (De Fiores, 1995, p. 312). Essa atitude de se colocar a serviço da Virgem Maria, como sua pertença, é notada, sobretudo, nas fórmulas de profissão desse período e será também contemplada e detalhada por São Luís Maria Grignoin de Motfort na sua obra Tratado da Verdadeira Devoção, mesmo que tenha sido apontada por ele em obras anteriores. No capítulo II do Tratado, Montfort vai mostrar os fundamentos da consagração e fazer considerações sobre a nomenclatura escravo dando razões à expressão quando distingue ‘servo e escravo’ (Montfort, 2009, p.75-77). Na

3 À Vossa Proteção recorremos, Santa Mãe de Deus. Não desprezeis as nossas súplicas em nossas necessidades, mas livrai-nos sempre de todos os perigos, ó Virgem gloriosa e bendita.

diferença por ele proposta, o escravo sobressai ao servo no quesito amor para com Maria, pois o escravo não reclama para si nada além de poder pertencer e servir a sua senhora, já o servo pretende ganhos. Após a consagração, Maria passa a ser a senhora e dona do escravo (Com o argumento de que ele possa com mais perfeição pertencer e amar seu Senhor).

Ainda no período medieval, mais precisamente na Idade Média tardia, se destaca o amor cortês ou cavaleiresco. Para doar-se ao amor da inacessível senhora o cavaleiro promete total servidão e fidelidade. No campo religioso aos moldes desse amor cortês, a devoção à Maria vai se reproduzindo. Enquanto que na sociedade o cavaleiro corteja a dama e procura o tempo todo agradá-la e destacar-se dos demais num amor puro, fiel, refinado e consequentemente platônico, no que se refere ao campo religioso e principalmente à pessoa de Maria que é aqui a “dama por excelência ou a Senhora inatingível na sua virgindade e santidade, ao mesmo tempo, digna de amor intenso” (De Fiores, 1995, p. 313), o que se segue é um modelo de consagração baseado no amor cortês cavaleiresco “que compromete a pessoa com Maria” (De Fiores, 1995, p. 313). O cavaleiro busca qualquer recompensa por parte da dama, um simples gesto ou olhar voltado para ele, haja vista que é ela a idealização mais perfeita do seu amor.

A escravidão a Maria (Consagração) não teve seu início em São Luís Maria Grignon de Montfort, o próprio santo atesta isso: “Fica, portanto, de pé que esta devoção não é nova” (Montfort, 2009, p. 158), mas é sem dúvida alguma que com ele esta devoção atinge seu ponto alto, e ele, certamente, foi um dos que melhor adensou essa forma de piedade para com a Virgem Maria. Montfort sucede uma linha de entrega à Mãe de Deus com a expressão “escravidão” que tem início, nota bem De Fiores (1995, p. 313) “em fins do século XVI”. Ora, Montfort vive entre os séculos XVII e XVIII, o termo “escravidão” em se tratando de Maria certamente lhe era familiar, na verdade a primeira “associação de escravidão aparece em Alcalá, onde irmã Inês Batista de São Paulo, franciscana concepcionista, fundou em 1595” (De Fiores, 1995, p. 313)⁴, portanto, mais de 70 anos antes do Montfort e com outro ponto importante, surge na Espanha, enquanto que São Luís faz a propagação da devoção na França.

Mas é preciso ainda destacar aqui o seguinte: a devoção chega à França não por Montfort, segundo Fiores, chega às terras francesas pelo Cardeal Pierre de Bérulle (1575-1629), “[...] que em 1614-1615 ele propõe ao Oratório e as carmelitas o duplo voto de servidão perpétua à Virgem e a Jesus Cristo” (De Fiores, 1995, p. 314). Também Boudon (Aquidiácono de Evreux viveu em 1624-1702)⁵ fez uso e divulgação desta forma de consagração pela França antes mesmo de São Luís Maria, muito embora Boudon tenha escrito um tratado desta entrega total a Maria, ele não toca na questão do batismo, ponto que será trabalhado enfaticamente por Montfort. O próprio São Luís Maria ensinava essa consagração aos seus amigos ainda quando seminarista, segundo Pe. Humberto (1992, p. 31) o jovem Luís de Montfort “com a aprovação dos seus superiores, fundou, no próprio Seminário, um grupo de escravos de amor”.

A devoção mariana na forma da escravidão para com a Mãe de Deus se espalha pela “Bélgica,

4 Santo Antonio de Sant’Ana Galvão, o primeiro santo brasileiro, se tornou escravo de Nossa Senhora usando a forma de consagração das Concepcionistas e não o método montfortino como muitos pensam.

5 Boudon escreveu um Tratado sobre a consagração com o título: “DIEU SEUL. LE SAINT ESCLAVAGE DE L’ADMIRABLE MÈRE DE DIEU”.

na Alemanha e na Polônia se difunde [...] suscitando várias obras; lembramos a do Jesuíta Estanislau Fenichi publicada em Lublin no ano de 1632” (De Fiores, 1995, p. 314), na Itália a Consagração chega por volta do século XII graças à ordem religiosa dos clérigos teatinos que tinha sede no país. Seguindo na perspectiva da total entrega a Maria temos no ano de 1680, São João Eudes que deixa sua visão bem clara no “contrato de uma santa aliança com a sacratíssima Virgem Maria Mãe de Deus” (De Fiores, 1995, p. 315). Esta visão de Eudes será ainda retomada no século XIX e ainda por Santo Antonio Maria Claret (1807-1870).

São Luís Maria Grignon de Montfort nasceu em 31 de janeiro de 1673 e morreu em 28 de abril de 1716⁶. Francês, foi ordenado sacerdote em 1700 e dedicou-se a ser missionário recebendo do Papa Clemente XI o título de Missionário Apostólico (julho de 1706). Apesar das controvérsias e resistência à expressão “escravos de Maria”, Montfort vai fundamentar a consagração mariana no seu tratado sob a perspectiva do batismo, no que ele irá chamar de “a perfeita renovação dos votos e promessas do santo batismo” (Montfort, 2009, p. 119). Note-se bem que o Grignon toma como âncora de sua obra o evento encarnação, ponto melhor trabalhado por ele em “O amor da Sabedoria eterna”, mais especificamente no capítulo IX “A encarnação e a vida da Sabedoria eterna” (2018, p. 83). São Luís Maria irá divulgar essa maneira de piedade para com a Mãe de Deus durante sua ação missionária pela França e por fim deixa compilado em sua obra magna, o Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem, livro encontrado somente depois de sua morte (cerca de 131 anos depois).

A escravidão à Maria pelo método montfortino ganha grande proporção pelo mundo, papas vão aprovar esta devoção e muitas ordens religiosas vão tomá-la para si. Grande propagadora da total entrega a Maria neste viés do padre Grignon será a ‘Legião de Maria’ fundada em 1921. A chegada da Escravidão a Maria no Brasil é um tanto difícil de ser acompanhada, assim como sua difusão em muitos outros países. Ilustre divulgador e vivenciador da escravidão escrita por São Luís, foi o Papa João Paulo II que fez da consagração o lema do seu pontificado *Totus Tuus* (todo teu), todo de Maria.

A partir de João Paulo II a consagração passa a ser amplamente conhecida e muitos são os que buscaram e buscam o ser todo de Maria a exemplo deste santo. Os caminhos que a total entrega a Maria fez e faz para chegar aos mais diversos povos é tarefa muito difícil de desenhar e de catalogar, não se encontra até então uma obra sistemática de como essa forma de piedade popular chega aos diferentes países mundo afora. O amor caminha a passos largos, e de amor o devoto de Maria entende bem, afinal a espontaneidade é marca deste povo que “mais do que raciocínio, é levado pelo sentimento” (Krieger, 2016, p. 24).

3. O QUE É O MÉTODO MONTFORTINO?

O método montfortino consiste num caminho, por isso o nome método traçado e escrito por São Luís Maria Grignon de Montfort no seu Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima

⁶ Entre as principais obras de São Luís de Maria estão: Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem; O segredo do Rosário; O segredo de Maria sobre a Escravidão da Santíssima Virgem escrito antes mesmo do Tratado; Carta Circular aos amigos da Cruz e muitos cânticos espirituais além de fundar congregações religiosas como Os missionários da Companhia de Maria, as Filhas da Sabedoria e os irmãos de São Gabriel.

Virgem. A obra mais conhecida deste homem de alma mariana, leva a pessoa devota a conhecer e amar filialmente a Mãe de Deus. O escrito, atualmente dividido em oito capítulos, conduz o leitor a percorrer em linhas gerais: A necessidade da devoção à Santíssima Virgem (cap. I); As verdades que fundamentam essa devoção (cap. II); A escolha da verdadeira devoção (cap. III); Da perfeita devoção à SS Virgem ou à perfeita consagração a Jesus Cristo (cap. IV); Motivos da consagração (cap. V); Figura bíblica desta perfeita devoção (cap. VI); Efeitos da Consagração (cap. VII); Práticas particulares (cap. VIII).

Após ler e refletir todos esses pontos a pessoa faz a chamada entrega total de si a Jesus Cristo por Maria (consagração) que nada mais é se não “a oferta de si mesmo que tem como meta Deus” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 204). O indivíduo que assim deseja se entregar a Jesus por Maria conforme este modelo de Montfort, trilha ainda 30 dias (ou 33 dias) de preparação onde o santo Grignon chama de exercícios espirituais, e que subdivide em doze dias preliminares e mais três semanas (Montfort, 2009, p. 219).

Feito este percurso, escolhe-se uma festa mariana e o devoto recitando uma fórmula que se encontra nas páginas derradeiras do tratado faz sua consagração após a comunhão conforme orientação do santo mariano. Porém, o Diretório sobre piedade popular e liturgia (n. 204) recomenda que seja após a celebração eucarística por ser um ato fora do rito litúrgico. Neste dia o consagrado assina um contrato desta entrega e conforme conselho do santo, e carrega desde então uma cadeia (preferencialmente de ferro, assim ele recomenda), para lembrar-se sempre da sua pertença a Jesus por Maria. Essa cadeia pode ser levada no pescoço, braço, pé ou até mesmo na cintura, segundo suas recomendações. A partir do dia da consagração, a pessoa consagrada passa a recitar todos os dias uma “Pequena Coroa de Nossa Senhora” (Montfort, 2009, p. 115.223) que o próprio Montfort ensina no capítulo terceiro, que pode ser encontrada também no final do livro. São Luís orienta a renovação anual dessa total doação de si: “Todos os anos, ao menos, no mesmo dia, renovarão a consagração, observando as mesmas práticas durante três semanas” (Montfort, 2009, p. 222).

Tendo visto os passos para aderir esta prática devocional que “[...] deve ser fruto não de emoção passageira, mas de uma decisão pessoal, livre, madura no âmbito de uma visão exata do dinamismo da graça” (Diretório sobre piedade popular e liturgia, n. 204), vejamos mais precisamente no que consiste organicamente o método montfortino e o que significa a proposta feita pelo padre Grignon. Este “propõe aos cristãos a consagração a Cristo pelas mãos de Maria como meio eficaz para viver fielmente os compromissos batismais” (Redemptoris Mater, n. 48). Item já citado no tópico anterior, este ponto sem dúvida alguma é uma chave segura e imprescindível, quicá a mais importante para entender o método montfortino.

Esta não é uma consagração para si mesma, e nem é uma devoção vazia de sentido (muito embora cada devoção tenha sua importância e logicamente imbuída de seus sentidos). O que São Luís propõe em seu modo de apresentar a consagração seria uma maneira de viver com inteireza e austeridade aquilo que a Igreja nos pede, e que, nós mesmos nos propomos a viver no dia do nosso batismo. Tudo isso está bem nítido na fórmula de consagração quando o/a devoto (a) se

decide livremente pela entrega total de si a Jesus pelas mãos de Maria, falando seu nome, e cheio da certeza de que o pecado em cada um de nós habita, diz: “Eu... infiel pecador, renovo e ratifico hoje, em vossas mãos, os votos do batismo. Renuncio para sempre a satanás, suas pompas e suas obras” (Montfort, 2009, p. 283).

Para o santo em questão, a escravidão ao pecado é o grilhão que prende o ser humano, e, uma vez cativo a Jesus Cristo por Maria através desta consagração, se experimenta a mais perfeita liberdade, tendo em vista que o ser livre, nesse sentido, equivale abandonar aquilo que outrora o tornara prisioneiro, o pecado. “Felizes os fiéis escravos da Rainha do céu, pois gozarão da verdadeira liberdade” (Montfort, 2009, p. 165).

No Tratado da Verdadeira Devoção ele distingue três tipos de escravidão, a saber, “escravidão por natureza, por constrangimento e por livre vontade (amor)” (Montfort, 2009, p. 75), obviamente a escravidão da qual o santo mariano se deleita é a última desta tríade: “feliz, mil vezes feliz, é a alma liberal que se consagra a Jesus por Maria, na qualidade de escravo do amor, depois de ter rompido pelo batismo a escravidão tirânica do demônio” (Montfort, 2018, p. 39-40), é necessário perceber aqui a centralidade da promessa batismal, não é uma “escravidão” no sentido literal da palavra, não é para oprimir, percebe-se que é a maneira como São Luís Maria fala daqueles e daquelas que vivem uma entrega de si mesmo a Jesus pelas mãos de Maria. “O servo é aquele que presta um serviço por um determinado tempo, já o escravo é aquele que precisa ter os olhos fitos nas mãos do seu Senhor, para realizar a vontade d’Ele a qualquer momento” (Pinto, 2020, p. 26).

Por essa razão, nos escritos dele aparece tanto a expressão escravidão voluntária como escravidão de amor, bem como escravos de Maria ou escravos de Jesus em Maria, todas tendo o mesmo valor para ele, sendo que a expressão escravo de Maria não passou sem sofrer críticas desde o início até os dias atuais, o próprio Montfort instrui os adeptos deste método, a respeito de como se denominar diante dos críticos “[...] é melhor dizer escravo de Jesus em Maria” (Montfort, 2009, p. 231) ou ainda “é preferível, para evitar-lhes ocasião de crítica desnecessária, dizer ‘escravo de Jesus Cristo’ do que ‘escravo de Maria’” (Montfort, 2009, p. 231).

Maria na concepção montfortina não impede de forma alguma a chegada do fiel ao fim último (Jesus), ao contrário, o destino só é facilitado pelo meio. Alega o Montfort (2009, p. 145) que essa devoção “é um caminho fácil, curto, perfeito e seguro”. Note bem, que segundo ele, não quer dizer que isto seja uma bifurcação do caminho, não são dois, mas uma só estrada para se chegar ao termo, isso porque “não a tomamos, como fim último de nossos serviços, que é somente Jesus Cristo” (Montfort, 2009, p. 249). Assim, se cumpre as palavras da Virgem Maria: “Fazei tudo o que ele vos disser!” (Jo 2,5), esse é o mandamento de Maria, isto é, tudo nela conduz ao seu filho, aquele que é o “caminho” (Jo 14,6), aquele que é o “mediador entre Deus e os homens” (1Tm 2,5); por isso que ela é a “mediadora de intercessão” (Montfort, 2009, p. 91).

O santo francês respeita a mediação única de Cristo, mesmo atestando ser Maria medianeira de intercessão junto ao mediador de redenção que é Jesus (1 Tm 2,5). Para o autor clássico da consagração, ao tomarmos a Mãe de Deus como fim próximo para chegarmos ao fim último, respeita-se a vontade divina que quis se encarnar e chegar aos homens através desta mulher,

aliás, essa será uma tecla contínua do Montfort. Sua lógica baseia-se no seguinte: Jesus Cristo veio aos homens através dela e é por ela que os homens deverão ir a Jesus Cristo; por ela Jesus Cristo tem que reinar e que através dela voltará pela segunda vez.

O santo usando-se de autores deveras marianos como: são Bernardo de Claraval, São Bernardino de Sena, etc., afirmará sua tese de que “é muito justo que a graça volte a seu autor pelo mesmo canal por onde veio” (Montfort, 2009, p. 137). Assim, juntando a ideia de que Maria é medianeira junto do próprio mediador e de que ela é este canal, a consagração faculta uma escada em que os degraus necessariamente são: a Santíssima Virgem, Jesus Cristo Sabedoria Encarnada por meio do Espírito Santo e Deus Pai, afirma: “Esta devoção é um meio seguro para ir a Jesus Cristo, como compete a Jesus Cristo conduzir-nos ao Pai celestial” (p. 159).

Além da relação com o batismo, é possível notar em Montfort, na sua obra sobre a total consagração, outra chave que se junta a esta para uma leitura mais compreensível numa perspectiva cristocêntrica, e esta se situa no evento encarnação. Foi a encarnação que fez Maria o elo entre Deus e a humanidade, foi a encarnação que fez Deus filho descer aos homens e foi a encarnação que fez Deus depender de uma criatura para salvar todos os homens, esta é a “[...] dependência em que Deus Filho quis estar de Maria, para glória de Deus seu Pai e para nossa salvação” (Montfort, 2009, p. 243). São Luís vê a encarnação como a *kénosis*⁷ por excelência.

Deus bastando a si mesmo, segundo São Luís, ainda que não tivesse necessidade, quis precisar de Maria (Montfort, 2009, p. 25). Na linha do mistério da encarnação o padre Grignon vai mostrar Jesus como o primeiro “cativo e escravo no seio de Maria” (p. 230) o que soa meio dissonante se tomado pela literalidade da expressão, porém esse abaixar-se e humilhar-se de Deus-Filho faz sentido se olhado do ponto de vista kenótico, pois Maria não é maior que Deus, pelo contrário: “comparada, portanto, à Majestade infinita ela é menos que um átomo, é antes um nada, pois que só ele é” (Montfort, 2009, p. 25).

Ora, é Deus quem exalta o Filho no humilhar-se do presépio até a cruz. Somente a partir desse esvaziamento do Cristo podemos entender o que diz Montfort: “Jesus Cristo deu mais glória a Deus, submetendo-se a Maria durante trinta anos, do que se tivesse convertido toda a terra pela realização dos mais estupendos milagres” (p. 29), vejamos que não é para exaltar Maria, é para convocar nossos olhar à decisão amorosa de Deus que vem até nós por meio dela e se submete ter em tudo a natureza humana, menos o pecado. Para Montfort, esta consagração é uma maneira perfeita de viver glorificando a Deus, percorrendo o mesmo caminho que Jesus tomou. Assim ele afirma:

O Inacessível aproximou-se, uniu-se estreitamente, perfeitamente e até pessoalmente à nossa humanidade por meio de Maria, sem perder uma parcela de sua majestade; é também por Maria que devemos aproximar-nos de Deus [...] Aquele que é quis, enfim, vir ao que não é, e fazer que aquele que não é se torne Deus ou aquele que é. E ele o fez perfeitamente, dando-se e submetendo-se inteiramente à Virgem Maria sem deixar de ser no tempo aquele que é na eternidade; outrossim, é por Maria que, se bem que sejamos

⁷ Palavra grega que significa *esvaziamento ou rebaixamento*, referindo-se à encarnação do verbo, o Filho de Deus que se esvaziou ou se rebaixou à condição humana. Este termo é usado no hino paulino da carta aos Filipenses (Fl 2,5-11).

nada, podemos tornar-nos semelhantes a Deus, pela graça e pela glória, dando-nos a ela tão perfeita e inteiramente, que nada sejamos em nós mesmos e tudo nela, sem receio de enganar-nos (Montfort, 2009, p. 152).

Ler São Luís Maria Grignoin de Montfort sob o binômio batismo e encarnação, norteia o leitor para uma centralidade em sua obra, a de que o eixo da devoção paira por sobre Jesus Cristo. A consagração proposta em seu tratado é o quarto meio para “adquirir a Sabedoria” (O amor da Sabedoria eterna, 2018, p. 124), os outros três são: “Necessidade do desejo da Sabedoria”; “uma oração contínua”; “mortificação universal” (O amor da Sabedoria eterna, 2018, p. 123-137). O que realmente Luís Maria está propondo é uma união tão profunda da alma com a Sabedoria eterna e encarnada (Jesus) e para ele Maria é esse meio mais próximo, ou como ele mesmo explica, ‘a Santíssima Virgem Maria como ao meio perfeito que Jesus Cristo escolheu para se unir a nós e nós a ele’, ela é a *forma Dei* (imagem que ele pegará de empréstimo de santo Agostinho), “o molde de Deus [...] aquele que é lançado no molde divino fica em breve formado e moldado em Jesus Cristo, e Jesus Cristo nele” (Montfort, 2009, p. 212-213). “Com isso, quanto mais formos capazes de ofertar a Cristo por Maria tudo em nós, mais graus elevados de santidade alcançaremos pela união íntima com o próprio Jesus, participando assim de sua vida divina, de uma antecipação da vida celeste” (Pinto, 2020, p. 41).

Dessa forma, o método monfortino tem como objetivo fundamental Jesus Cristo como fim último, e o meio para se alcançar é a virtude da humildade que tem a sua via concreta e plena a ‘humilde serva do Senhor’, a Virgem Maria, que proporciona ao verdadeiro devoto um caminho de *kenosis*, um esvaziamento e rebaixamento de si, purificando todo orgulho e autossuficiência, para que assim, possa-se alcançar a estatura da vida madura de Cristo, na participação de seus mistérios e de sua missão de salvar almas.

CONCLUSÃO

A consagração nos impulsiona a viver na Trindade, no amor da total doação de si, por isso não obstante ofertar todos os seus bens, a pessoa doa a si mesmo e todas as suas potências (valores meritório, impretatório e satisfatório). Ser escravo (consagrado) por amor é deixar Deus viver em toda a vida, é fazer exercício contínuo para alcançar um amor desinteressado que tem como única pretensão viver por, com e para o amor. **Só o amor basta** à vida, seria possível resumir a consagração a isto? De certa forma sim, a partir de uma leitura honesta da obra em pauta, pois qual seria o sentido da vida se não o Amor? A escravidão de amor nada mais é se não viver a essência da existência cristã, de abrir-se àquilo que Deus quer ser em cada um de nós, ser ele mesmo, o AMOR.

Contudo, esse amor, essa prática devocional implica pensar e viver como recomenda a Igreja no capítulo XVIII da *Lumen Gentium* (n. 67) “a verdadeira devoção não consiste numa emoção estéril e passageira, mas nasce da fé, que nos faz reconhecer a grandeza da Mãe de Deus e nos incita a amar filialmente a nossa mãe e a imitar as suas virtudes”. Pensar assim nos livra dos

devocionismos⁸ apontado por Murad em “A Jesus com Maria: Montfort e o Tratado da Verdadeira Devoção”, nos livra de elitizar a devoção e de instrumentalizá-la dentro da própria Igreja, coisa que acaba por causar divisões e sérios problemas pastorais. Tem razão a fala do Ir. Murad quando escreve que a consagração “não é um privilégio, que leva as pessoas a se considerarem mais santas ou melhores que as outras. E sim um caminho para abraçar a opção de vida por Jesus de forma consciente e com certa radicalidade” (Murad, 2021, p. 62). Em se tratando da preocupação pastoral em relação a essa prática, ele aconselha que:

Seria muito bom que houvesse um Grupo de Trabalho, vinculado à Comissão de doutrina da CNBB, para continuar estudando sobre Montfort, o Tratado e a Consagração a Jesus pelas mãos de Maria, em sintonia com as *Diretrizes Gerais à Ação Pastoral da Igreja do Brasil*. Esse GT seria composto por um bispo, teólogos (as), pastoralistas, membros das duas congregações montfortinas e leigos (as) que adotam o método de Montfort. Com isso contribuiríamos para uma visão serena, atualizada e plural do carisma herdado de São Luís (Murad, 2021, p. 81).

Nesse sentido, é importante, ao invés de tecer críticas ao uso de correntes, ou ao crescente número daqueles e daquelas que aderem essa devoção, é muito mais necessário acompanhar e investir na formação, de modo que pensando a consagração para nossos dias de hoje, não façamos uma leitura anacrônica do Montfort, mas também não deixemos de lado sua espiritualidade, há muito valor naquilo que ele ensinou e podemos aprender muito com ele e através dessa prática de piedade mariana. Assim, o Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem pode ser para os tempos atuais, uma vez que tem sido muito divulgado, uma porta aberta, ou seja, uma oportunidade de lançar as redes da evangelização, para conduzir os fiéis devotos a uma verdadeira e profunda vida cristã batismal, por meio daquela que trouxe o Filho de Deus a esta terra, e que continua pela devoção gerando e formando outros filhos de Deus para Igreja e para o mundo.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova ed. rev. e ampl. 2. impr. São Paulo: Paulus, 2003.

BOFF, Clodovis. *Mariologia Social: O significado da Virgem para a Sociedade*. São Paulo: Paulus, 2006.

CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium Capítulo XVIII: A bem-aventurada Virgem Maria Mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja*. Coleção Theotókos, volume 1. Brasília: Edições CNBB, 2016.

CONCLUSÕES DA III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. *Evangelização no presente e no futuro da América Latina*, Texto oficial, Puebla de los Angeles, México, 27-1 a 13-2 de 1979, edições Paulinas DOCUMENTO DE PUEBLA.

CONGRAGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS.

8 “Sim ao culto e à devoção, não ao devocionismo”, para Murad o devocionismo seria “os exageros, a falta de limites, a ausência de critérios, levando a uma proliferação crescente de práticas devocionais, não são pastoralmente saudáveis” (Murad, 2021, p. 46), nisto pode-se incorrer ao erro de que pela consagração se adote várias coisas que nem mesmo Montfort teria ensinado ou escrito como parte da consagração em si, como por exemplo, o uso do véu por alguns grupos que adotam a consagração, como se isso fosse parte desta prática devocional, e não é.

Diretório sobre Piedade Popular e Liturgia: pincípios e orientações. Tradução: Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulinas, 2003.

DOCUMENTO DE APARECIDA: Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 2. ed. CNBB, Paulus e Paulinas, 2007.

DOMBES, Maria. No desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos. Tradução: José Augusto da Silva, Aparecida: Santuário, 2005.

FIORES, Stefano de. MEO, Salvatore (dir.). Dicionário de Mariologia. Tradução Álvaro A. Cunha, Honório Dalbosco, Isabel F.L. Ferreira. São Paulo: Paulus, 1995.

FIORES, Stefano de. MEO, Salvatore (dir.). Itinerario spirituale di S. Luigi Maria di Montfort (1673-1716). Disponível em: https://ecommons.udayton.edu/ml_studies/vol6/iss1/4/, acesso em 05/04/2025.

JORGEN, Humberto. Vida de São Luís Maria Grignon de Montfort: um homem livre. Aparecida/SP: Editora Santuário, 1992.

KRIEGER, Dom Murilo S. R. Maria na piedade popular. Coleção Mãe de Deus vol 1. Edições CNBB, 2016.

MONTFORT, L. M. Grignon. O amor da Sabedoria eterna. Tradução de Tiago José Risi leme. São Paulo: Paulus, 2018.

MONTFORT, L. M. Grignon. São Luís Maria Grignon de Montfort: Obras Completas. Tradução de Pe José Raimundo Vidigal, Pe. Manuel Ramos Nunes Vieira. São Paulo: Paulus, Portugal: Edições Montfortinas, 2021. Coleção Clássicos do Cristianismo.

MONTFORT, L. M. Grignon. Tratado da Verdadeira Devoção à Santíssima Virgem. 35ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MONTFORT, L. M. Grignon. O Segredo de Maria: sobre a escravidão da Santíssima Virgem. Tradução Tiago José Risi Leme. São Paulo: Paulus, 2018.

MURAD, Afonso. A Jesus com Maria: Montfort e o tratado da verdadeira devoção. Aparecida/SP: Editora Santuário; Academia Marial; Paulinas, 2021.

OSSANA, Tulio Faustino. A Ave-Maria: história, conteúdo, controvérsia. Tradução: Alda da Anunciação Machado. São Paulo: Loyola, 2006.

PAULO II, S. João. CHRISTIFIDELES LAICI: sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_30121988_christifideles-laici.html. Acessado em 16/06/2019.

PAULO XVI, Papa. Evangelii Nuntiandi (sobre a evangelização no mundo contemporâneo). Disponível em: http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi.html . Acesso em: 05/08/2019.

PINTO, R. A. L. Totus tuus Mariae: Sobre a verdadeira devoção à Santíssima Virgem. São Paulo: Cultor de Livros, 2020.

SOUZA, Pe. Antonio Elcio. Considerações sobre a consagração a Nossa Senhora. In: Maria na Liturgia e na Piedade Popular. Aparecida: Paulus, 2017.

O LEGADO DO PAPA FRANCISCO PARA AS MULHERES: O ESPERANÇAR DE UM DISCIPULADO DE IGUAIS EM CONSTRUÇÃO

Pope Francis' legacy for women: the hope of a discipleship of equals under construction

El legado del Papa Francisco para las mujeres: la esperanza de un discipulado de iguales en construcción

Dorcelina do Carmo Alves Gomes*

*Jornalista graduada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) de São Leopoldo. Também cursou Letras/Português na mesma instituição. Mestra em teologia sistemática pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), do RS. Especialista em Protagonismo Feminino na Igreja pela PUC Minas. Membro da Rede Brasileira de Teólogas (RBT). Currículo no Lattes: <https://lattes.cnpq.br/903480221973588>

 <https://orcid.org/0009-0009-1316-2264>.

 dorce.dorce@yahoo.com.br.

Recebido em: 01 dezembro de 2024.

Aprovado em: 13 de março de 2025.

Resumo: Este artigo analisa o legado do Papa Francisco em relação à participação das mulheres na Igreja Católica, à luz de seus discursos, documentos e gestos pastorais. Utilizando a hermenêutica feminista como abordagem metodológica, o texto dialoga com teólogas e pesquisadoras que refletem criticamente o papel feminino na vida eclesial. Considera-se, também, a contribuição do Concílio Vaticano II, especialmente a constituição *Lumen Gentium*, como marco inicial para a ampliação do espaço das mulheres na Igreja. O artigo evidencia que, apesar de avanços tímidos, Francisco promoveu mudanças significativas na mentalidade eclesial ao incluir mulheres em funções de responsabilidade e garantir sua participação nos processos sinodais. Por fim, propõe-se recuperar elementos do discipulado de iguais como horizonte teológico e pastoral para a superação de estruturas patriarcais ainda predominantes na Igreja.

Palavras-chave: Papa Francisco; legado; mulheres; discipulado de iguais.

Abstract: This article analyzes Pope Francis' legacy regarding women's participation in the Catholic Church, in light of his speeches, documents, and pastoral gestures. Using feminist hermeneutics as a methodological approach, the text engages with theologians and researchers who critically reflect on the role of women in ecclesial life. It also considers the contribution of the Second Vatican Council, especially the constitution *Lumen Gentium*, as a starting point for expanding women's role in the Church. The article highlights that, despite tentative advances, Francis promoted significant changes in the ecclesial mindset by including women in positions of responsibility and ensuring their participation in synodal processes. Finally, it proposes recovering elements of discipleship of equals as a theological and pastoral framework for overcoming patriarchal structures still prevalent in the Church.

Keywords: Pope Francis; legacy; women; discipleship of equals.

Resumen: Este artículo analiza el legado del Papa Francisco respecto a la participación de las mujeres en la Iglesia Católica, a la luz de sus discursos, documentos y gestos pastorales. Utilizando la hermenéutica feminista como enfoque metodológico, el texto se conecta con teólogos e investigadores que reflexionan críticamente sobre el rol de las mujeres

en la vida eclesial. También considera la contribución del Concilio Vaticano II, especialmente la constitución *Lumen Gentium*, como punto de partida para expandir el rol de las mujeres en la Iglesia. El artículo destaca que, a pesar de los avances tentativos, Francisco promovió cambios significativos en la mentalidad eclesial al incluir a las mujeres en puestos de responsabilidad y asegurar su participación en los procesos sinodales. Finalmente, propone recuperar elementos del discipulado entre iguales como marco teológico y pastoral para superar las estructuras patriarcales aún prevalecientes en la Iglesia.

Palabras clave: Papa Francisco; legado; mujeres; discipulado entre iguales.

INTRODUÇÃO

Reunindo um número considerável de textos, ousei escrever esse artigo sobre *o legado do Papa Francisco para as mulheres: o esperar de um discipulado de iguais em construção*. Digo isso porque não foi fácil garimpar material, até pela quase escassez de produções teológicas, de vozes femininas que se voltassem especificamente ao tema. Existiam apenas recortes de jornais e algumas entrevistas. Mesmo assim, lancei-me ao desafio e cá estou disposta a escrever algumas linhas sobre tão importante assunto. Até onde o pontificado de Francisco se encontra e converge para um discipulado de iguais? De fato, o que Francisco nos deixa após a sua morte em 21 de abril de 2025 em um papado de 12 anos em relação à presença feminina na Igreja?

O Papa Francisco sempre foi incisivo em suas falas e posições e também em seus textos ao dizer que temos que “desmasculinizar a Igreja”, torná-la igual, sem divisões, “porque a Igreja é uma comunhão de homens e mulheres que partilham a mesma fé e a mesma dignidade batismal” (Francisco, 2025).

A reflexão parte de um ponto de vista feminino e tem como aporte referências bibliográficas, em sua maioria, de mulheres, teólogas ou não. Para abordar o tema do *discipulado de iguais*, lança-se mão, em grande parte, das obras de Fiorenza (1995) e de Santinon; Mariotti e Ottaviani (2023), além de um artigo da teóloga Maria Cristina Furtado (2022). O objetivo é mostrar que falar sobre o legado do Papa Francisco para as mulheres também é se reportar ao discipulado de iguais, porque ambos têm uma correlação direta, na medida em que Francisco promoveu uma revolução sobre a discussão da igualdade de gênero e da presença feminina na Igreja.

De muitas maneiras, poderíamos nos referir ao Papa Francisco: papa da sinodalidade, da esperança, dos pobres, dos excluídos, das mulheres, mas sobretudo de um papa que ousou abrir espaço à participação feminina na Igreja, enfrentando até certo ponto as estruturas clericais, patriarcalistas e de poder. Ele viveu um legado de amor, tolerância, acolhimento e humildade. Os traços de ser humilde estiveram presentes até o fim, quando seu último pedido foi este: “O túmulo deve ser no chão; simples, sem decoração especial e com uma única inscrição: Franciscus” (Francisco, 2025).

1. DISCIPULADO DE IGUAIS: HISTÓRIA E A PERSPECTIVA DA HERMENÊUTICA FEMINISTA

No artigo intitulado *A hermenêutica do feminino na teologia: suas lutas e conquistas*, Maria Cristina Furtado (2022) escreve que alguns conceitos são imprescindíveis para se compreender o conceito de *discipulado de iguais*. A autora se refere às palavras *feminismo* e *feminista*. Esses

vocábulo sempre foram tabus e cercados de preconceito, atribuindo às mulheres que defendiam uma sociedade mais igualitária como promotoras do caos, das arruaças, umas hippies diziam os mais reacionários.

Nas décadas de 60 e 70, o Brasil vivia a efervescência dos movimentos sociais, em especial o movimento feminista. Neste contexto conturbado surgiu a teologia feminista. Inicialmente, com o acento forte da teologia feminista do primeiro mundo. Entretanto, os problemas da América Latina, sobretudo os do Brasil, logo chamam mais atenção, e as teologias latino-americana e brasileira assumem características próprias. Na verdade, a teologia feminista torna-se então cria da Teologia da Libertação (TdL) (Gomes, 2023, p. 27).

Em síntese, o *feminismo* se caracteriza como um movimento que visa a estabelecer a igualdade de gênero entre homens e mulheres, a vivência humana por meio do empoderamento feminino e a libertação de padrões do androcentrismo e patriarcais. De fato, o objetivo não é uma disputa de poder, mas a equidade feminina e masculina (Gomes, 2023, p. 28).

Muitos séculos depois, o *legado do Papa Francisco* para as mulheres apresenta estreita ligação com os traços característicos do *discipulado de iguais*, seguindo os passos do mestre Jesus em relação à inclusão feminina. O tema ganhou mais força após a pesquisadora Ivenise Santinon em parceria com os também teólogos Edécio Ottaviani e Lucy Mariotti lançar o livro *Discipulado de Iguais* em 2023. Um dos capítulos da obra de Santinon versa sobre *a presença das mulheres na Igreja: apontamentos para um discipulado de iguais* e este traz que no contexto dos evangelhos, nas comunidades primitivas, as mulheres receberam de Jesus uma atitude diferente. Para ela, está mais do que na hora de “repensar o significado e o lugar da mulher na Igreja, derrubando os estereótipos vigentes ainda em nossa sociedade” (Santinon, 2023, p. 107).

Ivenise Santinon sistematiza o assunto.

O discipulado de iguais enfrenta dificuldades para se efetivar *práxis* cristã, porque os futuros sacerdotes, os primeiros responsáveis pelas comunidades eclesiais, são formados segundo a ideia de que as coisas sempre foram assim e devem continuar assim. O clericalismo não só inibe uma presença mais efetiva do laicato na vida pastoral da Igreja, como se constitui num entrave ao discipulado de iguais, muito embora sejam as mulheres a maioria na Igreja, conforme aponta a Conferência de Aparecida (2007) (Santinon, 2023, p. 100-101).

No artigo *O silenciamento das mulheres como entrave ao discipulado de iguais* escrito com mais dois teólogos, Ivenise Santinon (2022) afirma que a atualização proposta pelo Vaticano II reflete sobre a possibilidade de uma conversão ministerial nas estruturas eclesiais. De acordo com a pesquisadora, a partir de um resgate antropológico, esse evento apontou a mesma dignidade de homens e mulheres e indica – na perspectiva eclesiológica de Igreja Povo de Deus, onde todos os batizados são chamados ao mesmo seguimento de Jesus. Isso está lá no capítulo 2 da constituição dogmática *Lumen Gentium*, do próprio Concílio, acentuando aspectos relevantes para se pensar a situação das mulheres nos tempos de hoje. Isso significa que todos, independentemente de gênero, aos olhos do Criador são iguais.

Ivenise acredita que, na atualidade, ainda há mulheres silenciadas e desconsideradas nas estruturas eclesiais, não importando que sejam capacitadas e comprometidas. Ela entende que

mesmo com o apoio do Papa Francisco, muitos são aqueles que desconsideram a sua presença legítima e relevante para a vida da Igreja. Esses retrocessos em partes da Igreja, reitera Santinon, dificulta a emancipação eclesial feminina e um consequente discipulado de iguais. A partir das palavras de Santinon, pode-se dizer que esse pensamento já ganhava terreno no final do último século, com a teóloga Elisabeth Fiorenza (1995). Também em meados do século XX, os documentos conciliares e o auge das grandes revoluções garantiram à mulher novos espaços de atuação e lugares de fala. Isso gerou animosidade entre a estrutura eclesiástica e as ciências, respingando na própria teologia (Santinon, 2022, p. 184).

Para Santinon (2022), os novos ares do Concílio Vaticano II trouxeram um avanço para a vida das Igrejas particulares, principalmente no que diz respeito às oportunidades para uma ação pastoral mais atuante dos leigos. Porém, em relação à ação das mulheres na estrutura eclesial, “pouco espaço lhes foi oferecido nos organismos de decisão, deixando transparecer que na Igreja elas não são reconhecidas como iguais”, endossa a teóloga.

É preciso ressaltar que o silenciamento das mulheres nos diversos organismos eclesiais acontece de forma velada, mesmo com toda a abertura proposta pelo Concílio Vaticano II. O silenciamento não se dá nos moldes das condenações que afetaram o movimento beguinal, impondo-lhes ostensivamente o silêncio, mas por meio de estruturas eclesiásticas fortemente masculinizadas, com a presença ostensiva dos homens. Como exemplo, podemos citar a ínfima presença das mulheres religiosas ou leigas nas faculdades de teologia e nos centros de formação voltados para o ministério sacerdotal. [...]. Tal ausência reforça o clericalismo e a tendência a relegar às mulheres postos de serviço, mas não de decisão. Diante dessa realidade desequilibrada, a teologia pastoral tem buscado alguns novos objetivos “hermenêuticos”, necessários a uma conversão da eclesiologia tradicional (Santinon, 2022, p. 184-186).

Papa Francisco: protagonismo feminino para romper com as estruturas clericais e um espaço de diálogo na Igreja

Durante os 12 anos em que esteve à frente da Igreja Católica, o pontificado do Papa Francisco é marcado por uma forte atuação em favor da justiça social, com sinais claros de abertura para o diálogo inter-religioso, empatia, cuidado com os mais pobres e marginalizados e inclusão feminina. Na verdade, seu legado não deixa mudanças abruptas nem revoluções formais e nem rupturas, mas foi em direção a gestos simbólicos que romperam o silêncio histórico da Igreja e buscou devolver esperança a milhares de mulheres que, por séculos, se sentiram à parte, inviabilizadas, não ouvidas ou mesmo não representadas – dentro e fora dos muros eclesiais.

As impressões da psicanalista e fundadora do movimento Feminino Moderno, Ana Lisboa, são compartilhadas pela jornalista e doutora em Comunicação e Semiótica, irmã M. Neusa Santos, quando esta comenta que o Papa Francisco, em uma série de pronunciamentos, enfatizou, de forma contundente, a importância vital da presença da mulher na Igreja e na sociedade. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Santos (2025) lembra que as palavras do pontífice sempre ecoaram não só como uma declaração de fé, mas ainda como um apelo urgente à compreensão de que, sem

a presença feminina, a harmonia no mundo estaria comprometida. Por sua vez, reporta-se a uma frase dita por Francisco durante uma de suas homilias na missa na capela de Santa Marta, no dia 9 de fevereiro de 2017: “Sem a mulher, não há harmonia no mundo”. Segundo a pesquisadora, essa declaração respalda um profundo significado, não deixando margem a dúvidas da contribuição única e indispensável das mulheres na construção de um mundo mais sinodal, colaborativo, de escuta mútua e participação ativa de todos em prol de um futuro comum (Santos, 2025, p. 23).

Ela reforça seus argumentos ao dizer que a perspectiva do Papa Francisco condena uma visão limitada e estereotipada sobre o papel feminino, destacando que a mulher não deve ser simplesmente encarregada de tarefas domésticas. Afinal, ela é a portadora da capacidade única de trazer harmonia e alegria ao mundo. Sendo assim, Ir. Neusa emenda que suas palavras desafiam preconceitos arraigados e desafiam a sociedade ao reconhecimento e à valorização da contribuição única das mulheres em todos os setores da vida. “Em um mundo que, cada vez mais, busca a equidade e o reconhecimento da diversidade, as palavras do Papa Francisco ecoam como um chamado à reflexão sobre a importância da presença feminina na Igreja” (Santos, 2025, p. 24).

Partindo desses pressupostos e de sua visão otimista, ousa reiterar que a trajetória histórica da presença feminina na Igreja indica a inegável percepção de um fluxo de transformação ao longo das diversas épocas. Segundo Neusa Santos, isso é fruto de um processo de emancipação e libertação, que rompeu as correntes de um patriarcado que confinou as mulheres a uma posição de submissão. Nesse sentido, não se intimida em fazer esse diagnóstico:

Nesse despertar, reconhecemos o nosso direito de desbravar fronteiras e construir nosso caminho com fios que renovem a experiência de liderança na esfera eclesial. No entanto, essa jornada não é isenta de desafios, especialmente quando confrontamos certezas arraigadas que nos mantêm condicionadas, minando nossa capacidade de enxergar, ouvir, discernir e decidir a partir de perspectivas diversas. A resistência à mudança, muitas vezes enraizada em tradições milenares, não pode ser subestimada. O desafio está em desconstruir não apenas as estruturas externas, mas também as mentalidades arraigadas que perpetuam a subalternidade feminina. Este é um chamado para questionar os paradigmas culturais e religiosos que, por séculos, delinearam as posições e funções das mulheres na Igreja (Santos, 2025, p. 24-25).

Neusa tem convicção de que há urgência de adotar novos paradigmas, não só para tornar evidente a promoção da igualdade de gênero, mas também para uma vivência mais autêntica da fé. Ela ainda defende que “a diversidade de vozes femininas na Igreja pode oferecer uma riqueza de perspectivas, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e inclusiva da mensagem cristã” (Santos, 2025, p. 25).

Contextualizando sua fala historicamente, descobre-se que a vida consagrada feminina ocupa um papel central na Igreja devido ao número de congregações femininas, que supera de longe os números masculinos em todo o mundo. Nesse patamar, sabe-se que durante séculos as religiosas foram responsáveis pela sustentação das obras de caridade, educação, saúde e missão, enfrentando, na maioria das vezes, situações adversas. Desse modo, Santos (2025) vê com bons olhos o fato de Francisco ter nomeado uma mulher para liderar o dicastério que supervisiona essa dimensão vital da Igreja. A irmã italiana Simona Brambilla tornou-

se a primeira a chefiar este importante departamento da Cúria Romana em 6 de janeiro de 2025. Ela foi designada prefeita do Dicastério para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica. Este cargo representa o posto-chave na estrutura central de governo da Igreja Católica. Significa, conforme a religiosa, um gesto profético que se traduz no desejo do papa por uma governança mais inclusiva e representativa. De fato, irmã Simona Brambilla tem uma trajetória pontuada pela liderança, pelo discernimento e pelo serviço. Já atuou anteriormente como secretária no mesmo dicastério que agora passa a liderar. Para a Ir. Neusa, sua presença nesse papel não retrata apenas um marco histórico, mas representa “um convite a toda a Igreja para refletir sobre a sinodalidade e a colaboração como caminhos essenciais para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo”, completa.

Em suas reflexões, Santos (2025) ainda recorda que a nomeação de uma mulher para um dos mais altos cargos do Vaticano ressoa como um sinal de esperança e renovação. A grosso modo, este gesto do Papa Francisco resume uma oportunidade ímpar para repensar a liderança na Igreja.

A liderança na Igreja não se fundamenta no poder ou no prestígio, mas no serviço, na escuta atenta e no compromisso com os mais necessitados. Ao confiar essa missão a irmã Simona, o Papa Francisco reforça que a sensibilidade e a sabedoria das mulheres são fundamentais para enriquecer a missão eclesial. [...] o Papa Francisco, fundamentado no princípio do batismo, tem incentivado uma participação mais significativa das mulheres nas esferas de responsabilidade dentro da Igreja. Ele tem enfatizado que muitas mulheres, movidas pelo Espírito Santo, sustentam a Igreja em diversos pontos do mundo, demonstrando uma dedicação notável e espírito missionário e profético (Santos, 2025, p. 27).

2.1. DOCUMENTOS E NOMEAÇÕES QUE EMBASAM A REPRESENTATIVIDADE FEMININA

2.1.1. Carta apostólica *Spiritus Domini*

Através da carta apostólica *Spiritus Domini*, Francisco ampliou as oportunidades para as mulheres aos ministérios de leitorato e acolitato. Também, em janeiro de 2021, o Papa nomeou duas religiosas brasileiras, irmãs Maria Inês Vieira Ribeiro e Márian Ambrósio, como consultoras na Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica. “[...] um gesto que reflete a proximidade da Igreja com os diferentes espaços geográficos e a diversidade presente em sua missão universal”, afirma irmã Neusa.

Na Santa Sé, várias mulheres ocupam cargos de destaque. Isso inclui cinco subsecretárias e uma secretária, o que reflete uma significativa mudança na composição da hierarquia da Cúria romana. Evidencia-se esse avanço histórico com a nomeação de Alessandra Smerilli, em 2021, como secretária no Dicastério para o Serviço de Desenvolvimento Humano Integral, e de irmã Raffaella Petrini, como secretária-geral do Corpo Governante do Vaticano. Convém observar que Petrini, de 52 anos, é a primeira mulher a desempenhar essa posição. Nesse sentido, é considerada a “número 2” do Vaticano. Nesse quadro de sucessivas mudanças que fortalecem o protagonismo feminino, as Comissões Pontifícias também contribuem para essa nova configuração. As nomeações

de Nuria Calduch-Benages e Emilce Cuda como secretárias, em 2021 e 2022, respectivamente, deram o empurrão que faltava. E as novidades não ficaram apenas aí, pois nos últimos dez anos, o Papa Francisco impulsionou mudanças importantes no Vaticano para cargos de destaque, como a nomeação da brasileira, a jornalista leiga Cristiane Murray, vice-diretora da Sala de Imprensa da Santa Sé, e da irmã Nathalie Becquart, subsecretária do Sínodo dos Bispos.

2.1.2. Constituição apostólica *Praedicate Evangelium*

Promulgada em 2022, a constituição apostólica *Praedicate Evangelium*, assinalou um momento significativo na trajetória da Igreja Católica, porque abriu as portas para a maior participação de leigos, incluindo das mulheres, em cargos de direção nos dicastérios. Assim,

esse passo importante reflete o compromisso do papa em promover a igualdade de gênero e reconhecer o papel fundamental das mulheres na condução dos destinos da Igreja. No entanto, mesmo diante dos avanços notáveis, é imperativo reconhecer que há um longo e contínuo caminho a ser percorrido para que as mulheres assumam plenamente seu lugar de fala e influência nos âmbitos eclesiais em todo o mundo. Não basta apenas abrir portas; é necessário proporcionar condições para que essas mulheres não ocupem só cargos de servas, mas também se tornem construtoras ativas e fundamentais das ideias que moldam as decisões eclesiais (Santos, 2025, p. 28).

A partir da *Praedicate Evangelium*, é fundamental que essa abertura seja acompanhada de medidas práticas e políticas, com o objetivo de garantir a efetiva participação das mulheres em todos os níveis das estruturas eclesiais. Dessa maneira, a religiosa ressalta que a promoção da igualdade de gênero não é apenas uma questão de política interna da Igreja, mas também uma oportunidade de testemunhar os valores universais de justiça, igualdade e dignidade humana.

2.1.3. Conferência dos Religiosos do Brasil: avanços e desafios

Fundada em 1954, a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), a instituição testemunhou uma evolução no ano de 2001, quando, após 47 anos de história, elegeu pela primeira vez sua primeira presidente. Sem dúvida, pode-se dizer que a escolha de uma mulher não se tratou somente de um ato simbólico, mas desencadeou um rompimento audacioso com uma tradição que, durante décadas, esteve sob o jugo de lideranças masculinas. O ato ainda significou um marco na representatividade e mudança de protagonistas, sinalizando que a ascensão de uma mulher à presidência foi uma conquista individual. Também indicativos de que eram lançados desafios às estruturas tradicionais para redefinir e incorporar a diversidade de talentos e dons. Mais tarde, Francisco viria abrir as portas para a necessidade urgente de questionar e superar as barreiras de gênero.

Eloquente em suas colocações, a assessora de comunicação da CRB faz essas ponderações:

No entanto, é fundamental perceber que, mesmo diante desses avanços, a caminhada rumo à igualdade de gênero na CRB e em outras instituições da Igreja está longe de ser concluída. A aceitação crescente da liderança feminina deve ser acompanhada por

esforços contínuos para superar obstáculos persistentes, desafiando normas culturais e estruturas arraigadas que, por muito tempo, limitaram o papel das mulheres na tomada de decisões. No entanto, apesar dos progressos notáveis, ainda há desafios a serem enfrentados para garantir uma representação mais completa e inclusiva. O caminho rumo à liderança feminina na Igreja está em constante evolução, e a experiência da Conferência dos Religiosos do Brasil serve como um exemplo encorajador desse movimento. A presença significativa de mulheres em cargos de liderança é um testemunho do potencial e da diversidade que a liderança feminina traz para a Igreja, promovendo uma visão mais abrangente e equitativa do serviço religioso (Santos, 2025, p. 30-31).

2.1.4. Pontificado de Francisco: marcas fortes da sinodalidade e dívida de escuta

Na opinião da diretora das Pontifícias Obras Missionárias (POM) do Brasil, Ir. Regina da Costa Pedro, e que corrobora com as palavras de Santos (2025), um dos maiores legados do Papa Francisco foi justamente o espaço que ele abriu para a participação feminina na vida da Igreja. Para a teóloga, essas ações revelam uma mudança profunda, pois “uma Igreja que ouve as mulheres, como o Papa Francisco quis fazer, é uma Igreja que se torna mais justa e inclusiva”.

O pontificado de Francisco foi marcado fortemente pelo conceito de sinodalidade. A partir disso, a religiosa salienta a importância da “dívida de escuta”. Segundo ela, essa expressão surgiu durante as reflexões do Sínodo da Sinodalidade, porque “o papa reconheceu que a Igreja havia deixado de escutar muitas pessoas, e entre essas, as mulheres estavam no topo da lista. E eu sou testemunha disso”, sinaliza. Abriam-se então os espaços de decisão voltados às mulheres.

Irmã Regina foi a primeira mulher a assumir a direção das POM no Brasil. A sua própria trajetória constitui os frutos concretos desse novo tempo na Igreja, sendo que a sua nomeação histórica reflete o caminho de abertura e valorização das mulheres proposto por Francisco. Certamente, é fonte de inspiração para outras lideranças femininas, no intuito de assumirem com coragem e fé papéis decisivos na missão da Igreja.

Enfatiza que Francisco nomeou diversas mulheres para cargos estratégicos no Vaticano e criou espaços de escuta específicos, como os quatro encontros realizados entre as sessões do Sínodo. Estes foram organizados especialmente para ouvir mulheres, reunindo diferentes competências e origens. Elas tiveram a oportunidade de discutir temas variados. O objetivo era, acima de tudo, refletir sobre as contribuições específicas da mulher à Igreja.

Além das escutas e espaços de diálogo, sintetiza a religiosa, o Papa Francisco ainda concretizou avanços institucionais fundamentais, com a nomeações de mulheres para funções antes ocupadas exclusivamente por homens.

Durante seu pontificado, ele indicou leigas e religiosas para cargos de destaque na Cúria Romana, como no Dicastério para os Bispos, na Secretaria para a Economia, e em outras estruturas decisivas do governo da Igreja. Essas nomeações não apenas romperam barreiras históricas, mas sinalizaram um compromisso com uma Igreja mais corresponsável e representativa, onde a liderança das mulheres é reconhecida como essencial para o testemunho do Evangelho no mundo contemporâneo. Por parte de Francisco foi o reconhecimento dos dons que as mulheres oferecem à vida e à missão eclesial (Pedro, 2025).

2.2. UM NOVO TEMPO PARA A ESCUTA E INCLUSÃO FEMININA

Ana Lisboa (2025) assevera colocações anteriores e sublinha alguns pontos, asseverando o quanto as mulheres tiveram voz ativa nas decisões importantes pela primeira vez na história do Vaticano. Cita o exemplo da irmã Nathalie Becquart, que se tornou a primeira mulher com direito a voto no Sínodo dos Bispos. Para a psicanalista, Francisco deu o recado de que a nomeação não era apenas um gesto simbólico, mas a ruptura com o passado e o início de uma nova fase, onde a presença feminina deixava de ser exceção e começava a ganhar status de visibilidade.

Nessa mesma linha, afirma, Francisco também criou comissões para estudar a possibilidade de restaurar o diaconato feminino, permitindo às mulheres prestar serviço às suas comunidades e auxiliar em celebrações, batismos, casamentos, funerais e ações sociais. “Trata-se de uma retomada de discussões há muito enterradas pela tradição eclesial”, frisa Lisboa. Também recupera o fato de que mais significativo do que qualquer decisão formal foi o tom emprestado ao assunto por Francisco, no sentido de que o pontífice denunciou abertamente o machismo e o clericalismo, chamou atenção para a exclusão das mulheres nos espaços de poder e não mediu palavras ao dizer “com todas as letras que a Igreja precisa mudar”. Na prática, Francisco destrancou as portas fechadas a séculos para a escuta das mulheres. “E isso, dentro de uma estrutura que historicamente mandava calar, é profundamente transformador”, analisa Lisboa.

Segundo a psicanalista, um dos marcos mais impactantes de seu legado ocorreu em 2023, quando as mulheres, pela primeira vez na história, puderam votar em uma assembleia sinodal. Para Lisboa, o gesto, simples para quem observa de fora, rompeu com uma exclusividade masculina que atravessava séculos.

Em seus discursos e mensagens, ficou claro o quanto Francisco valorizava a sensibilidade, a força e a inteligência emocional das mulheres.

[...]. Ele disse que elas devem estar nos lugares onde as decisões são tomadas — e não apenas em funções de apoio ou serviço. Sua atenção especial a mães solo, refugiadas, mulheres vítimas de violência e em situação de vulnerabilidade mostra que seu olhar vai além da doutrina. É humano. É político. É necessário. Talvez o maior legado de Francisco seja o convite que ele deixa aos próximos papas: o de continuar escutando, de seguir criando espaço, de compreender que a fé não pode caminhar desconectada das realidades humanas. Uma Igreja que silencia metade da humanidade perde sua essência. Quando um líder tem coragem de escutar, ele transforma — não apenas a instituição que lidera, mas a cultura à sua volta. Francisco nos ensinou que escutar uma mulher é um ato de fé, de justiça e de futuro (Lisboa, 2025).

Apesar dos avanços iniciados no papado de Francisco, o caminho ainda é longo e algumas discussões ainda não ganharam relevância, como o sacerdócio feminino. Tornou-se um tabu a partir do momento em que muitos setores da Igreja resistem. Todavia, Francisco conseguiu, pelo menos, plantar uma semente: a semente da escuta, do reconhecimento e da presença. Para Lisboa, “quando uma mulher é finalmente ouvida, ela não volta mais ao silêncio. O que ele começou não pode parar aqui. Porque o mundo mudou — e a Igreja, se quiser caminhar junto, vai ter que continuar ouvindo aquelas que, por tanto tempo, só puderam sussurrar” (Lisboa, 2025).

Inúmeras vezes, o Papa Francisco não cansou de dizer em seus pronunciamentos: “Uma Igreja sem as mulheres é como o Colégio Apostólico sem Maria. A Igreja é feminina, é esposa, é mãe. Gosto também de pensar que a Igreja não é o Igreja, é a Igreja. A Igreja é feminino, é mãe e devemos aprofundar a nossa compreensão disso”. *Esta fala aconteceu durante o voo papal de retorno da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) no Rio de Janeiro em 28 de julho de 2013.*

2.2.1. Um lugar teológico para as mulheres

Por outro lado, Francisco sempre insistiu na contribuição das mulheres para a reflexão teológica, referindo-se que fazia falta uma teologia feita pela mulher, porque só elas eram capazes de expandir a doçura, o carinho, a ternura da mulher.

A doutora em Teologia Sistemática, Maria Clara Lucchetti Bingemer, foi nomeada pelo Papa Francisco consultora para a Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos. A teóloga conta que conhecia Jorge Mario Bergoglio desde seus tempos de arcebispo de Buenos Aires. Por conta do seu marido, Ekke Bingemer, ser argentino, ela o acompanhava muito em suas viagens quando era diretor para a América Latina da Fundação Porticus. Diz que se recorda de um homem muito sério, que quase não sorria, totalmente diferente do Papa Francisco. “Com Francisco estive umas duas ou três vezes, mas em audiências com bastante gente. Tive a alegria de cumprimentá-lo. Sempre muito simpático e atento. Mas nessas ocasiões não se pode conversar muito. Trocamos poucas palavras”, explica Bingemer (Bingemer, 2025).

Ainda revelando surpresa com a nomeação para o Sínodo, confessa que havia sido sondada um ano antes. Como nada havia acontecido, não se preocupou muito, pois era o final do processo. Maria Clara lembra que estava em Roma, quando recebeu tarde da noite a carta do Papa que anunciaria a nomeação ao meio-dia do dia seguinte. Pedia sigilo antes do anúncio. “O que me impressionou foi a repercussão disso, a quantidade de pessoas que me telefonou, me escreveu”, relata.

O trabalho no grupo foi bom, com teólogos ilustres, e eu a única mulher. Acho que o documento final ficou um pouco aquém do que foi falado nos grupos, mas isso já era de se esperar. Perdeu um pouco a força em vez de falar das mulheres, usar palavras como reciprocidade, etc. Mas pelo menos ali está. E agora há que trabalhar no pós-Sínodo para que a igreja sinodal aconteça mais e mais. Acredito que a maior conquista do pontificado do Papa Francisco em relação às mulheres foi a nomeação de mulheres para cargos de tomada de decisão. Pela primeira vez, vemos mulheres assumindo cargos como secretária de um órgão do Vaticano, como a CAL (Emilce Cuda), ecônoma do Vaticano (Alessandra Esmerili), subsecretária do Sínodo (Nathalie Becquart) (Bingemer, 2025).

Na concepção de Bingemer, a participação no Sínodo da Sinodalidade contribuiu muito para a visibilidade das mulheres na Igreja. Assim, essa não é mais um enorme muro de masculinidade. Maria Clara faz um alerta: o detalhe das nomeações é que todas ou quase todas religiosas são religiosas. Emilce Cuda é exceção assim como Cristiane Murray, que é brasileira e responsável pela Sala Stampa. A partir disso, a pesquisadora entende que canonicamente as religiosas são leigas, mas a imagem apreendida esbarra na contramão de uma inclusão pela metade, destinando-se apenas às mulheres com um vínculo oficial com a instituição. Não vê isso como um

problema, embora muitas pessoas não têm a mesma compreensão que ela. No entanto, avalia que essas nomeações abriram um caminho de visibilidade muito positivo e dificilmente haverá volta.

2.2.2. Avanços, desafios, sementes de participação e esperanças para as mulheres na Igreja

Com a morte do Papa Francisco em abril deste ano, ficaram lacunas em relação ao papel que a mulher passaria a exercer na Igreja, se ganharia ou não maior espaço ou mesmo visibilidade, de que forma o novo pontífice trataria da questão. Afinal, havia sinais claros, embora tímidos da participação feminina em cargos de decisão no Vaticano, dado que a maioria das nomeações eram de mulheres ligadas de certa forma à instituição. Entretanto, ainda permaneciam em aberto discussões mais aprofundadas sobre o diaconato e sacerdócio feminino. Francisco havia colocado na mesa, mas o assunto havia se esvaziado. O fato indiscutível é que há pouca representatividade e nomeação de mulheres leigas fora e dentro das estruturas eclesiais. Conhecido o novo papa, Leão XIV, percebe-se que há indícios de manter a mesma linha de Francisco, embora seu sucessor acene com uma postura mais moderada do que Francisco e não parece muito inclinado a resolver essas questões espinhosas tão logo.

O papel da mulher na Igreja Católica ganhou maior visibilidade, sobretudo após os apelos do Papa Francisco para que a Igreja fosse ao encontro das *periferias existenciais* – a sua exortação apostólica *Evangelii Gaudium* explora o tema e inclui nessa categoria as marcas deixadas pela desigualdade de gênero, invisibilização e falta de escuta.

Com atuações distintas em suas áreas de pesquisas e práticas eclesiais, também as teólogas brasileiras Ana Beatriz Dias Pinto, Andreia Cristina Serrato e Jaci Souza Candiottto falam abertamente sobre os caminhos possíveis pós-Francisco.

Em sua explanação, Ana Beatriz acredita que o Concílio Vaticano II (1962–1965) foi o marco na história da Igreja, para que o papel da mulher ganhasse nova tonalidade. Conforme a pesquisadora, embora não tenha abordado diretamente uma teologia da mulher, lançou princípios fundamentais para a ampliação de sua participação na vida eclesial. Enumera como um dos principais avanços a inclusão de auditoras leigas no próprio Concílio, algo inédito até então. Mesmo sem direito a voto, essas mulheres foram sinal de reconhecimento da presença feminina na Igreja. Dessa maneira, explica que a constituição dogmática *Lumen Gentium* abriu caminhos, no sentido de que ofereceu espaços às mulheres para que assumissem com mais legitimidade funções de liderança em conselhos pastorais, ministérios leigos, educação teológica e ações sociais da Igreja. A especialista ainda esclarece que outro importante documento foi a *Gaudium et Spes*. Essa constituição pastoral, acrescenta ela, colaborou para reflexões mais profundas sobre as injustiças e discriminações sofridas pelas mulheres. Também reconheceu “a necessidade de promover sua dignidade e participação ativa, tanto na sociedade quanto na própria vida eclesial”, assevera, emendando que essa diretriz favoreceu uma maior valorização das mulheres nos espaços pastorais, educacionais e teológicos da Igreja.

Concordando com os argumentos da colega, Andreia Cristina não titubeia ao mencionar que o Vaticano II significou uma “primavera” na vida da Igreja, ainda que seus frutos continuem em “terrenos duros”. Para a teóloga, o Concílio reconheceu a mulher como sujeito eclesial, mas os avanços

permanecem somente no campo simbólico. As palavras de Serrato reacendem velhas discussões e advertem para a ideia de que não se trata apenas de abrir espaços, mas de permitir que a voz e a experiência das mulheres ressoem no coração das decisões eclesiais. Infelizmente, essa realidade ainda está longe de ganhar outro status. Contudo, Andreia não deixa passar em branco o papel decisivo das mulheres nas comunidades de base e nas periferias.

Endossando o que as demais mulheres dissecaram sobre o legado do Papa Francisco, Andreia chama atenção para seu estilo pastoral, que salvaguardou a nomeação de mulheres para cargos de liderança na Cúria Romana, a presença de mulheres na criação de comissões para estudar o diaconato feminino e a inclusão feminina com direito a voto nos processos sinodais. Cita que no caso do Sínodo da Sinodalidade as mulheres tinham, em conjunto, poder de decisão, diferente do que havia sido com o Sínodo da Amazônia, onde tinham apenas voz. “Foi o maior feito do Papa Francisco”, recorda (Pinto; Serrato; Candiottto, 2025).

De acordo com Andreia, as decisões de Francisco são proféticas, tendo em vista que sinalizam a possibilidade de romper com estruturas patriarcais e clericalistas que não correspondem à lógica do Evangelho. Além disso, ressalta que para além da representação está a importância do discernimento espiritual. “O Papa Francisco nos ensina que a escuta é ato espiritual e político. Ele nos encoraja a sonhar com uma Igreja de comunhão, participação e missão, onde as mulheres não sejam apenas acolhidas, mas chamadas a decidir”, garante ela (Pinto; Serrato; Candiottto, 2025).

Como mulher que caminha na espiritualidade inaciana, assim como era o carisma do Papa Francisco, Andreia Serrato diz que suas pesquisas teológicas dão conta de que a Igreja começa a reconhecer que a liderança feminina não é apenas desejável, mas indispensável no processo. Todavia, faz a advertência de que “há um longo caminho, pois cargos administrativos não significam plena igualdade, mas já são sinais dos tempos que devem ser lidos com esperança e vigilância crítica” (Pinto; Serrato; Candiottto, 2025).

As afirmações de Andreia Serrato ainda encontram eco, quando a teóloga analisa a importância da abertura ao diaconato feminino. Convicta desse caminho para a Igreja, complementa que “seria um passo coerente com a tradição da Igreja primitiva, até porque já houve mulheres diaconisas”. Quanto ao protagonismo das mulheres na Igreja hoje, ela não tem dúvidas de que é evidente e essencial. E justifica esse pensamento ao elucidar que nas comunidades de base, nas pastorais sociais, na vida litúrgica cotidiana e no cuidado dos pobres são as mulheres que sustentam a vida eclesial. Exemplificando essa situação, afirma que nas periferias vê mulheres que, como Maria de Nazaré, anunciam e denunciam a dor do povo e a transforma em esperança viva. O Sínodo para a Amazônia mostrou isso muito claramente. Muitas mulheres estão presentes nos lugares aonde os padres não chegam (Pinto; Serrato; Candiottto, 2025).

2.2.3. O papel das mulheres a partir da teologia feminista, trabalho em rede e expectativas

As contribuições de Jaci Souza Candiottto abarcam uma leitura crítica e esperançosa sobre o papel das mulheres na Igreja a partir da teologia feminista. A teóloga acentua que é uma

teologia contextual, que parte das experiências concretas das mulheres e propõe uma comunidade mais inclusiva e dialogal. Em relação aos desafios, ela se refere à exclusão de espaços decisórios, a resistência ao reconhecimento da autoridade teológica feminina e a sobrecarga pastoral. Superar essas barreiras, segundo a teóloga, exige conversão pastoral e abertura real ao protagonismo feminino, tendo como modelo a figura da Mãe de Jesus para o catolicismo, que é inspiração e força para as mulheres: “Maria legitima a busca por reconhecimento e participação plena na missão da Igreja”, aponta Jaci (Pinto; Serrato; Candiottto, 2025).

No que diz respeito ao futuro da Igreja e do papel das mulheres na teologia, Jaci manifesta otimismo em relação às próximas gerações de mulheres católicas, reiterando o posicionamento crítico, consciência de sua dignidade, preparo teológico e compromisso com a transformação social e eclesial.

Justamente por expressar essa opinião, é que a pesquisadora reafirma que o pontificado de Francisco deixou a marca da escuta sensível, da valorização das mulheres e da denúncia das desigualdades de gênero. Assim como as demais especialistas, Candiottto (2025) destaca que cabe aos próximos papas consolidar esses avanços e garantir estruturas participativas que reflitam a igualdade batismal.

Como exemplo prático de ação, a teóloga cita a atuação da Rede Brasileira de Teólogas (RBT). Esse grupo foi criado com o propósito de promover formação, resistência e produção coletiva em temas ligados à teologia feminista. Além disso, quer apontar caminhos de visibilidade, e articulação de mulheres comprometidas com uma teologia libertadora, inclusiva e transformadora.

Mesmo acreditando nos avanços e mobilização em rede, Ana Beatriz Dias Pinto não deixa de fazer o seguinte contraponto: o respeito aos fundamentos da doutrina da Igreja em qualquer debate sobre o papel das mulheres, recordando que a Igreja é uma instituição milenar. A teóloga chama a atenção para o fato de que Francisco foi firme ao lembrar que a estrutura da Igreja, em sua configuração sacramental, é masculina. Observa que não se trata de exclusão, mas de fidelidade à tradição apostólica. Por isso, ela frisa a distinção entre a legítima ampliação de espaços de atuação e os princípios que pertencem ao depósito da fé. Ainda adverte que a inclusão das mulheres na vida eclesial precisa de diálogo respeitoso, em comunhão com o Magistério da Igreja. “Para sermos verdadeiramente um Corpo, todas as partes precisam estar integradas – cada uma segundo seu ministério e vocação, em unidade”, conclui.

Para as três pesquisadoras, a expectativa é que o novo pontífice dê sequência ao processo de escuta, discernimento e abertura pastoral iniciado por Francisco. Também que se volte a aprofundar os caminhos de uma Igreja mais sinodal e que valorize mais as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo não é de forma alguma apresentar fórmulas prontas, mas, acima de tudo, afirmar, sem preâmbulos, que o Papa Francisco deixa um legado de maior inclusão e representatividade para as mulheres na Igreja Católica. Nesse sentido, houve a nomeação

de mulheres para cargos de liderança no Vaticano e outras instituições da Cúria Romana, a valorização do seu papel na sociedade e a promoção do diálogo sobre questões femininas. Apesar de não encontrar uma solução para romper com a quebra de braço contra a tradição do sacerdócio feminino, seu pontificado abriu espaço para discussões e ações que visam à participação feminina em diversas áreas da Igreja.

A partir de minhas próprias inquietações e do fato de também fazer parte da Rede Brasileira de Teólogas, reitera-se, aqui neste texto, o compromisso de dizer que o silenciamento das mulheres que permanece arraigado na história da Igreja por quase dois milênios ainda permanece como um capítulo não encerrado, embora existam sinais de esperança e abertura a partir do que propôs Francisco. Pretende-se dizer que o discipulado de iguais pode e deve ganhar novos ares nas relações eclesiais, um “primeirear” como costumava dizer o Santo Padre.

Aliás, falar do discipulado de iguais atenta-se para a constituição dogmática *Lumen Gentium*. Este documento do Concílio Ecumênico Vaticano II, a partir de um resgate antropológico, indicou a mesma dignidade de homens e mulheres em uma perspectiva eclesiológica de Igreja Povo de Deus, “onde todos os batizados são chamados ao mesmo seguimento de Jesus – aspectos relevantes para se pensar a situação das mulheres nos tempos atuais” (Santinon, 2023, p. 97).

Passados 18 anos, o próprio Documento de Aparecida (2007), que é texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, e suscita a participação plena e decisória das mulheres na vida da Igreja ainda não foi colocado em prática. Talvez os entraves estejam justamente na resistência de grupos contrários às mudanças conciliares e pelas interferências de que tanto lutou Francisco. Estas interferências impedem os avanços.

Uma voz constante na luta pela igualdade de gênero na atualidade, Ivenise Santinon (2023) reforça essa reflexão ao mencionar que mesmo o apoio do Papa Francisco foi insuficiente para a presença feminina legítima e relevante para a vida da Igreja. Segundo a teóloga, os retrocessos em parte da Igreja dificultam “a emancipação eclesial feminina e um consequente discipulado de iguais” (2023, p. 97), conforme já destacou no final do último século a teóloga Elisabeth Fiorenza (1995).

Nesse escrito, procuramos mostrar que o Papa Francisco chamou as mulheres para perto das estruturas eclesiais e mais do que isso: convidou-as para as discussões e soube ouvi-las. Além disso, fomentou a participação feminina, como foi o caso de direito a voto no Sínodo da Sinodalidade. A presidente do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB), Sônia Oliveira, esteve em Roma e falou em nome dos leigos, e mais do que isso: esteve com Francisco, próxima ao pontífice nas sessões do Sínodo.

Mesmo que não tenha promovido uma mudança radical na estrutura da Igreja, o pontífice expressou claro interesse na inclusão e na valorização das mulheres, abrindo caminho para futuras transformações e deixando um legado de esperança e diálogo. Infelizmente, deixou para trás ações mais concretas para desengavetar o diaconato feminino, um cargo que já existiu na Igreja primitiva. Talvez, Francisco tenha ficado receoso de avançar nesse campo, indo contra as resistências e preferiu apenas formar as comissões de estudo. Entretanto, o Papa Francisco soube destacar a capacidade de liderança das mulheres, o cuidado e contribuição para a paz e o desenvolvimento.

Por outro lado, Francisco não se calou diante das injustiças e defendeu a igualdade de gênero em diversos discursos e documentos, condenando a violência contra as mulheres e pedindo o fim da discriminação. Em seu pontificado, ganhou destaque o diálogo sobre temas como o aborto, a educação sexual, o divórcio e o combate à violência de gênero. Esses temas tradicionalmente eram abordados com menos abertura na Igreja. Também incentivou as mães a amamentarem seus filhos em público. Com isso, demonstrava uma preocupação com o bem-estar das mulheres e das crianças.

Enfim, comungando com as palavras da também teóloga Andreia Cristina Serrato, ousou repetir que as ações do Papa Francisco sempre foram assumidamente proféticas, porque tinham um único objetivo: expurgar claramente o mofo do pré-Concílio Vaticano II de grupos mais conservadores da Igreja, extinguir o patriarcalismo e o clericalismo, rompendo com estruturas que vão na contramão com a lógica do Evangelho. Por último, percebe-se que há algum tempo a Igreja Católica se deu conta de que a liderança feminina não é simplesmente desejável, mas necessária à vida eclesial.

REFERÊNCIAS

- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. BORGA, Juliana. *Legado de Francisco: “a Igreja é feminina”*. Entrevista concedida à jornalista Juliana Borge. Disponível em: <https://universo.paulinas.com.br/conteudo/legado-de-francisco-lido-a-igreja-e-feminina-rdquo-/1254>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- CELAM. *Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. 1. ed. Brasília; São Paulo: Edições CNBB; Paulinas; Paulus, 2008.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Gaudium et Spes. Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje*. 17. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Lumen Gentium. Constituição Dogmática sobre a Igreja*. 23. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.
- FIORENZA, Elisabeth Schüssler. *Caminhos da sabedoria: uma introdução à interpretação bíblica feminista*. Tradução de Monika Ottermann. São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2009.
- FIORENZA, Elisabeth Schüssler. *Discipulado de Iguais: uma Ekklesia-logia crítica da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- FRANCISCO. *Evangelii Gaudium. A alegria do Evangelho. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. Documentos do Magistério. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.
- FRANCISCO. *Praedicate Evangelium*. Sobre a Cúria romana e o seu serviço à Igreja no mundo, com destaque para a modificação do cânon 230 § 1 do Código de Direito Canônico acerca do acesso das pessoas do sexo feminino ao ministério instituído do leitorado e do acolitado. Vaticano, 2022.
- FRANCISCO. *O Papa: não ouvimos o suficiente a voz das mulheres na Igreja*. Reunião do Conselho de cardeais (5 de fevereiro de 2024). Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2024-02/papa-francisco-prefacio-livro-desmasculinizar-a-igreja.html>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- FRANCISCO. *Testamento do Santo Padre Francisco*. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2025-04/testamento-do-santo-padre-francisco.html>. Acesso em: 27 jul. 2025.
- FURTADO, Maria Cristina. A hermenêutica do feminino na teologia: suas lutas e conquistas. *Ephata*, 4, n. 2, 2022, p. 75-98. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/ephata.2022.11370>.

GOMES, Dorcelina do Carmo Alves. O discipulado de iguais na perícopes bíblica: a pecadora do Evangelho de Lucas. Dossiê: A história da mulher na Igreja e na contemporaneidade. *Revista Teopraxis*, Passo Fundo, v. 40, n. 135, jul./dez. 2023, p. 22-32. Disponível em: <https://doi.org/10.52451/teopraxis.v40i135>. Acesso em: 17 jul. 2025.

LISBOA, Ana. *O legado do Papa Francisco: como ele rompeu o silêncio imposto às mulheres pela Igreja*. Disponível em: <https://www.mundorh.com.br/o-legado-do-papa-francisco-como-ele-rompeu-o-silencio-imposto-as-mulheres-pela-igreja/>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PEDRO, Regina da Costa. *Papa deixa legado de escuta e protagonismo feminino, diz diretora das POM*. Entrevista publicada no dia 23 de abril de 2025. Disponível em: <https://pom.org.br/papa-deixa-legado-de-escuta-e-protagonismo-feminino-diz-diretora-das-pom/>. Acesso em: 12 jul. 2025.

PINTO, Ana Beatriz Dias; SERRATO, Andreia Cristina; CANDIOTTO, Jaci Souza. *Periferias existenciais: o legado de Francisco para o papel da mulher na Teologia*. Entrevista publicada no dia 23 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/periferias-existenciais-o-legado-de-francisco-para-o-papel-da-mulher-na-teologia/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SANTINON, Ivenise. In: SANTINON, Ivenise. MARIOTTI, Lucy; OTTAVIANI, Edelcio. O silenciamento das mulheres como entrave ao discipulado de iguais. *Revista de Cultura Teológica*, ano XXX, n. 103, set./dez. 2022, p. 164-191.

SANTINON, Ivenise; MARIOTTI, Lucy; OTTAVIANI, Edelcio. *Discipulado de Iguais*. 1. ed. Série Igreja em missão. Grupo de Pesquisa José Comblin. Campinas: Editora Saber Criativo, 2023.

SANTOS, M. Neusa. *Papa Francisco e o destaque da mulher na liderança da Igreja*. *Revista Vida Pastoral*, São Paulo, ano 66, n. 364, jul./ago. 2025, p. 22-33. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/edicao/papa-francisco-e-o-destaque-da-mulher-na-lideranca-da-igreja/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

ECOLOGIA INTEGRAL: CONVERSÃO À FRATERNIDADE UNIVERSAL

Aula Inaugural Itepa Faculdades 26 de fevereiro de 2025

Cardeal Leonardo Steiner*

*Bacharel em filosofia e pedagogia pela Faculdade Salesiana de Lorena (SP), concluiu estudos em teologia no convento de Petrópolis (RJ) e obteve doutorado em filosofia pela Pontifícia Universidade Antonianum, em Roma, onde também lecionou e atuou como secretário. Desde 2020, é arcebispo de Manaus, sendo elevado a cardeal em 2022, o primeiro da Amazônia brasileira.

 arcebispado@arquidiocesedemanaus.org.br

Recebido em: 05 de Janeiro de 2025

Aprovado em 15 de março de 2025

INTRODUÇÃO

Agradeço o convite para a Aula Inaugural do Instituto de Teologia e Pastoral – ITEPA. Nossos Institutos são vitais para a vida das nossas igrejas particulares, no sentido do Povo de Deus ter a oportunidade de experimentar sempre mais as razões da esperança e da fé que nos conduzem (1Pd), sermos uma presença viva do reino de Deus na sociedade em que vivemos. Grato pelo convite.

Saúdo o corpo discente, os coordenadores de pastoral e demais presentes, os professores, Pe. Ivanir Antônio Rampon, Diretor da ITEPA Faculdades, Pe. Ivanir Antônio Rodighero, Coordenador do Bacharelado em Teologia, irmãos no episcopado.

A tarefa que me foi entregue é a ecologia integral, na tentativa de elucidar a realidade a ser meditada, discutida e rezada no tempo da quaresma com a Campanha da Fraternidade do presente ano. Como a realidade a ser abordada é ampla e apesar da ecológica ainda ser contestada, tentarei, como como itinerário: algumas pro-vocações, horizonte de leitura, o estudo, o esvair-se da ética, e a conversão ecológica. Como fundo iluminador teremos a Encíclica *Laudato Si*.

Como sabemos a palavra ecologia vem do grego *oikos*, que significa “casa”, e *logos*, que significa “palavra”, “estudo”. A fala da casa, a Casa que vem à fala. O termo foi criado em 1866 pelo biólogo e zoólogo alemão Ernst Haeckel. Provavelmente serviu de inspiração para o horizonte de *Casa Comum* da Encíclica *Laudato Si*.

A palavra integridade provém do latim *integrītas*, que significa “qualidade de íntegro”. Integridade: completo, intacto, íntegro, inteiro. Ecologia integral a fala, a narrativa que traz à

luz, ilumina, a casa em que habitamos, ou que deveríamos habitar respeitando todos os seres. Integral: no seu todo, na totalidade, uma casa que seja comum. Mas habitar como cuidado e cultivo, segundo a *Laudato Si*.

1. PRO-VOCAÇÕES

Tuvalu é uma pequena nação da Oceania, formada por 124 ilhas de coral. Atualmente, o país enfrenta o desaparecer no futuro, não ser mais habitável pelo aumento do nível dos oceanos. O aumento do nível dos mares, causado pelas mudanças climáticas, está engolindo as ilhas.

O que fazer para combater esta ameaça existencial? Construir muralhas junto ao mar? Tentar recuperar terreno do oceano? Mudar toda a população de lugar? Todas estas soluções têm sido analisadas também por outras pequenas nações insulares que enfrentam problemas parecidos dos tuvaluanos. Mas Tuvalu está um passo à frente dos demais na sua tentativa de preservar sua terra e suas tradições nacionais.

Frente à possibilidade de que sua realidade física seja tragada pelo oceano, o governo local está construindo uma cópia digital do país – um backup de tudo, desde as residências até as suas praias e árvores, desejam preservar a memória de um povo de uma cultura. Não é o único país em perigo. A realidade dos tuvaluanos parece não nos atingir. Talvez tenhamos acordado por um momento com as chuvas que atingiram o Rio Grande recentemente.

Ilhas de plástico são regiões no meio do mar que concentram tanto plástico flutuante, que gera a impressão de como se ali existisse, de fato, uma ilha de terra firme debaixo de todo esse lixo. Até o momento, existem cinco destas chamadas ilhas de plástico registradas na literatura científica: uma no Oceano Índico, duas no Oceano Pacífico e duas no Oceano Atlântico. Elas são formadas principalmente devido ao fluxo das correntes marítimas circulares, que carregam os resíduos e os aprisionam mais ou menos sempre no mesmo ponto. A quantidade de resíduos, e portanto, a dimensão das ilhas, aumentam exponencialmente a cada ano.

Uma das ilhas de plástico existentes no Oceano Pacífico é tão grande que já é chamada de “o 7º continente do globo terrestre”, atingindo mais de 80 mil toneladas de plástico acumulados, com locais com mais de 10m de profundidade, em uma extensão de mais de 1,6 milhão de metros quadrados (o equivalente à extensão da região nordeste do Brasil), levando-se até sete dias para atravessá-la a barco.

Pesquisas recentes mostram que as ilhas de plástico têm se tornado um ecossistema inédito, onde espécies, até então costeiras, fixam território. Muitos animais utilizam os plásticos para suas atividades diárias, como apoio para ninhos ou esconderijos. A criação de um novo ecossistema ou esses usos dos plásticos que, a princípio, podem parecer algo bom, em longo prazo podem causar um desequilíbrio ambiental de proporções ainda nem mesmo calculadas (<https://www.bioicos.org.br>).

Deterioração da qualidade de vida humana e degradação social. Existe uma relação entre a degradação ambiental, do modelo atual de desenvolvimento e da cultura do descarte sobre a vida das pessoas. Percebe-se o crescimento desmedido e descontrolado de muitas cidades

que se tornaram pouco saudáveis para viver, devido não só à poluição proveniente de emissões tóxicas, mas também ao caos urbano, aos problemas de transporte e à poluição visual e acústica. Muitas cidades são grandes estruturas que não funcionam, gastando energia e água em excesso. Há bairros que, embora construídos recentemente, apresentam-se congestionados e desordenados, sem espaços verdes e de lazer suficientes. Não é humanamente digno as pessoas viverem mais submersas no cimento, asfalto, vidro e metais, privadas do contacto físico com a natureza.

Lugares rurais e urbanos, onde a privatização dos espaços impossibilitou o acesso dos cidadãos a áreas de especial beleza; noutros, criaram-se áreas residenciais “ecológicas” postas à disposição só de poucos, procurando-se evitar que outros entrem para perturbar uma tranquilidade artificial. Muitas vezes encontra-se uma cidade bela e cheia de espaços verdes e bem cuidados nalgumas áreas “seguras”, mas não em áreas menos visíveis, onde vivem os descartados da sociedade.

São alguns sinais que indicam como o crescimento nos últimos dois séculos não significou, em todos os seus aspectos, um verdadeiro progresso integral e uma melhoria da qualidade de vida. Alguns destes sinais são ao mesmo tempo sintomas duma verdadeira degradação social, duma silenciosa ruptura dos vínculos de integração e comunhão social, de relação com o meio ambiente (LS 44-46). Uma relação que necessita conversão, conversão ecológica. A realidade a ser refletida, discutida e rezada na quaresma tem a sua urgência: fraternidade e ecologia integral.

2. O HORIZONTE A SER SEGUIDO

Na *Laudato Si*, Papa Francisco faz um convite à reflexão na tentativa de despertar a humanidade para o cuidado da Terra. “Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos a construir o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental, que vivemos, e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós. O movimento ecológico mundial já percorreu um longo e rico caminho, tendo gerado numerosas agregações de cidadãos que ajudaram na conscientização. Infelizmente, muitos esforços na busca de soluções concretas para a crise ambiental acabam, com frequência, frustrados não só pela recusa dos poderosos, mas também pelo desinteresse dos outros. As atitudes que dificultam os caminhos de solução, mesmo entre os crentes, vão da negação do problema à indiferença, à resignação acomodada ou à confiança cega nas soluções técnicas. Precisamos de nova solidariedade universal. São necessários os talentos e o envolvimento *de todos* para reparar o dano causado pelos humanos sobre a criação de Deus. Todos podemos colaborar, como instrumentos de Deus, no cuidado da criação, cada um a partir da sua cultura, experiência, iniciativas e capacidades (LS, nº 14).

Nesse sentido, recordemos as palavras de Romano Guardini que Papa Francisco acolheu no discurso do **Encontro com o mundo universitário e da cultura** em Budapest em 2023. Diante da paisagem deslumbrante do lago de Cuomo, Romano Guardini teve uma intuição: “Nestes dias, compreendi melhor do que nunca que há duas formas de conhecimento (...), uma leva a mergulhar no objeto e seu contexto, de modo que o homem que deseja conhecer procura viver nele; a outra, pelo contrário, reúne as coisas, decompõe-nas, ordena-as em alíneas, adquire

perícia e posse delas, domina-as” (*Cartas do Lago de Como. A tecnologia e o homem*, Brescia, 2022). Ele distingue entre um conhecimento humilde e relacional, que é como “um reinado que se obtém por meio do serviço; uma criação conforme a natureza, que não ultrapassa os limites estabelecidos”, e a outra modalidade de saber que “não observa, mas analisa (...), já não se imerge no objeto, mas o agarra, domina e destrói.

O segundo modo de conhecer, fazem as energias e as substâncias convergirem para um único fim: a máquina, desenvolvendo uma tecnologia da submissão do ser vivo, mas também para o econômico, o lucro. A tecnologia permite viver melhor, comunicar e ter muitas vantagens, mas alerta para o risco de ela se tornar reguladora, se não dominadora, da vida, se torne um modo de pensar que domine as relações humanas. O grande perigo: “O homem perde todos os laços interiores que lhe conferem um sentido orgânico da medida e das formas de expressão em harmonia com a natureza” e, “enquanto no seu ser interior fica sem contornos, sem medida, sem direção, ele estabelece arbitrariamente os seus fins e constringe as forças da natureza, por ele dominadas, a realizá-los” (Idem). E deixava uma pergunta inquietante: Que será da vida, se ela acabar sob este jugo? Que acontecerá, quando nos encontrarmos perante o prevalecer dos imperativos da tecnologia? A vida, então, fica enquadrada num sistema de máquinas. Num tal sistema, pode a vida permanecer vivível?

O vislumbrado por Guardini, tornou-se evidente na crise ecológica, pois a natureza está a reagir ao uso instrumental que dela fazemos. Em relação à natureza carecemos de limites. Entramos na lógica do: se pode ser feito, é lícito. Vemo-los e experimentamos na Amazônia e em outras realidades. Papa Francisco diante das intuições de Guardini, ensina: pensemos também na vontade de colocar no centro de tudo, não a pessoa e as suas relações, mas o indivíduo centrado nas suas próprias necessidades, ávido de lucros e voraz no aferrar a realidade. E pensemos depois na erosão dos laços comunitários, pelo que a solidão e o medo parecem transformar-se, de condições existenciais, em condições sociais. Quantos indivíduos isolados – muita rede social, mas pouco sociais – recorrem, como num círculo vicioso, às consolações da tecnologia para preencher o vazio que sentem, correndo de forma ainda mais frenética, enquanto, súcubos dum capitalismo selvagem, sentem como mais dolorosas as suas fragilidades, numa sociedade onde a velocidade exterior anda de mãos dadas com a fragilidade interior. Não quero, com isto, gerar pessimismo – seria contrário à fé que tenho a alegria de professar –, mas refletir sobre esta petulância de ser e ter, que já nos alvora da cultura europeia, Homero via como ameaçadora e que o paradigma tecnocrático exacerba, com um certo uso dos algoritmos que pode representar mais um risco de desestabilização do humano (cf. Papa Francisco, Encontro com o mundo universitário e da cultura, Budapeste).

A chamada inteligência artificial, vem demonstrar como o pensar tem se caracterizado pela máquina, ou como afirmava Heidegger em *Gelassenheit*, pelo pensar calculante. “É um tipo de pensar que não expressa a dimensão ontológica da afetividade; que não mantém a conexão humana com a terra e sua atmosfera de convivência; e que não espera para conhecer a essência de algo, pois sempre espera tomar algo dos entes e da natureza para seu consumo, afirma Ana Carla de

Abreu Siqueira, ao distinguir entre pensamento calculador e pensamento meditativo na Filosofia tardia de Martin Heidegger.¹ E hoje estamos a lidar com a chamada inteligência artificial. As informações que fornecemos à máquina são tantas, que afirmamos o que ela não tem: inteligência. Como sairmos desse círculo onde nos encontramos, como tornar o espaço humano o espaço do pensamento meditativo (Heidegger, M., *Gelassenheit*), reflexões próprias do humano? Despertar para o humano do humano, pois Deus mesmo fez-se carne e veio armar sua tenda entre nós? Como habitar a Casa Comum, num contexto de dominação, destruição, de mercado, para poder exclamar “Deus viu que tudo era muito bom”!?

3. ESTUDO IM-PORTA²

Nos encontramos numa faculdade, no meio da universidade. É onde movemos e impostamos o nosso existir como anúncio do Reino de Deus, e no caso de vários de nós, o ministério presbiteral. O que nos move é o estudo. Importa o estudo! In-portar como conduzir, portar, levar para dentro, para o fundo, para o âmago; decisivo para intuir a ecologia integral como parte da evangelização.

O tempo que estamos a viver tem sua exigência própria, a ecologia integral exige a busca do humano na sua raiz, o sentido do todo da obra criada. Essa exigência passa hoje pelo estudo. O conhecimento ou os conhecimentos adquiridos pressupõem longo e grande trabalho de aplicação na sua aquisição. A palavra latina *studium* indica esse esforço de aplicação, e significa empenho, dedicação ao trabalho. *Studium* vem do verbo *studeo*, *studui*, *studere* que explicita: empreendo, me aplico a, me empenho, livremente me engajo a, assumidamente me esforço e trabalho para³.

Trata-se, pois, de um esforço, no qual é dinamizado o que caracterizamos como *aplicação*, *diligência*, *engajamento*, no cuidado de *se perfazer* no que se busca e no que se trabalha. É, portanto, um trabalho, no qual o que se busca, a meta implica, diz respeito ao despertar, crescer e consumir-se no ser de quem se empenha, isto é, na sua identidade. Refere-se a um trabalho querido e assumido livremente como fomento e exercício da própria realização enquanto *existência humana*, livre. Esse tipo de trabalho, na antiguidade grega se denominava *skholé*, donde vem a nossa palavra *escola*.

Skholé hoje significa ócio, estar livre de negócios, tempo livre, lazer. Em latim se diz então *otium*. O contrário do *otium* é *nec-otium* (non-otium), donde vem a palavra *negócio*. *Skholé* vem do verbo *skhein*, *ekhó*, e significa propriamente ater-se, estar no vigor da atinência. Portanto, originariamente tanto *skholé* como *otium* não se referem nem à folga da ociosidade, nem ao descanso, mas sim ao *modo de trabalho intenso de engajamento no crescimento da autoidentidade* não obrigado de fora, não escravizado por lucro, medo, ganância, ou poder dominador do outro, mas livremente, assumido como exercício da criatividade humana na autonomia da sua liberdade. Esse modo de trabalhar mais tarde deu origem ao trabalho criativo das assim chamadas profissões

1 Artigo de Ana Carla de Abreu Siqueira, A distinção entre pensamento calculador e pensamento meditativo na Filosofia tardia de Martin Heidegger.

2 Pontos 3, baseado em texto não publicado de Hermógenes Harada.

3 Walde, A.; Hofmann J. B. 5ª edição, 2º volume M – Z, Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1972, p. 608.

livres, e caracterizou no Ocidente o vigor e a força dos estudos universitários na construção da humanidade livre, universal. Esse modo de ser é o que está no fundo de todo o *elã* da existência científica de hoje, mesmo que na sua realização haja defasagens e desvios, esquecimentos da compreensão essencial do que seja a vigência das ciências.

2.2. O ESTUDO COMO BUSCA DA IDENTIDADE HUMANA

O estudo como a ação de engajamento para o despertar, crescer e consumir-se da humanidade é dever e direito de toda pessoa livre, responsável pela tarefa de contribuir para a construção da humanidade livre e universal. Esse modo de empenhar-se pelo ser do homem se chama *busca da identidade humana*. E o que chamamos de *cristão* jamais pode estar alienado da participação desse empenho, portanto, do estudo de engajamento pela identidade humana. Aliás, a vocação cristã não é outra coisa do que uma busca apaixonada da excelência do ser-humano, como ideal da humanidade livre e universal, aprofundada, assumida e agilizada por Jesus Cristo e muitos seguidores, ideal e anelo de todas as pessoas de boa vontade, através de variegadas e diferentes atividades e ações.

A nossa *identidade cristã, hoje*, não consiste tanto em seguir esta ou aquela mundividência historiograficamente padronizada, mas sim em ir ao fundo da nossa herança viva espiritual e no âmago do espírito do Evangelho descobrir a paixão da busca pela verdade do ser da identidade humana, que pulsava, por exemplo nos grandes pensadores da idade média, e *assim* dispostos, abriremos à busca da excelência⁴ do ser da humanidade, que pulsa no coração, isto é, no subterrâneo da nossa modernidade, hoje como estudos, pesquisas e investigações das ciências, da filosofia e da teologia.

3.3. DO ESTUDO ACADÊMICO NA VIDA

O termo *vida* aqui não indica apenas os seus afazeres cotidianos, encargos sociais civis, clericais e religiosos, suas necessidades, mas, em primeiro lugar, o modo de ser *como* e *com que espírito* encara, dinamiza, assume e dá sentido a todos esses afazeres que podem facilmente se instalar em rotinas, executadas mecânica e indiferentemente, sem nada aprofundar e pesquisar. Vida, aqui, significa *projeto de vida*, o *sentido da existência de cada um de nós enquanto identidade e missão do ser hoje*. O modo de ser do cristão, o *crístico*!

A importância do estudo acadêmico, consiste hoje precisamente em engajar-se de corpo e alma no estudo acadêmico, visando adquirir a dinâmica da busca apaixonada pela verdade, busca essa que foi o toque originário que deslanchou o *élan* do saber científico. E nessa busca deixar-se cunhar pelo modo de ser do saber científico, formando o seu caráter intelectual na disciplina, no rigor do pensar, na transparência e autenticidade da hombridade intelectual, na constante e bem impostada crítica contra todo e qualquer pré-conceito e dogmatismo, e abrir-se à intrepidez da

⁴ O termo *excelência* hoje é ambíguo, e, às vezes, equívoco. Aqui excelência indica o próprio do ser humano na sua per-feição, isto é, no surgir, crescer e consumir-se, no perfazer-se do seu ser próprio, e não como um produto processado e agenciado dentro de um projeto alheio à sua essência, como o primeiro do *ranking* da eficiência produtiva.

criatividade na pesquisa e investigação da verdade, na disposição cordial da espera do inesperado. Esse engajamento ou inserção no estudo, isto é, no empenho da *existência científica* deve nos importar, hoje, como participação na tarefa confiada à humanidade hodierna por Deus através da história. Assim exercitado e preparado pelo vigor do mundo do saber científico, importa capacitar-se a retomar o modo de ser do empenho no trabalho, exigido por nossa vocação e missão da identidade cristã; o rigor e a precisão disposta do seguimento de Jesus Cristo.

É algo inteiramente diferente, *compreender* e exercer o ser cristão hoje, através de gostos pessoais e particulares, através de modismos, devoções e certos modos do trabalho pastoral para realização pessoal ou grupal e *compreender* e assumir o trabalho da realização e da busca da identidade e missão de ser cristão hoje, importando-nos, isto é, conduzindo-nos para dentro da dinâmica que pulsa e atua no interior da nossa epocalidade como tarefa e responsabilidade da humanidade de hoje.

A importância do estudo acadêmico na nossa vida, consiste em renovar nossa mente, nosso coração, fazendo renascer em nós o entusiasmo dos jovens das origens, que, impregnados pelo amor, dispostos a seguir a dinâmica e o élan, portanto, o *studium* de um Deus Encarnado, a saber, o *studium* do Jesus Crucificado-ressuscitado, invadiram as universidades medievais de Oxford, Paris, Bolonha, não para buscar poder e honrarias pessoais, mas para se prepararem real e devidamente para o serviço de toda a humana criatura, nas fronteiras e nos lugares mais necessitados da humanidade.

4. O HABITAR, A ÉTICA

A crise ecológica é a crise do habitar, a crise da ética. “Vivemos hoje não uma crise ética, nem uma crise da ética, mas a crise da ética”⁵. Princípios, fins, valores, dignidades e virtudes, tudo aquilo que a humanidade ocidental, há vinte e cinco séculos, erigiu como fios condutores para tecer a vida humana em sua historicidade, sofreram uma imensa perda de valência histórica. A ética, que foi o sustentáculo de tudo por milênios, vai sendo engolida pelo acontecer histórico dos últimos séculos. Com esse desmoronar, vão juntas outras dimensões da vida prática do ser humano, outrora abrigadas sob a proteção da ética, tais como a política e o direito, a educação e a religião. A única dimensão prática da vida humana que parece se impor com todo o vigor é a economia.

No campo da ação cotidiana o ser humano sofre uma imensa pressão que o compele a reduzir todos os parâmetros de seu agir aos critérios do interesse e da utilidade pragmática. Os valores que valem efetivamente acabam sendo os econômicos e somente a partir deles é que se medem os valores éticos, estéticos e religiosos. Já não há mais infra e superestrutura. Arte, moral, política, direito, educação, religião, tudo se fragmenta. O ente metafísico que tudo sustenta já não é o estado ou a sociedade, mas o mercado, na dinâmica de um novo capitalismo, o globalizado. Renuncia-se à universalidade do saber e à pretensão de formação do ser humano em

5 Leão, Emmanuel Carneiro. “A crise da ética hoje”. *Revista Filosófica São Boaventura*. FAE / Instituto de Filosofia São Boaventura. Vol. 3, n. 2. Jul. – Dez. 2010, p. 11.

sua integralidade. Em meio ao domínio da política única, da economia única e do “pensamento” único, haverá ainda possibilidade de criação? Pode-se encontrar, nesta crise, o caminho para o homem humano acontecer? Espaço para refletir a ecologia integral?

Quase tudo se torna uma questão de produção e de consumo. Entretanto, podem-se reprimir as perguntas mais radicais, que tocam de cheio o ser humano no mais íntimo e na radicalidade de sua existência e historicidade? Em meio a toda esta conjuntura, surgem problemas de ordem ética, relacionados com a ciência e a técnica, com o meio-ambiente, com os problemas econômicos, sociais e políticos, com o pluralismo cultural e com a diversidade religiosa.

Vai ficando patente que o habitar humano sobre a terra não pode se dar com base em parâmetros puramente científicos e técnicos. Muito conhecimento ainda não é saber. Muita ciência e muito poder sobre o real está longe de dar ao homem a compreensão apropriada, o pertencimento, no relacionamento com o seu *ethos*, isto é, com sua morada. O homem contemporâneo, que se arroga a capacidade de dominar e explorar a terra e o céu, acaba se encontrando a si mesmo como um errante, um prófugo, um sem morada. O desenraizamento é o seu modo de viver habitual. A noite do ser expande suas sombras sobre os povos do planeta. Ela é também a noite do divino.

E, no entanto, este momento, em que se recolhem e se findam as potências históricas que sustentaram a destinação ocidental há dois milênios e meio, é cheio de mistério. É, talvez, hoje o momento da passagem⁶. É a hora da preparação para um outro principiar, que convida à constituição do homem humano, a partir da morada no mistério do ser. O mistério do ser é, para o homem vindouro, que somos chamados a ser hoje, como uma fonte que brota no deserto da desolação planetária. Ele é o chão e a raiz do homem humano. Mas, onde encontrar esta fonte, este chão, esta raiz para a existência histórica do homem, para que ele se essencialize, ou seja, se torne o que ele é?

A ética, na tradição do ocidente, se firmou como o saber concernente ao bem-viver e ao bem-agir do homem, nos seus relacionamentos com o ser de tudo o que está sendo, tanto com o ser que ele mesmo não é, quanto com o ser que ele mesmo é; e, neste sentido, tanto no relacionamento consigo mesmo como outro, quanto no relacionamento com o outro enquanto tal. Para o homem, ser é viver, a partir da dinâmica da liberdade, isto é, da autorresponsabilização. E este viver é, antes de tudo, ação, (*práxis*). A ética é um saber da ação, por ser um saber da vida, no sentido específico do viver humano, modo de viver, modo de se conduzir na vida, de caminhar na história. Ela é um saber da vida, por ser um saber das possibilidades de ser do homem. O sentido originário que remete ao que é “sadio”, “salutar”, o que favorece o todo, a integridade do ser, do viver. Integridade do ser, do viver, salutar, salvífico porque transformador. Temos o cuidado salutar para com as criaturas, com o meio ambiente, com o Homem; um cuidado com o todo, a relação com o ser é de integridade? Nesse sentido Ecologia integral!

⁶ Cfr. Bernhard, Welte, *Die kulturelle Welt als Grund und die Religion*, p. 10.

5. O CUIDADO COM O TODO

O saber ético indica, o entender-se com aquilo que pertence ao éthos, no sentido da morada, do modo permanente de ater-se ao todo: o real, as realizações e à realidade. É neste sentido que soa uma sentença de Periandro: “cuida do todo”⁷. Neste sentido, *o saber ético* consiste em entender-se com este cuidado do todo. Isto quer dizer: cuidar do ente como tal e no seu todo. Mais ainda: cuidar do ser que, em sua imanência transcendente, por um lado, sempre se dá em tudo o que está sendo, deixando ser cada ente no seu próprio, mas que, por outro lado, sempre se retira e se retrai, se subtrai como mistério. Ser homem é, neste sentido, responder e corresponder ao apelo de cuidar do todo, quer dizer, de se responsabilizar pelo sentido, pelo desvelamento e velamento do mistério que tudo deixa ser. O mistério que veio à luz na noite de Belém e que iluminou a humanidade pendendo da cruz em vida nova.

No mistério da cruz se manifesta não poder, uma não-ação, puro acontecer! Ela é criação: um nascer. Para superar a dicotomia entre mundo e terra, entre cultura e natureza, entre natureza e homem, só pode acontecer se o homem voltar à fonte, à ação originária, que, na compreensão funcional, pragmática e utilitária da ação, chama-se de “não-ação”. Nesta superação, a técnica deixaria de ser o espetáculo violento da dominação do homem sobre o real e passaria a ser integrada no modo de ser do *habitar poético* do homem⁸. Mas, o que seria um “habitar poético”? Nele, a natureza poderia ser criativa e a cultura poderia ser natural. O homem não mais teria na dominação exploratória o modo de se relacionar fundamental com o real. Trata-se, pois, de um habitar co-criativo com a natureza; que conjuga identidade e diferenças sem entender a igualdade como nivelamento e padronização de tudo e de todos; que acolhe a pluralidade dos caminhos de humanização nas trajetórias culturais dos povos da terra; que promove uma economia ecológica, solidária e ecumênica, isto é, acolhedora das diferenças de todos os povos. Trata-se, pois, de um habitar que seja pobre o bastante para receber do outro, para ver o real como originalidade, para acolher, na dinâmica da vida, a surpresa, a ousadia, a aventura, na leveza do coração; um habitar que assuma a linguagem não só como meio de informação, mas também como essência criadora, tal como, por milênios, a experimentaram os poetas, os pensadores, os místicos, os profetas; um habitar que cuide das condições ambientais e da qualidade da vida; que privilegie os bens coletivos sobre os privados. Enfim, o que está em jogo é um habitar que se funda sobre a fluência da gratuidade, do não-útil; que considera o homem como fim em si mesmo, na sua dignidade de pessoa, e não como mero meio; que guarda o velamento do mistério; que escuta o indizível; que atenta para a inocência da vida e cuida de sua fragilidade. Trata-se, pois, de uma outra cultura do espírito, na qual, pela participação na criação, o homem recria o mistério da realidade, criando-se a si mesmo. Uma cultura em que o homem não somente saiba fazer, mas saiba ser no saber fazer, isto é, saiba perfazer-se, criar-se a si mesmo, suas formas de vida e de convivência, em consonância com a criatividade do mistério do Ser.

⁷ Diels, Hermann & Kranz, Walther. *Die Fragmente der Vorsokratiker*. Erster Band. Bonn: Weidmannsche, 1951, p. 65.

⁸ Cfr. Heidegger, Martin. *Vorträge und Aufsätze*. Stuttgart: Neske, 1997, p. 181-198.

O reencontro do *ethos* para o homem contemporâneo, portanto, é o grande desafio de seu *kairós*. Essa é a crise, que é, ao mesmo tempo, urgência de decisão, de transformação, de passagem para outro princípio, e, oportunidade e graça de uma outra fundação do habitar humano sobre a terra.

5. CONVERSÃO ECOLÓGICA: POR UMA ECOLOGIA INTEGRAL

A crise ecológica é um apelo a uma profunda conversão interior, lembra Papa Francisco. Alguns cristãos, até comprometidos e piedosos, com o pretexto do realismo pragmático frequentemente se desviam das preocupações pelo meio ambiente. Outros são passivos, não se decidem a mudar os seus hábitos e tornam-se incoerentes. Falta uma conversão ecológica, que comporta deixar emergir, nas relações com o mundo que os rodeia, todas as consequências do encontro com Jesus. Viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo de opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã, mas parte essencial duma existência segundo o Evangelho (LS, 217).

No documento final do primeiro encontro da Igreja Católica da Amazônia, afirmava que “anunciar na defesa do lar que Deus criou para toda a humanidade e na promoção da Vida em todas as suas dimensões, sobretudo quando é ameaçada pelos impactos causados por um equivocado conceito de progresso que confunde desenvolvimento com crescimento meramente econômico, multiplicação de riqueza material, incremento do PIB, expansão do agronegócio, aumento de produção de biocombustíveis, deixando de promover a justiça e o bem-estar de todos e para todos (Carta do I Encontro, 2013).

Em Querida Amazônia encontramos uma hermenêutica que enseja mudança, conversão. Os quatro sonhos, as quatro dimensões oferecem a totalidade do modo de ser, de viver: “Sonho com uma **Amazônia** que lute pelos direitos dos mais pobres, dos **povos nativos**, dos últimos, de modo que a sua voz seja ouvida e sua dignidade promovida”; “Sonho com uma **Amazônia** que guarde zelosamente a sedutora beleza natural que a adorna, a vida transbordante que enche os seus rios e as suas florestas”; “Sonho com uma **Amazônia** que preserve a riqueza cultural que a caracteriza e na qual brilha de maneira tão variada a beleza humana”; “Sonho com **comunidades cristãs** capazes de se dedicar e encarnar de tal modo na **Amazônia**, que deem à **Igreja** rostos novos com **traços amazônicos**”.

Sonho social, sonho cultural, sonho ecológico, sonho eclesial, dimensões que demonstram a totalidade; dimensões do todo. Indicando o todo na elucidação e visibilização das nuances da totalidade. O ser social, o ser cultural, o ser ecológico, o ser eclesial, explicitam o ser-no-mundo, sua totalidade. É o cuidado com o todo!

Para uma verdadeira conversão ecológica, as estruturas sociais, as expressões culturais, os seres na sua totalidade são levados em consideração na evangelização, para uma verdadeira encarnação e libertação! A vida, morte e ressurreição de Jesus têm implicância no universo, não apenas para os seres humanos. A fraternidade universal em São Francisco tem a ver com o Filho que se fez irmão.

Conversão ecológica que possibilite uma ecologia integral, desperta para a grandeza de que a terra nos foi dada. Esse horizonte possibilita uma outra hermenêutica da narração do Gênesis que convida a “dominar” a terra (Gn 1,28), e por isso, favoreceria a exploração selvagem da natureza, apresentando uma imagem do ser humano como dominador e devastador. É importante ler os textos bíblicos no seu contexto, com uma justa hermenêutica, e lembrar que somos convidados a “cultivar e guardar” o jardim do mundo (Gn 2,15). Cultivar quer dizer lavrar ou trabalhar um terreno, guardar significa proteger, cuidar, preservar, velar. Essa compreensão abre a uma conversão de relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza (LS, nº 67).

A conversão ecológica pede que seja individual, mas também comunitária. A Campanha da Fraternidade é um convite à conversão da comunidade cristã. As relações com o meio ambiente exigem a conversão comunitária, social. As exigências desta obra são tão grandes, que as possibilidades das iniciativas individuais e a cooperação dos particulares, formados de maneira individualista, não são capazes de dar uma resposta adequada. É necessária uma união de forças e uma unidade de contribuições. A conversão ecológica que requer um dinamismo de mudança duradoura, é também uma conversão comunitária (cf. Romano Guardini, *O fim do tempo*).

Devido aos grandes problemas ambientais é necessário considerar as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. A busca de solução requer uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza. Não se pode identificar os problemas ambientais e identificar os problemas sociais se não nos damos conta das implicações “da casa de todos” (LS, 139).

A conversão ecológica afina a relação entre a natureza e a sociedade. Não existe duas realidades natureza, meio ambiente e a sociedade ou nós seres humanos. Somos parte da natureza e compenetramo-nos. As razões, pelas quais um lugar se contamina, se decompõe, se destrói, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a realidade, das suas relações com o todo.

Despertar a sensibilidade de que participamos da natureza e que a recebemos como casa comum, possibilita uma relação nova de acolhida, respeito, reverência, irmandade. Dar-se conta de que fomos recebidos, fomos acolhidos e, por isso, pertencemos a essa Casa Comum, abre outro horizonte de percepção, iluminação. Cria um espaço de irmandade, de contemplação.

Educar para a ecologia integral, para a fraternidade universal. A educação ambiental tem vindo a ampliar os seus objetivos. Se, no começo, estava muito centrada na informação científica e na consciencialização e prevenção dos riscos ambientais, agora tende a incluir uma crítica dos “mitos” da modernidade baseados na razão instrumental, como individualismo, progresso ilimitado, concorrência, consumismo, mercado sem regras. Tende recuperar os distintos níveis de equilíbrio ecológico: o interior consigo mesmo, o ser solidário com os outros, o natural com todos os seres vivos, o espiritual com Deus. A educação ambiental deveria predispor-nos para dar este salto para o Mistério, do qual uma ética ecológica recebe

o seu sentido mais profundo. Além disso, há educadores capazes de reordenar os itinerários pedagógicos numa ética ecológica, de modo que ajudem efetivamente a crescer na solidariedade, na responsabilidade e no cuidado assente na compaixão.

É necessário criar e maturar hábitos, reaprender a habitar. A existência de leis e normas não é suficiente. É necessário que a sociedade tenha acolhido a necessidade de novas relações com o todo, com base em motivações adequadas, e reaja com uma transformação pessoal e comunitária (LS, 210-211). Nesse sentido a própria teologia tem a responsabilidade de despertar para conversão à ecologia integral, na medida em que a partir do LOGOS, indique a fraternidade universal. Como expressava São Boaventura: tudo é irradiação do amor de Deus; um amor difusivo!

Uma conversão ecológica pede uma mudança na economia que se tornou reguladora, dominadora da vida. O mercado não vê beleza, não vê pessoa, não vê rios, árvores, povos originários, ribeirinhos, culturas, preces, silêncios, harmonia, poesia. Sinodalidade-missão guarda busca e propõe dinâmicas do ser Igreja, o Reino de Deus. Guarda o movimento da fé e se comunica, mas tem suas distinções quanto à abrangência, profundidade e realização.

Mas qual deveria ser o ponto de partida, qual é a iluminação que desperta a conversão ecológica, leva a uma mudança de vida, o habitar digna e harmoniosamente a terra? “Se nos aproximarmos da natureza e do meio ambiente sem esta abertura para a admiração e o encanto, se deixarmos de falar a língua da fraternidade e da beleza na nossa relação com o mundo, então as nossas atitudes serão as do dominador, do consumidor ou de um mero explorador dos recursos naturais, incapaz de pôr um limite aos seus interesses imediatos” (LS, nº 11).

A admiração pela obra criada por Deus, como um dom oferecido por Ele, desperta gratidão e gratuidade. Uma verdadeira conversão ecológica das comunidades implica gratidão e gratuidade. Na gratidão e na gratuidade que se percebe sempre melhor a ligação amorosa que existe entre as criaturas e as criaturas e o ser humano. Uma admirável comunhão universal, uma fraternidade universal. São Francisco de Assis contemplava o mundo, não como alguém que está fora dele, mas dentro, reconhecendo os laços com que Deus uniu a todos os seres. Dessa relação pode nascer a percepção sempre mais nítida de uma fraternidade, de uma irmandade universal. A gratidão e a gratuidade das relações suscitam a admiração e a admiração podem despertar para a conversão ecológica. O ser humano descobre-se irmão das criaturas e, por isso não as domina e destrói, mas cultiva e cuida. A conversão ecológica suscitada pela fé, contempla a obra criada. Na abertura e contemplação percebe-se que cada criatura reflete algo de Deus e tem uma mensagem para nos transmitir.

Na busca de uma conversão ecológica, na tentativa de uma fraternidade com as criaturas, a Assembleia Sinodal celebrada na Arquidiocese propôs pistas de Ação: promover e incentivar uma mistagogia da Ecologia integral que perpassasse a catequese, as pastorais, os serviços, os organismos, os movimentos e os ministérios. Para promover e incentivar, nasceu na Assembleia sinodal a constituição de uma Comissão de Ecologia Integral, já atuante, para despertar para o cuidado da Casa Comum, na tentativa da conversão ecológica.

A tentativa da ecologia integral deveria estar presente em todas as ações pastorais da

nossa Arquidiocese de Manaus. “A questão ambiental, o cuidado da casa comum deve perpassar todas as ações da evangelização: anúncio missionário, o fortalecimento das comunidades, a formação dos agentes, a defesa da vida e a celebração da fé” (Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja em Manaus, V. Ecologia Integral).

Estamos para ingressar no movimento quaresmal. A quaresma nos apresenta os exercícios que possibilitam a conversão: jejum, esmola e oração. Somos convidados ao jejum para superar a lógica do consumismo sem ética, sem sentido social e ambiental. Esse modo de esvaziamento para deixar evidente o significado de cada criatura e por isso, da ecologia integral.

O exercício da esmola, como partilha, como crescimento da vida em fraternidade. Nos pertencemos! Esmola que é cuidado para com o outro, mas também com as outras criaturas, com o mundo que nos rodeia. A esmola do cuidado, possa suscitar a fraternidade com a criação inteira para vivermos de maneira harmoniosa.

A oração: contemplação! Contemplar as criaturas, reconhecendo os laços com que o Pai nos uniu a todos os seres. Deixar brotar um Cântico onde ressoa a fraternidade: irmão sol, irmã luz, irmãs água, terra mãe! Como lembra a Carta aos romanos: oferecer a Deus um sacrifício vivo, santo e agradável (12,1).

Nos exercícios quaresmais do jejum, da esmola e da oração, como caminho de conversão, talvez, deixe brotar a gratidão e gratuidade. Gratidão e gratuidade que nascem do reconhecimento de que Deus criou o mundo, inscrevendo nele uma ordem e um dinamismo que o ser humano não tem o direito de ignorar. Gratidão porque cada uma das criaturas reflete algo de Deus e tem uma mensagem para transmitir. Com sua morte e ressurreição Jesus Cristo assumiu em si mesmo este mundo material. Ressuscitado, habita no íntimo de cada ser, envolvendo-o com o seu carinho e penetrando-o com a sua luz (LS, 221).

CONCLUSÃO

Estamos no Ano Santo da Esperança! A esperança não decepciona (Rm 5,5)! Nas agressões e violências, no desfazer das relações com o meio ambiente, deixar-se guiar pela esperança de tal forma que as nossas comunidades busquem a conversão ecológica e deixem-se encantar pela fraternidade universal. A esperança de despertar a humanidade para o cuidado da Casa Comum, onde todos as criaturas possam estar em casa. Superar a ótica do lucro, do mercado.

Apesar da problemática e das tensões que estamos a viver a esperança nos indica o caminho: “não estamos afundando, estamos lutando”. Num discurso no plenário da Assembleia Geral da ONU sobre as ameaças existenciais causadas pelo aumento do nível do mar, a ativista climática tuvaluana Grace Malie declarou aos delegados, que seu país e outros Estados insulares “não serão engolidos pelo mar em silêncio”. Eles “continuarão a lutar” pela sua terra, cultura e futuro. “Não são apenas as nossas casas que estão em risco”, disse ela, sobre os tuvaluanos. “É a nossa dignidade, nossa cultura, nosso patrimônio. Não é algo que possamos colocar nas malas e levar embora. Fizemos o mínimo para causar a crise, mas estamos pagando o preço mais alto”.

Deus confiou à humanidade o cuidado da obra criada, deu a vocação de guardiões da obra de sua obra. Não é algo opcional, mas parte essencial da vida segundo o Evangelho! Uma ecologia integral exige empenho e dedicação, uma mudança de horizonte de leitura (Papa Francisco).

A Campanha da Fraternidade pode abrir os nossos olhos e ajudar-nos a percorrer o caminho do Evangelho, como Francisco de Assis. “Era um místico e um peregrino que vivia com simplicidade e numa maravilhosa harmonia com Deus, com os outros, com a natureza e consigo mesmo. Nele se nota até que ponto são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenho na sociedade e a paz interior” (LS).

Ecologia integral a fala, a narrativa que traz à luz, ilumina, a casa em que habitamos, ou que deveríamos habitar. Habitar como cuidado e cultivo. Como seguidores e seguidoras de Jesus, a Conversão ecológica não é uma obrigação, mas antes um cuidado e cultivo da obra criada, um modo de relação que corresponda ao modo: “Deus viu que tudo era muito bom!”

Oração: Nós Vos louvamos, Pai, com todas as vossas criaturas, que saíram da vossa mão poderosa. São vossas e estão repletas da vossa presença e da vossa ternura. Louvado sejais!

Filho de Deus, Jesus, por Vós foram criadas todas as coisas. Fostes formado no seio materno de Maria, vos fizestes parte desta terra, e contemplastes este mundo com olhos humanos. Hoje estais vivo em cada criatura com a vossa glória de ressuscitado. Louvado sejais!

Espírito Santo, que, com a vossa luz, guiais este mundo para o amor do Pai e acompanhai o gemido da criação, Vós viveis também nos nossos corações a fim de nos impelir para o bem. Louvado sejais!

Senhor Deus, Uno e Trino, comunidade estupenda de amor infinito, ensinaí-nos a vos contemplar na beleza do universo, onde tudo nos fala de vós. Despertai o nosso louvor e a nossa gratidão por cada ser que criastes. Dai-nos a graça de nos sentirmos intimamente unidos a tudo o que existe. Deus de amor, mostrai-nos o nosso lugar neste mundo como instrumentos do vosso carinho por todos os seres desta terra, porque nem um deles sequer é esquecido por Vós.

Iluminai os donos do poder e do dinheiro para que não caiam no pecado da indiferença, amem o bem comum, promovam os fracos, e cuidem deste mundo que habitamos. Os pobres e a terra estão bradando: Senhor, tomai-nos sob o vosso poder e a vossa luz, para proteger cada vida, para preparar um futuro melhor, para que venha o vosso Reino de justiça, paz, amor e beleza. Louvado sejais! Amém.

Grato pela paciência de escutar.

Cardeal Leonardo Steiner

Arcebispo de Manaus

A ESPERANÇA NÃO FICA NA SALA DE ESPERA

Itacir Brassiani*

*Graduado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (1982), Teologia pelo Instituto Missionário de Teologia de Santo Ângelo (1987) e Mestrado em Teologia Sistemática pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em Belo Horizonte (1991). Atualmente é bispo de Santa Cruz do Sul.

 itacirmsf@gmail.com

Recebido em: 10 de março de 2025.
Aprovado em : 06 de junho de 2025.

O Papa Francisco convocou os cristãos à celebração de um jubileu da esperança num tempo muito particular: tempo marcado pelas feridas e questionamentos provocados pela Covid-19; tempo envolto em sombras provocadas por uma crise climática e ambiental que pode acabar com a espécie humana; tempo de ilusões de um otimismo fácil e barato

veiculado nas telas e vendido nos *shoppings*; tempo no qual o secularismo, anunciado e vivido como estágio superior da civilização ocidental, vai sendo corroído por uma efervescência religiosa anarquista e fundamentalista.

Trata-se de um momento histórico e cultural que não dá boas vindas nem concede cidadania a grandes utopias, a uma esperança fundamental capaz de ver longe e mover montanhas. A onda do momento é renunciar aos grandes relatos e contentar-se com voos rasantes, com as pequenas conquistas individuais, com a segurança dos guetos fechados, com o consumo de bens com data de vencimento, com a satisfação intensa e momentânea. Diz-se que o tempo é curto e passa, e, por isso, é preciso aproveitar tudo o que é possível e ao máximo. O amanhã e os outros fica para amanhã e para os outros.

1. REANIMAR, FUNDAMENTAR E PLANTAR SINAIS

É este contexto no qual vivemos que denota a relevância de um jubileu da esperança. Conosco, o Papa Francisco percebe que todos vivemos de esperança, que no íntimo mais profundo de cada pessoa se aninha a esperança como uma espécie de desejo ou expectativa do bem, mesmo que não saibamos o que o amanhã nos reserva. Mas, na condição humana concreta, misturam-se confiança e medo, serenidade e desânimo, certeza e dúvida, engajamento e indiferença. Em situações mais extremas, olhamos para o futuro temendo que ele não nos reserve nada de bom.

Daqui brota o objetivo da convocação do Ano Jubilar: ele é proposto como uma ocasião para reanimar e encontrar fundamentos para uma esperança realista e fecunda. Esta esperança tem

suas raízes no próprio DNA da humanidade e, para os cristãos, nasce do amor e funda-se no amor de um Deus que se deixa despojar por amor na cruz. Fé, Esperança e Caridade são os três tentos que perfazem a corda na qual está fixada a âncora da vida. Na vida concreta há alegrias e sofrimentos, o amor é posto à prova e a esperança parece desmoronar diante do sofrimento. Então, viver é esperar contra toda esperança.

Mas o Ano Jubilar não pode ser apenas ocasião para realizar eventos grandiosos e massivos, para dar novos contornos a uma velha mensagem, dar novo rótulo a um velho modo de viver. O que se deseja é que, ancorados em Jesus Cristo e dinamizados por uma esperança que não engana, semeemos sinais eloquentes de esperança, especialmente para os pobres e as vítimas, para as crianças e os idosos, para os jovens e os migrantes, para os encarcerados e os doentes. Gritam por sinais concretos de esperança os povos em guerras e conflitos e o meio ambiente ferido de morte.

2. NÃO ÀS ESPERANÇAS PEQUENAS E FUGAZES

As esperanças de fôlego curto sobrevivem e se multiplicam: conseguir uma vaga na faculdade; conseguir um bom contrato de trabalho; casar e constituir uma família; conquistar a casa própria; alcançar uma razoável estabilidade econômica e assegurar boas perspectivas para a família; viajar e conhecer outros povos e culturas; manter boas condições de saúde e chegar a uma vida longa. São esperanças pequenas, tão numerosas quanto curtas, tão atraentes quanto fugazes, tão prazerosas quanto egoístas. Nos levam apenas até a sala de espera do consultório, mas não nos asseguram a saúde.

Estas esperanças não gozam de força capaz de mover a vida e remover montanhas. A Esperança que pode mover a história pessoal e coletiva é aquela que nos leva a levantar os olhos, abrir o coração e estender as mãos para além daquilo que tocamos e consumimos; para além da meia noite de hoje ou da breve vida útil; muito mais além que a parede do apartamento ou o muro da casa. A esperança que move, comove e promove a humanidade é aquela que tem força para resistir à falta de resultados concretos, aquela que desborda nossos projetos datados e circunscritos a um calendário curto e a interesses mesquinhos.

3. UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL!?

Há 25 anos atrás, Porto Alegre foi ocupado por milhares de homens e mulheres peregrinos de esperança vindos de todos os cantos do mundo. Naquela virada de século e de milênio, a esperança que sustenta e homenageia a vida parecia ao alcance da mão. Essa esperança foi afirmada, cantada, escrita, anunciada e ensaiada: *Um outro mundo é possível!* Foi um tempo de otimismo e euforia, mesmo que, para a maioria dos forâneos, um mundo diferente permanecia mais necessário que possível, mais inspiração que ação, mais busca que conquista. Teria sido uma ilusão passageira?

Creio que não, e a proposta do Papa Francisco e da Igreja resgata este “evangelho” social. Entendo que a afirmação paulina de que “a esperança não engana” diz respeito também àquilo

que moveu as várias edições e formatos do *Fórum Social Mundial*: “*Um outro mundo é possível!*” Sem essa esperança robusta e utópica, o que nos restaria é cada um salvar-se a si mesmo, bem ao modo do princípio de “quem pode mais, chora menos”. Se essa Esperança, mesmo que suas realizações tardem demais e sejam muito limitadas, a vida seria um passatempo vazio ou um fardo insuportável.

4. PEREGRINOS EM BUSCA DA TERRA SEM MALES

Nossos povos originários esperavam e buscavam uma “terra sem males”. Essa era a raiz do seu nomadismo. O povo hebreu viveu, caminhou e lutou guiado pela promessa de uma “terra onde corre leite e mel”, e nenhum êxodo, exílio ou monarquia foi capaz de eliminar esta força mobilizadora e desestabilizadora. Deixar de buscar a terra sem males ou a terra onde corre leite e mel significa, para indígenas latino-americanos e hebreus, renunciar ao sentido da vida e fazer da vida um passa tempo ou um tempo que passa. Ser peregrino de esperança equivale a ser humano, um modo concreto de honrar a Deus.

Ao mesmo tempo em que essa grande Esperança engaja, congrega e multiplica as forças de um povo, ela também estabelece a provisoriade de todas as realizações e conquistas. Como Abraão, não temos aqui morada permanente, e buscamos uma outra pátria. Como Pedro, buscamos novos céus e nova terra, na qual habita a justiça. Como Jesus, fazemos do Reino e de Deus e da sua justiça o horizonte absoluto da nossa vida, o tesouro em troca do qual relativizamos tudo. Nossa pátria é o Reino de Deus, e é desse reino que somos cidadãos. É dele que recebemos o passaporte que nos torna peregrinos.

5. PASSOS LENTOS E PEQUENAS CONCRETIZAÇÕES

Para fazer-nos peregrinos precisamos dar passos, mesmo que sejam lentos, pequenos e localizados. O espaço no qual a maioria de nós se move é o espaço eclesial. É um espaço limitado, não representa o todo da vida e da religião, mas tem sua importância. Nossas comunidades, organismos e iniciativas pastorais e evangelizadoras precisam ser fecundadas pela esperança, ter meios para diagnosticar os sinais de esperança que se escondem nas pessoas e no mundo, ter disposição para dialogar com elas e dispor da ousadia de propor-lhes a esperança que os guia e mobiliza.

E a primeira coisa a fazer é evitar enganos e renunciar aos refúgios e atalhos que costumam se apresentar como tentações: cair no erro de pensar que “nosso mundo” é a Igreja, e de que não temos nada a fazer no “mundo imundo”; refugiar-se nos espiritualismos e intimismos, como se o Reino de Deus não tivesse uma irrenunciável dimensão social e transformadora; atalhos como aquele de sempre partir dos sacramentos e deixar o anúncio do Evangelho para mais tarde ou para nunca. Também nisso, Jesus Cristo é caminho e referência irrenunciável.

Entre estes passos lentos e pequenos está também as múltiplas e necessárias iniciativas capazes de dar à Igreja – uma velha senhora que caminha vergada sob séculos de existência, estruturas às vezes capengas e sucessivas roupagens culturais – um sopro de renovação e jovialidade. Uma Igreja acolhedora, marcada por relações igualitárias, amante do pluralismo, samaritana no

serviço, em saída às periferias e solidária com os últimos da escala social é um sinal concreto de uma Esperança que não engana. Quem entra pelas suas portas toca a esperança com as mãos, e quem sai pelas suas portas transpira e partilha a Esperança do Reino de Deus.

A Esperança não engana, nem nos mantém passivos numa sala de espera. Nos meus tempos de jovem cantávamos: “Amadurece a cada instante uma esperança de um mundo novo povoado de irmãos. Se você pode acreditar, comece agora, e não tenha medo de ser livre até o fim”. Quem crê na Esperança se torna peregrino, começa agora, não espera o tempo passar. Um outro mundo é possível e necessário. Mas essa esperança precisa se transformar em agenda diária, em projeto de vida, em caminho pastoral, em estruturas e processos eclesiais e sociais. Sem isso, a Esperança morrerá antes de nascer.

PADRE ROMUALDO: SERVIDOR DE DEUS E DO POVO

Rogério L. Zanini*

*Doutor e Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS. Especialista em Metodologia Pastoral pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. Graduado em Teologia pelo Instituto de Teologia e Pastoral (Itepa) e em História pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC. Professor da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas de Passo Fundo.

 zaninipastoral@hotmail.com;

 <https://orcid.org/0000-0001-8771-3799>

Recebido em: 28 de março de 2025.

Aprovado em: 25 de junho de 2025.

A resenha versa sobre o livro “PADRE ROMUALDO: Servidor de Deus e do Povo”, organizado pelos autores: Padre Rogério L. Zanini; Noêmia F. Lopes da Silva Debastiani; Padre Alcido Luiz Kunzler; Padre Anélio Antônio Cantoni; Padre Ivo Pedro Oro; Padre Sérgio Melz; Luís Paulo Shimiit e publicado pela gráfica Pallotti/RS no ano de 2025, com total de 272 páginas.

Este livro nasceu com o objetivo de retomar o legado e o testemunho de um Padre que esteve no início da criação da Diocese de Chapecó em 1958, e foi determinante na

caminhada histórica e eclesial. Nas palavras do Arcebispo Dom Odelir: “no anonimato, como João Batista, Padre Romualdo, conseguiu anunciar, fazer crescer o encantamento por Jesus Cristo no coração de muitas pessoas. Com seu jeito simples e com um testemunho autêntico do Evangelho passou entre nós fazendo o bem” (Zanini et.al, p.8) Na sequência, chama atenção para a perspectiva eclesiológica deste Padre que foi quem *primeizou* na construção de muitas frentes de evangelização da pastoral da Diocese.

É importante destacar também a dimensão do modelo de Igreja que o Padre Romualdo ajudou a construir ao longo de sua caminhada como presbítero da Igreja diocesana. Participou e ajudou a construir um novo rosto de Igreja, uma Igreja Povo de Deus e Sinodal, segundo o apelo de renovação impulsionado pelo Concílio Vaticano II. Portanto, nas últimas décadas, Padre Romualdo foi decisivo na organização e na linha eclesiológica da Igreja diocesana (Zanini et.al, p.8).

O Padre Romualdo Zimmer fez sua páscoa no dia 20 de fevereiro de 2019, com 88 anos de idade. Foi ordenado em 1958 e assumiu a missão de secretário-geral da Cúria Prelazia de Palmas/PR. Foi assistente espiritual no Seminário da Prelazia e vigário cooperador na Paróquia Senhor Bom Jesus da Coluna, de Palmas. Padre Romualdo foi o primeiro Padre diocesano da nova Diocese

de Chapecó, assumindo como secretário da Cúria Diocesana em 1960. De 1966 a 1969, exerceu o serviço de vigário da Catedral Santo Antônio, de Chapecó, e coordenador de pastoral. Em 9 de março de 1969, assumiu a missão de pároco da Catedral de Chapecó, exercendo esse serviço até início de 1980. Neste ano, foi transferido como pároco na Paróquia de Xanxerê, onde ficou até 1990. De 1990 a janeiro de 2008, foi pároco na Paróquia de São José do Cedro. Em 17 de fevereiro de 2008, deixou de ser pároco, mas continuou sua missão como vigário paroquial, contribuindo também com assessorias para encontros de formação pastoral em outras paróquias e em nível diocesano até sua páscoa no dia 20 de fevereiro de 2019.

Sua opção firme pelo evangelho fez deste Padre uma referência para a caminhada da Diocese, sendo considerado um pilar fundamental da Igreja particular de Chapecó. O seu testemunho de vida e opção pelos pobres continua como semente de mostarda alimentando a mística e a espiritualidade de muitas lideranças cristãs hoje. É bom lembrar que seu testemunho é significativo não somente para as pessoas ligadas às comunidades católicas, mas também uma referência para pessoas de diferentes setores da sociedade civil. São pessoas que viram no Padre Romualdo um sinal de Deus; alguém comprometido com a causa do reino de Deus e sua justiça (Mt 6,33).

Foi, sobretudo, sua mística, sua popularidade e reconhecimento público que motivou o surgimento deste livro. Homem simples, sempre atualizado e esperançoso, com amor profundo ao evangelho fizeram dele uma testemunha ocular de uma eclesiologia impulsionada pelos bons ventos do Concílio Vaticano II e as Conferências do Celam, com a marca da participação, da ministerialidade, da comunhão, da vivência do batismo, e a da missão, como identidade da Igreja Católica.

É no bojo da importância testemunhal que esta publicação vem a público, no sentido de uma homenagem-compromisso com seu legado de pessoa-humana exemplar para as comunidades cristãs.

O livro intitulado “*Padre Romualdo: servidor de Deus e do Povo*”, está organizado em quatro grandes partes. Na primeira parte, os autores priorizam alguns aspectos da sua rica biografia, contextualizam suas opções eclesiológicas, com destaque à importância e fidelidade ao lema de ordenação presbiteral: “Que Cristo cresça e eu diminua” (Jo 3,30). Contempla de forma primorosa seu *primeirar* nos trabalhos pastorais da Diocese. *Primeirou* no trabalho vocacional (clubes vocacionais); no trabalho em equipe (constituindo equipes paroquiais desde os anos 70). *Primeirou* na descentralização da evangelização, no início de 1970, quando uma equipe, motivada por ele, deixou sua moradia no centro para residir mais perto das comunidades e foi importante para mais tarde a criação das regiões pastorais em Chapecó (hoje são Paróquias). *Primeirou* na formação de lideranças e, deste empoderamento, fez surgir os diferentes ministérios, a saber: (ministros da palavra e da eucaristia, dos enfermos, do batismo e testemunhas do matrimônio). *Primeirou* no trabalho incansável com a formação dos conselhos das comunidades, antes diretorias; na criação dos grupos bíblicos – hoje grupos de reflexão (p. 44-50).

Também se investiga, nesta primeira parte, diversas frases, ou expressões que ajudam as pessoas a compreender o alcance da evangelização, através de uma maneira simples e direta utilizada pelo Padre Romualdo. Tudo isso ancorado no legado eclesiológico – visão de Igreja - destacando a sua relação com a recepção do Concílio Vaticano II e das Conferências latino-americanas, com

o objetivo de compreender a formação, as mudanças ocorridas na pessoa e na missão de Padre, de modo particular resgatam-se sua fidelidade as opções assumidas e colocadas em prática ao longo de seu ministério. “A compreensão teológica de uma Igreja mais simples, uma Igreja que não se prendesse demais à rigidez litúrgica, ao “rubricismo” (rubricas) e as simples normas da instituição, isso era o que ele perseguia com firmeza e segurança” (p. 60).

Na segunda parte, encontramos um bloco de narrativas de testemunhos de pessoas que conviveram ou trabalharam com o Padre Romualdo. Segundo os organizadores, foi uma opção com o objetivo de evidenciar, através de depoimentos, a importância deste Padre na vida das pessoas e das comunidades em geral. Os leitores e leitoras poderão degustar de uma riqueza grande e diversificada de experiências, vivências profundas e marcantes realizadas por inúmeras pessoas em relação ao Padre Romualdo. A partir dos testemunhos, é possível também responder algumas questões relevantes para conhecer suas opções fundamentais. Qual era sua metodologia de trabalho? Como alimentava sua vida de oração e espiritualidade? Como aparece a dimensão profética em seu ministério? Por que sua insistência no trabalho em equipe e na formação de lideranças onde trabalhou? Quais os “segredos” para a vivência de uma vocação plena e feliz?

Neste sentido, os títulos dados pelas pessoas em seus depoimentos, já oferecem um horizonte do significado e relevância desta pessoa humano-divino para os leitores e leitoras desta obra. “Um grande amigo!”. “Nunca ouvimos algo de mal contra sua pessoa”. “Um santo!”. “Mãos abençoadas”. “Pessoa simples e amiga”. “Um farol de alma generosa”. “Um encantador de almas”. “Amigo das famílias e das comunidades”. “Um homem de oração”. “O sábio e prudente”. “Homem de fé, de profecia e de amor pela vida”. “Incentivador de lideranças cristãs”. “Um Peregrino de Esperança”. “Carisma de anunciador da Palavra”. “O convívio com um Pai espiritual”. “Um tesouro que tive a graça de conhecer e de conviver”. “O amor que cura”. “Pessoa simples, iluminada, contemporânea e informada”. “Um padre que deixou muitas marcas”. “Padre ungido por Cristo para evangelizar”. “Padre Romualdo: homem de Deus e homem do Povo”. “Um legado de amor, generosidade e fé” (p. 73-150). Nesta parte, algo muito expressivo é a descrição de 77 páginas de testemunhos das pessoas que conviveram com o Padre Romualdo.

Na terceira parte, encontramos um pouco da riqueza de suas reflexões, elaboradas, reelaboradas e digeridas pelo próprio Padre Romualdo. Esta parte é composta por materiais que deixou organizado no seu computador. Muitas pastas, repletas de textos, de esquemas e subsídios que trabalhavam na formação com as lideranças. São evidências que testemunham sua preocupação com a formação pessoal - homem sempre atualizado - e uma formação profunda e incansável – com o objetivo da formação pessoal e da evangelização do povo de Deus.

Na sua curiosidade teológica pós-conciliar se manteve extraordinariamente atualizado pelas “novas” leituras de todos os documentos do Concílio Vaticano II. Entre o clero da diocese no seu tempo, não se tem dúvidas de que foi o melhor e mais profundo conhecedor, talvez não de todos os documentos, mas com certeza os que tratam da compreensão da eclesiologia do Vaticano II. Podemos afirmar que se trata, sim, de um conhecimento teórico, formal e acadêmico, mas principalmente de clareza na implantação de uma eclesiologia de comunhão e participação, que realmente chegue a gerar uma vivência eclesial, de qualidade pós-conciliar (Kunzler *apud* Zanini, p. 60, 2025).

Suas diferentes reflexões recebem como título: “A riqueza de suas reflexões”. Aqui, também, os temas colocados em reflexão são importantes para pensar a evangelização nos tempos atuais. *A Lumem Gentium* (Luz dos Povos); *Gaudium et Spes*: pistas para uma pastoral urbana; A Igreja do Vaticano II – de 1962/65 até hoje; A história da Igreja da Diocese de Chapecó - nossa Igreja, nossa caminhada; Ministérios: o que são e para que servem?; A importância da comunidade cristã; A vida comunitária: nosso pão de cada dia; A Igreja das Casas; O Ministério da visitação e a comunicação; o Dízimo é questão de amor.

Por fim, na quarta e última parte, o destaque está relacionado em algumas reflexões sobre a palavra de Deus nas celebrações. “*Homilias: A Palavra de Deus no chão da vida*”. Os autores explicitam a dificuldade de escolher algumas de suas homilias, diante das inúmeras que ficaram registradas em seu computador. “Foi difícil, mas tivemos que escolher, entre suas inúmeras, algumas que podem ajudar os leitores a degustar da sabedoria destas reflexões. A grande contribuição está em sua capacidade mística de relacionar a Palavra de Deus com a realidade, isto é, fé e vida, Bíblia e a vida do povo” (p. 213). Nestas homilias, se percebe como a realidade, o contexto influencia, contribui e determina a leitura/interpretação das Sagradas Escrituras. Material rico para compreender a função da homilia na evangelização.

A partir da leitura deste livro, queremos fazer algumas apreciações críticas que possam ajudar os leitores e leitoras a continuar a refletir sobre a importância desta obra para o povo da Arquidiocese de Chapecó, mas também para o debate eclesiológico, juntamente com o Magistério do Papa Francisco. Por isso, elencamos algumas questões que consideramos relevantes.

O Padre Romualdo se constitui em um pilar da Igreja de Chapecó. Talvez, hoje seria melhor afirmar, uma tenda aberta por sua capacidade de ouvir, dialogar, decidir sinodalmente os processos de evangelização. O Padre Romualdo sempre colocou Jesus de Nazaré no centro de suas falas, bênçãos e pregações. Jesus era o da vida simples, que nasceu de um casal pobre (José e Maria), foi acolhido pelos pobres e perdeu a vida/assassinado por defender a classe dos pobres. Desta experiência com Jesus de Nazaré, surge uma fé madura, fecunda e com a capacidade de fermentar o Evangelho no chão da vida. Assim, este mesmo Padre não tinha medo de anunciar o evangelho do Jesus crucificado – denunciar as injustiças, desmascarar a religião que produz sofrimento e explora as pessoas. Em um dos seus sermões escreveu:

O olhar dos discípulos ao céu é semelhante ao de muitos cristãos de hoje que não consideram a religião como estímulo para comprometer-se de maneira concreta, a fim de melhorar a vida para si e para os outros. E este Deus diz: “Deixai de olhar para o céu”, vós deveis dar provas de vossa fé na presença permanente de Jesus na vida das comunidades. De que modo a nossa comunidade enfrenta os problemas dos dias de hoje: as injustiças econômicas e sociais, os problemas de toda sorte? Só com orações e bênçãos? (p. 215).

É neste caminho que se percebe a importância da profecia – como a dimensão oriunda da fé que empurra a trabalhar para descer das cruzes os pobres crucificados. Destacamos, aqui, o estilo de profeta “modificado” que encontramos em Romualdo. Não dos que gritam pelas praças, mas é aquele que revoluciona a história com trabalho de formiguinha do cotidiano. Não através

do magnífico, dos sinais heroicos ou grandes, mas na brisa leve como relata o profeta Elias. Na fragilidade e complexidade como aconteceu com Maria e José, ou mesmo no caminho oculto da maior parte da vida de Jesus. No sopro de Jesus no alto da cruz, que soou quase despercebido para a maioria das pessoas. É assim que a profecia penetra na história e finca suas raízes no coração da sociedade e das pessoas. A força desta profecia no Padre Romualdo era proveniente de dois fios entrelaçados: um fio que se amarrava no amor a Deus-Jesus-Espírito Santo-Maria e o outro fio fixado no povo de Deus.

Como terceira questão relevante, destacamos os testemunhos encontrados neste livro, pois eles nos ajudam a recuperar a força do Evangelho que se faz presente no testemunho de fé dos seguidores e seguidoras de Jesus hoje. Porque na experiência histórica do cristianismo, desde de seu nascimento, o testemunho manteve vivo o amor de Jesus Cristo na história. A fé cristã se mantém viva na tradição histórica por causa das “testemunhas” e não somente pelos “textos/ Escrituras”. No entanto, cada vez mais parece justificar-se a afirmação de que se precisa fazer uma evangelização não tanto de textos, mas de testemunhas dos textos. Quem vive a experiência de encontro com Deus, já não consegue permanecer alheio, acomodado, indiferente ao que se precisa atingir e modificar neste mundo pela força do Evangelho. Deste modo, a via testemunhal, num mundo marcado pelo digital, parece ser uma interessante porta de entrada para a evangelização. O texto Sagrado adquire, a partir da experiência, sentido existencial, humano e libertador superando a matriz lógico-conceitual, tão em voga na atualidade.

Neste sentido, retornam em atualidade as palavras de Paulo VI quando dizia, ainda no ano de 1975, que “o homem [ser humano] contemporâneo escuta com melhor boa vontade as *testemunhas* do que os mestres, dizíamos ainda recentemente a um grupo de leigos, ou então se *escuta os mestres*, é porque eles são *testemunhas*” (EN 41- grifos nossos). Recentemente, com o Papa Francisco, também a dimensão do testemunho ganha maior relevância, pois em vários momentos esclarece a importância dos gestos, das atitudes e do modo como se utiliza o remédio da misericórdia na evangelização (EG 47).

Outra questão importante podemos encontrar no título desta obra Padre Romualdo: “servidor de Deus e do povo”. Ora, se, por um lado, sintetiza o legado do Padre Romualdo, como alguém no caminho de santidade, porque “a vida do padre Romualdo é mensagem de santidade”; por outro lado, este legado *incomoda* os que desejam “*uma Igreja em subida*” e não em “*descida aos infernos*” para resgatar e salvar os perdidos e abandonados por mil razões hoje na história. Na profecia do Papa Francisco, os seguidores de Jesus são pessoas com “cheiro de ovelhas”, de “hospital de campanha”, da “pirâmide invertida”, ou da Igreja “poliédrica” que ungida pelo Espírito Santo, seja missionária para evangelizar toda a humanidade, a partir dos últimos como fez Jesus de Nazaré (Lc 4,18). **É nesta direção que os escritos e os testemunhos não deixam dúvida de sua encarnação pastoral e** da reflexão crítica na história por onde passou e viveu seu ministério.

Para terminar, uma última questão, não menos importante, mas sumamente necessária hoje que era sua capacidade de humanizar as relações. “A Igreja, perita em humanidade”, é uma nomenclatura que já se tornou um patrimônio da linguagem eclesial e eclesiástica, e a sua fonte é a

Carta Encíclica do Papa Paulo VI (PP, n. 13). A humanidade busca encontrar nos seres humanos os valores cristãos, como o amor, a compaixão, o perdão e a paz. Lembramos que a reflexão desta obra, ajuda a conhecer uma pessoa perita em humanidade não pelos escritos científicos, que aliás, são raros, mas que passou pela prova do povo de Deus que testemunha sua humanidade. Este também é um apelo profético do Papa Francisco que deseja evangelizadores com Espírito, pessoas simples e humanas, uma Igreja simples e pobre e a serviço dos pobres e sofredores. E, aqui, valeria a pena trazer em cena a bela e incômoda reflexão do teólogo Francisco Taborda quando ao se perguntar pelos desafios que a realidade brasileira apresenta para a vivência do ministério ordenado, elenca cinco. E nesta tipificação está aquela que Taborda chama de “Gentificar” os ministros da Igreja. Precisamente, quer afirmar que não se pode ser nem ministro ordenado nem cristão, sem ser “gente”. “Talvez essa afirmação nos espante: nascemos seres humanos, gerados por outros seres humanos. Como poderíamos não ser gente?”. É fácil, no entanto, encontrar pessoas que não manifestam em suas palavras e ações humanas. São propagadoras de ódio, divulgam notícias falsas (*fake news*), estabelecem o princípio da força como instrumento de dominação. São, na realidade, bichos, animais selvagens: *homo homini lúpus* (Taborda, 2024, p. 786).

Aprendemos uma vez mais a seguir o Verbo de Deus, que sem deixar de ser Deus se fez gente. A humanidade não desfaz a nossa identidade, mas pelo contrário, revela que ser humano e ser divino não estão em disputas ou em prejuízo. Deus se “gentificou” em Jesus e seguindo Ele, os cristãos só têm um caminho: *gentificar* a exemplo de Cristo. Lançar a sorte com Cristo é mergulhar na realidade e fazer dela lugar, manjedoura de salvação e libertação para a humanidade. No Padre Romualdo encontramos um *currículo lattes* “*gentificado*” aprovado pela *academia* do *Sensus Fidei*. O senso da fé que provém do povo de Deus das comunidades dá testemunho que foi realmente um tesouro vocacional pelo que viveu e, por isso, tem autoridade de propor “uma forma de vida com sabor a Evangelho” (FT 1).

REFERÊNCIAS

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

TABORDA, Francisco. Desafios atuais ao ministério ordenado na realidade do Brasil. *REB*, Petrópolis, volume 84, número 329, p. 762-793, Set./Dez. 2024.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*: Sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulinas, 2020.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*: Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

ZANINI, Rogério; ORO, Ivo Pedro; CANTONI, Anélio Antônio; MELZ, Sérgio; KUNZLER, Alcido Luiz; DEBASTIANI, Noêmia F. Lopes da S. (org.). Padre Romualdo: servo de Deus e do povo. Chapecó: Pallotti, 2025.



Itepa Faculdades
Rua Senador Pinheiro, 350
Vila Rodrigues, Passo Fundo, RS
CEP 99070-220

Fone/WhatsApp (54) 3045-6272